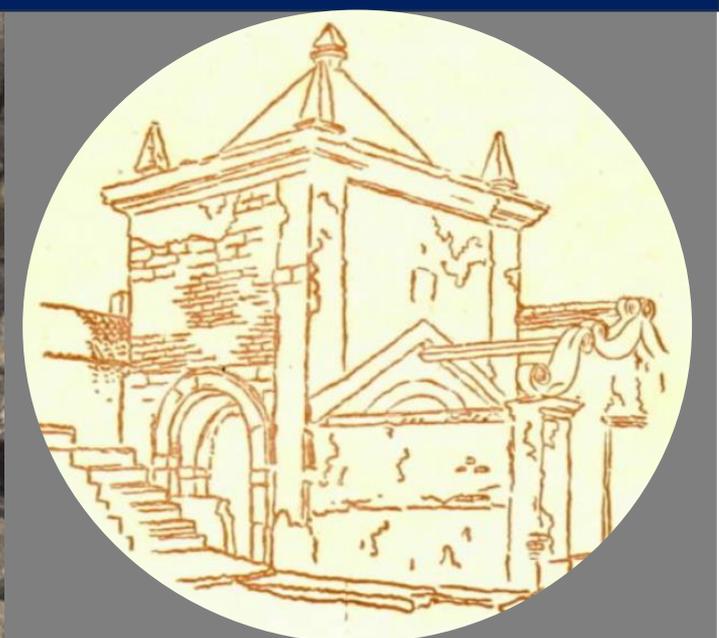
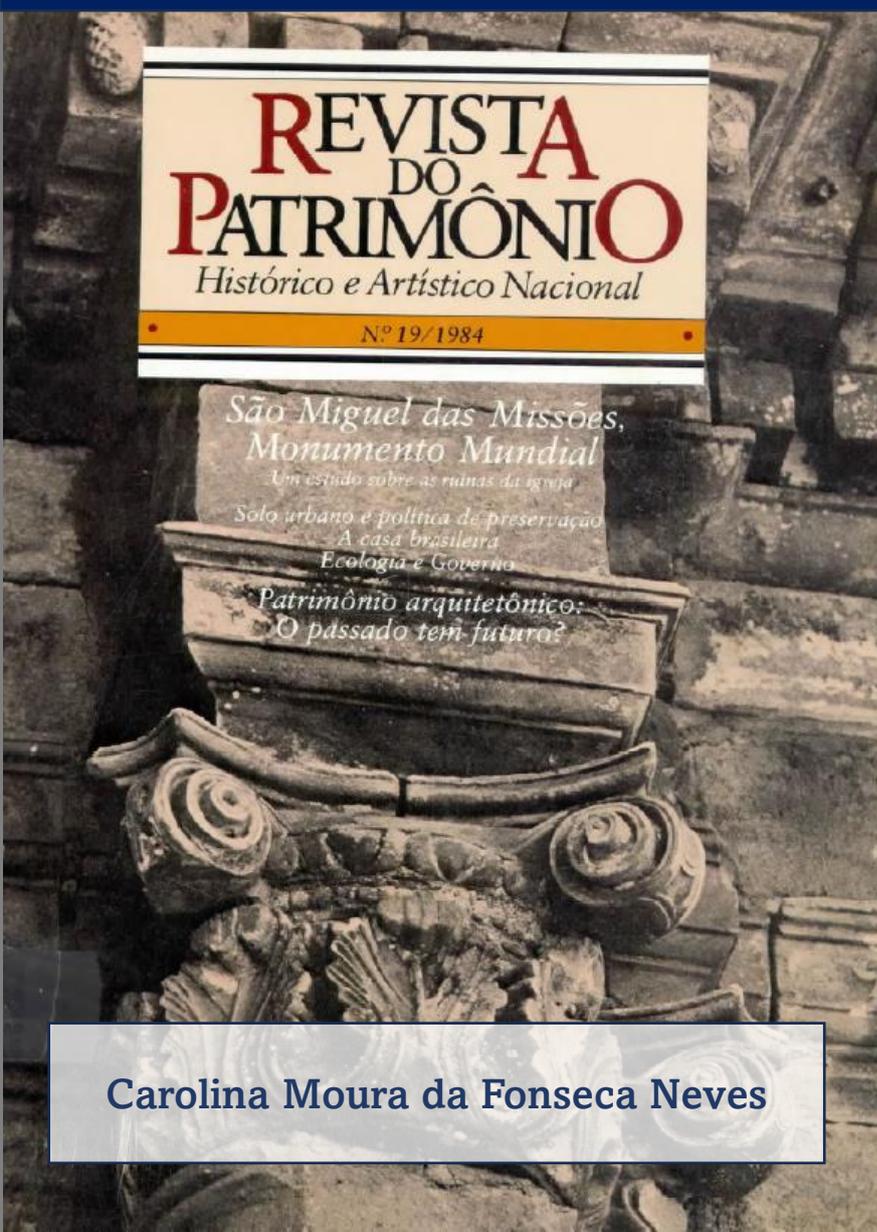


REVISTA DO PATRIMÔNIO E A ARQUITETURA BRASILEIRA: Uma trama



Carolina Moura da Fonseca Neves

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO - MDU

CAROLINA MOURA DA FONSECA NEVES

REVISTA DO PATRIMÔNIO E A ARQUITETURA BRASILEIRA: UMA TRAMA

RECIFE

2023

CAROLINA MOURA DA FONSECA NEVES

REVISTA DO PATRIMÔNIO E A ARQUITETURA BRASILEIRA: UMA TRAMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Virgínia Pitta Pontual

RECIFE
2023

CAROLINA MOURA DA FONSECA NEVES

REVISTA DO PATRIMÔNIO E A ARQUITETURA BRASILEIRA: UMA TRAMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 04/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Virginia Pitta Pontual (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Renata Campello Cabral (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Júlia da Rocha Pereira (Examinadora externa ao Programa)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Cristiano Borba Felipe do Nascimento (Examinador externo à Instituição)
Fundação Joaquim Nabuco

AGRADECIMENTOS

Numa pesquisa de mestrado, muitos são os nomes a agradecer quando chega na sua finalização. Com o risco do esquecimento, é chegado o momento de citar os nomes daqueles que deram o apoio possível e necessário para que este dia chegasse.

À minha orientadora, Virginia Pontual, que além de abrir meus olhos para o encantamento inicial com o meu objeto de pesquisa, sempre fez questionamentos e críticas pertinentes que me ajudaram a lapidar minha pesquisa.

À minha filha Heloísa, que veio para mudar minhas prioridades e minha noção de tempo. E que foi minha maior força para continuar.

Ao meu marido, Rennan, pelo total apoio e compreensão, do início do mestrado até a reta final.

Aos meus pais, Elivane e Ricardo, e meus irmãos, Camila e Ricardo, por todo apoio, ajuda, torcida e compreensão de sempre. Enfim, à toda grande família (tios, tias, primos, sogra, cunhados e cunhadas, que sempre estão juntos, na torcida e nas comemorações).

Aos colegas do MDU, com especial carinho, à amiga e companheira de discussões, Gabriela Azevêdo, que tem me dado força e apoio desde o início desta aventura chamada mestrado.

Aos funcionários do MDU, em especial Renata, por toda a atenção e ajuda sempre que necessário.

Aos colegas do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio, por todas as contribuições, questionamentos e sugestões dados ao longo da pesquisa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, pelo financiamento da pesquisa em questão, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU-UFPE), por contribuir com a construção do conhecimento e desenvolvimento da pesquisa.

Ao arquivo central do IPHAN (Palácio Gustavo Capanema – RJ), por disponibilizar todas as Revistas do Patrimônio no acervo virtual.

RESUMO

Em 1937, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão federal a formular uma política de conservação do patrimônio nacional brasileiro. No mesmo ano da criação do SPHAN, foi fundada a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pioneira em estudos do patrimônio e história da arte, além de abordar temas como arquitetura, etnografia, arqueologia, documentação, acervos e coleções. Nota-se uma grande diversidade da temática da arquitetura brasileira dentre os conteúdos publicados na Revista. Este trabalho tem o objetivo de contribuir com o estudo da noção de arquitetura brasileira neste importante veículo de informação, a Revista do Patrimônio. A pesquisa em questão buscou identificar e analisar os principais conceitos em torno da arquitetura brasileira na Revista do Patrimônio no período de 1937 a 1984, com o intuito de compreender como o periódico contribuiu para a construção da noção de arquitetura brasileira. Para isso, é pertinente indagar: Como a arquitetura brasileira é compreendida na Revista? Quais as semelhanças e diferenças entre a arquitetura brasileira encontrada nas Revistas do Patrimônio e nas primeiras publicações sobre a temática? Para cumprir o objetivo desta pesquisa, foram seguidos procedimentos metodológicos baseados na análise documental a partir da definição das categorias de análise utilizadas para investigar o documento. Nesta pesquisa, o documento é composto pelos volumes da Revista do Patrimônio, e as categorias de análise são as temáticas relacionadas à arquitetura brasileira. Foi possível identificar duas fases distintas em relação às publicações relacionadas à arquitetura brasileira: a primeira fase corresponde ao período de 1937 a 1969. Nessa fase, a Revista teve um maior número de publicações de arquitetura, sendo a temática predominante em relação aos outros temas. A segunda fase corresponde ao período de 1978 aos dias atuais. Desse período, é importante destacar alguns momentos: o volume 18, publicado em 1978, representa um ponto de inflexão, já que não apresentou nenhuma publicação de arquitetura e após sua publicação houve uma pausa de seis anos de edições da Revista do Patrimônio. Posteriormente, em 1984, foram publicados dois volumes (os números 19 e 20), desta vez com conteúdos relacionados à arquitetura brasileira. No entanto, é possível notar uma diferença nas publicações da fase, pois foram abordados temas como estilos arquitetônicos, restauro do patrimônio arquitetônico e arquitetura vernacular. Nota-se uma ampliação na abordagem do tema da arquitetura brasileira, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição considerável na quantidade de artigos relacionados à temática.

Palavras-chave: Revista do Patrimônio; Arquitetura brasileira; Noção.

ABSTRACT

In 1937, the “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (SPHAN) was created, the first federal agency to establish a policy for the conservation of Brazil's national heritage. In the same year as the establishment of SPHAN, the “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” was founded. The Journal was a pioneer in heritage and art history studies, addressing topics such as architecture, ethnography, archaeology, documentation, collections, and archives. A wide diversity of themes related to Brazilian architecture can be observed among the contents published in the Journal. This work aims to contribute to the study of the notion of Brazilian architecture in this important information source, the Revista do Patrimônio. The research sought to identify and analyze the main concepts surrounding Brazilian architecture in the Journal during the period from 1937 to 1984, with the purpose of understanding how the publication contributed to the construction of the notion of Brazilian architecture. To achieve this objective, the study followed methodological procedures based on document analysis. The first step was to define the categories of analysis that would be used to investigate the document. In this research, the document comprises the volumes of the Journal of National Heritage, and the categories of analysis are the themes related to Brazilian architecture. The research identified two distinct phases regarding publications related to Brazilian architecture. The first phase covers the period from 1937 to 1969. During this phase, the Journal had a greater number of publications on architecture, making it the predominant theme compared to others. The second phase covers the period from 1978 to the present. In this period, some important moments are worth noting: volume 18, published in 1978, represented a turning point as it did not feature any publications on architecture, and after its release, there was a six-year pause in the publication of the Journal of National Heritage. Subsequently, in 1984, two volumes (numbers 19 and 20) were published with contents related to Brazilian architecture. However, there is a difference in the publications of this phase, as topics such as architectural styles, restoration of architectural heritage, and vernacular architecture were addressed. There is an expansion in the approach to the theme of Brazilian architecture, but there was also a considerable decrease in the number of articles related to the subject.

Keywords: Revista do Patrimônio; Brazilian architecture; Conception

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	POR DENTRO DA REVISTA DO PATRIMÔNIO	18
2.1	REVISTA DO PATRIMÔNIO: UMA IMPORTANTE FONTE DE PESQUISA	18
2.2	UM PERIÓDICO, DUAS FASES	22
3	DEBATES INICIAIS DA ARQUITETURA BRASILEIRA: SEUS TEÓRICOS	27
3.1	O CONCEITO DE ARQUITETURA BRASILEIRA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	27
3.2	AS VERTENTES CONCEITUAIS NA HISTORIOGRAFIA	29
4	ARQUITETURA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO	34
4.1	A TRAMA DA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE ARQUITETURA BRASILEIRA	34
4.1.1	Arquitetura civil	35
4.1.2	Arquitetura religiosa	46
4.1.3	Arquitetura militar	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICE A – FICHAS DE LEITURA	72
	APÊNDICE B – QUADRO DE ARTIGOS ANALISADOS	104
	APÊNDICE C – QUADRO DE INFORMAÇÃO DOS AUTORES	106

1 INTRODUÇÃO

Toda pesquisa nasce de uma inquietação. No caso desta pesquisa, tudo começou nas aulas sobre os tipos de fontes documentais, da disciplina de História da Cidade, com a professora Virginia Pontual. Em uma dessas aulas, debateu-se sobre os periódicos, fonte que foi, por muito tempo, deixada de lado, por haver sido considerada sem objetividade e neutralidade. Um dos autores estudados, De Lucca (2005), afirma que esta atribuição de falta de credibilidade aos periódicos mudou quando os pesquisadores perceberam que esta fonte refletia diversos aspectos da sociedade que as consumiam.

Um importante periódico estudado naquela disciplina foi a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹. Periódico criado, em 1937, juntamente com o órgão responsável pela sua publicação: o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN², primeiro órgão federal a formular uma política de conservação do patrimônio nacional brasileiro. A fundação do SPHAN foi um marco histórico na política preservacionista no Brasil, pois além de elaborar leis para a salvaguarda dos bens patrimoniais, iniciou uma vasta pesquisa de identificação e registro da cultura brasileira.

Com quase nove décadas de existência, a Revista se funde com a história do Iphan e, assim, com a história da política preservacionista no Brasil. A Revista foi proposta com a intenção de fomentar a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, através da divulgação de pesquisas (CARVALHO, 2013). Possui 40 publicações até 2019 e foi pioneira em estudos do patrimônio e história da arte, ao abordar temas como etnografia, arqueologia, documentação, acervos e coleções.

Um periódico tão rico como a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional permite ao pesquisador uma infinidade de possibilidades. Para entender a importância da Revista do Patrimônio como fonte de pesquisa, bem como para encontrar suas lacunas, foi necessário fazer um estado da arte do que foi pesquisado, e desta forma foram encontrados em pesquisas sobre a instituição citações da revista

¹ A Revista passou por mudanças em seu nome: em 1937, chamava-se Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e em 1946, passou para Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste trabalho, ela será chamada de Revista do Patrimônio.

² Ao longo dos anos, a instituição passou por mudanças de organização, que reverberam em seu nome: desde 1995, a instituição é conhecida como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

como fonte, devido à sua grande importância. Foi possível, também, encontrar pesquisas dedicadas ao periódico como objeto de estudo.

A importância desse periódico já foi reconhecida em alguns estudos realizados por autores como Silvana Rubino (1991), Márcia Chuva (1998), Cíntia Silva (2010), Robson Ribeiro (2013) e Alúzio Carvalho (2013). Esses autores convergem na opinião de que a Revista teve um importante papel na legitimação da “invenção do patrimônio” no Brasil e ajudou a constituir a ideia do patrimônio como um novo campo do saber.

Alguns desses estudos foram de suma importância para a elaboração do estado da arte da Revista e possibilitaram a visualização de algumas lacunas. Os trabalhos de Silva (2010) e Ribeiro (2013) se propuseram a analisar e mapear as temáticas, autores e editores dos 18 primeiros volumes da Revista (entre 1937 e 1978). A partir da análise desses dois autores, ficou clara a importância da publicação da Revista para definir o que seria o patrimônio nacional brasileiro³ e quais as formas adequadas para sua conservação.

Em sua pesquisa, Ribeiro (2013) demonstra que a maior parte dos artigos contidos nas publicações que analisou eram sobre arquitetura, mostrando o quanto a temática tinha grande importância, tanto para o órgão federal como para a Revista do Patrimônio. A partir da análise da Revista como fonte de pesquisa, a análise identificou que a arquitetura brasileira sempre teve grande importância no periódico, mas não existem estudos substanciais que avaliem tal tema no universo dos artigos publicados na Revista do Patrimônio.

Objetivos da pesquisa

A Revista do Patrimônio foi responsável por constituir o patrimônio como um novo campo do saber no Brasil, e a arquitetura brasileira representa uma porção do patrimônio histórico e artístico nacional. A pesquisa em questão encarregou-se de analisar os artigos relacionados à arquitetura brasileira com o intuito de identificar e analisar os principais conceitos em torno do tema na Revista do Patrimônio no período de 1937-1956 (gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade), com o objetivo de entender como o periódico contribuiu para a construção da noção de arquitetura brasileira. Para isso, é pertinente indagar: como a arquitetura brasileira é

³ No SPHAN, o patrimônio nacional brasileiro foi denominado, desde a fundação do órgão, como Patrimônio e Artístico Nacional.

compreendida na Revista? Quais as semelhanças e diferenças da arquitetura brasileira encontradas nas Revistas do Patrimônio e nas primeiras publicações sobre a temática?

Para alcançar os objetivos traçados, a dissertação estruturou-se em três capítulos. O primeiro capítulo — **Por dentro da Revista do Patrimônio** — apresenta um estado da arte do periódico e uma análise editorial. Para isso, estrutura-se em duas partes: a primeira parte corresponde ao estado da arte da Revista do Patrimônio, buscando pesquisas que utilizaram o periódico como fonte de estudo. A segunda parte faz uma breve análise editorial dos volumes publicados desde a sua fundação (1937) até o momento atual. A partir desse estado da arte, o primeiro capítulo expõe a delimitação temática da pesquisa.

O segundo capítulo — **Debates iniciais da arquitetura brasileira: seus teóricos** — propõe-se a mostrar uma síntese da noção da arquitetura brasileira presente nas primeiras publicações a seu respeito. Esse capítulo trata das noções de arquitetura brasileira presentes nas publicações de alcance nacional e internacional. Para isso, foram analisados, em um primeiro momento, os primeiros debates travados entre o SPHAN e figuras como Ricardo Severo e José Mariano Filho. Foi possível, também, fazer uma análise, realizada em dois momentos. No segundo momento, foram analisadas as primeiras publicações sobre arquitetura brasileira: “Brazil Builds” (1943), de Philip Goodwin; a publicação “Arquitetura Moderna no Brasil”, de Henrique Mindlin (1956); “Arquitetura Brasileira”, de Carlos Lemos (1979) e “Arquitetura Contemporânea” (1981), de Yves Bruand.

O terceiro capítulo — **Arquitetura brasileira na Revista do Patrimônio: a construção de um conceito** — apresenta uma síntese da arquitetura. Para ajudar a tecer a trama da construção do conceito de arquitetura brasileira, tornou-se necessária a divisão desses artigos em grupos. Nessa pesquisa, esses grupos foram nomeados como categoria, que, segundo verbete do Dicionário Houaiss, significa: “conjunto de pessoas ou coisas que possuem muitas características comuns e podem ser abrangidas ou referidas por um conceito ou concepção genérica”.

Para definir essas categorias, observou-se que dos artigos publicados na Revista do Patrimônio, alguns apresentavam os conjuntos arquitetônicos. Nesses conjuntos, são apresentadas características em comum, sejam de ordem material ou projetual.

Serão apresentados nesse capítulo os conjuntos encontrados nos artigos que versam sobre arquitetura ou conteúdos correlatos da Revista do Patrimônio, bem como serão feitas algumas inferências a respeito do que foi exposto pelos autores nesses artigos. Os conjuntos arquitetônicos na Revista do Patrimônio se dividem em três categorias: Arquitetura Civil, Arquitetura Religiosa e Arquitetura Militar.

Processo Metodológico

O maior desafio desta pesquisa foi encontrar uma forma de estudar a Revista do Patrimônio, um periódico com um conteúdo tão diversificado. Para isso, foi preciso delimitar o que seria estudado na revista para então definir de que forma seria estudado. Assim, para cumprir o objetivo desta pesquisa, foram seguidos procedimentos metodológicos baseados na análise documental, a partir das categorias de análise utilizadas para investigar o documento. Nesta pesquisa, o documento é composto pelos volumes da Revista do Patrimônio e as categorias de análise são as temáticas relacionadas à Arquitetura brasileira. Assim, o processo metodológico foi dividido em oito etapas, que serão detalhadas a seguir:

- 1) Levantamento e leitura dos estudos historiográficos sobre o tema do conteúdo presente na Revista do Patrimônio do IPHAN com fichamento:

A primeira etapa concentrou-se em aprofundar o objeto teórico da pesquisa, desenvolvendo a fundamentação historiográfica em torno de temas-chave, tais como: a história da Revista do Patrimônio e o estado da arte da Revista do Patrimônio. Percebeu-se que em pesquisas sobre o Iphan, o periódico aparece frequentemente como fonte de pesquisa. Porém, foram encontradas, também, algumas pesquisas que tiveram a Revista do Patrimônio como objeto de estudo principal. Foi através da análise dessas últimas pesquisas que se tornou possível mapear o que foi estudado na Revista do Patrimônio, bem como as lacunas que ficaram.

- 2) Catalogação das revistas com levantamento de informações editoriais:

Após essa primeira aproximação, foi realizado um mapeamento de todas as Revistas do Patrimônio, publicadas desde sua fundação (1937) até os dias atuais

(última publicação em 2019), que foram disponibilizadas no acervo virtual do Arquivo Central do Iphan (Palácio Gustavo Capanema - RJ), totalizando 40 volumes e 627 artigos. A partir desse mapeamento, foi possível realizar uma catalogação que gerou um índice de todas as revistas publicadas, contendo as seguintes informações: número, ano de publicação, tema principal, título do artigo e autor.

Figura 1 - Parte do índice de todas os números da Revista do Patrimônio

Revistas/ano	Tema principal	Sumário
nº 01-1937		O programa
		Rodrigo M. F. de Andrade
		Uma relíquia notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago de Bertioiga
		Afonso do E. Taunay
		Documentação necessária
		Lúcio Costa
		Estilização
		Roquette Pinto
		Uma casa de fazenda em Jururuba
		Paulo T. Barreto
		A natureza e os monumentos culturais
		Raimundo Lopes
		Alguns monumentos de arquitetura religiosa do Brasil
		Igreja do Antigo Colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia (Documentação fotográfica)
		Seminário de Belém da Cachoeira
		Godofredo Filho
		Igreja dos Montes dos Guararapes
		Anibal Fernandes
		Manuel Francisco Lisboa foi autor da planta da Igreja do Carmo de Ouro Preto (documento)
		A Capela de Santo Antônio
Mário de Andrade		
A Igreja dos Remédios		
Nuto Sant'Anna		
A Igreja de São Francisco Xavier		
Noronha Santos		
A Capela de N. S. de Sant'Ana		
Epaminondas de Macedo		
Museu Regional de Olinda		
Museu Regional de Olinda		
Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba		

Fonte: elaborado pela autora

Foi elaborado, para complementar as informações do índice, um fichamento inicial contendo outras informações editoriais, tais como: (a) nome do periódico; (b) ano de publicação; (c) nome do órgão e presidente na época da publicação; (d) corpo editorial; (f) editor; (g) outras informações relevantes (espaço destinado a particularidades de cada volume, tais como: informações de impressão, vendas, distribuição, entre outros).

Essa análise de elementos editoriais possibilitou a percepção de aspectos gerais do periódico, tais como: mudanças de nome, mudanças do órgão responsável pelo periódico, alterações editoriais e temáticas.

- 3) Elaboração das palavras chaves ou indexadores para aprimoramento da seleção do tema, dos artigos e dos autores:

Para fazer essa seleção, foram definidas algumas temáticas que poderiam contribuir para o entendimento da arquitetura brasileira na revista. Assim, os artigos poderiam versar sobre edifícios históricos; conjuntos de edificações históricas; elementos arquitetônicos; estilos arquitetônicos; arquitetos; engenheiros e instituições relacionadas à formação de Arquitetura.

4) Seleção dos artigos com foco na temática da arquitetura brasileira:

Com base no conhecimento adquirido nessa primeira investigação, foi possível fazer uma verificação prévia do conteúdo dos artigos das revistas do nº 01 ao nº 40. Percebeu-se nessa análise que algumas dessas revistas não possuíam nenhum artigo com temática relacionada à arquitetura brasileira, por isso algumas delas foram retiradas da análise: nº 18, nº Especial, nº 23, nº 24, nº 25, nº 27, nº 28, nº 31, nº 32, nº 33, nº 34, nº 35 e nº 36. Com a retirada desses 13 volumes, restaram 27 a serem analisados.

Considerando o objetivo da pesquisa — analisar a contribuição da Revista do Patrimônio para a construção da noção de arquitetura brasileira —, foi realizado um recorte temporal, considerando os artigos publicados entre 1937 e 1956. Esse período foi selecionado devido à maior quantidade de artigos publicados sobre a temática, assim como pela ocorrência, no mesmo período, das primeiras publicações de livros sobre a temática. Após a escolha desse recorte temporal, foram retirados da análise os volumes 14 a 40.

Cruzando o recorte temático com o recorte temporal, foi possível selecionar um total de 62 artigos. O Quadro 1 mostra a distribuição dos 62 artigos nas 13 revistas do patrimônio.

Quadro 1 - Quantidade de artigos analisados

Número	Ano	Quantidade de artigos
01	1937	10
02	1938	06
03	1939	04
04	1940	05
05	1941	03
06	1942	03
07	1943	08
08	1944	04
09	1945	08
10	1946	03
11	1947	02
12	1955	01
13	1956	05
Total:		62

Fonte: elaborado pela autora

- 5) Primeira etapa de análise: estudo da noção de arquitetura brasileira apresentada pela Revista do Patrimônio

Os artigos selecionados foram analisados tendo como base as perguntas definidas no início da pesquisa: como a arquitetura brasileira é compreendida na Revista? Quais as semelhanças e diferenças da arquitetura brasileira encontradas nas Revistas do Patrimônio e nas primeiras publicações sobre a temática? O estudo da noção de arquitetura brasileira na Revista do Patrimônio seguiu o fichamento apresentado abaixo:

Quadro 2 - Modelo de fichamento por revista

Número da revista	Ano
Título do artigo	Autor
Abaixo do título do artigo e autor, são apresentados alguns trechos do artigo que contenham informações relevantes para o entendimento da arquitetura brasileira.	
Comentários:	Breve texto apresentando um resumo com as principais ideias do artigo analisado.
Síntese:	Apresentada ao final do conjunto de artigos selecionados de cada revista, trata-se de um breve texto que resume tudo que apareceu na revista, pontuando quais temáticas foram mais recorrentes (arquitetura religiosa, civil ou militar), identificando localização geográfica (quais estados) e o período histórico abordado (séculos XV, XVII, XVIII, XIX).

Fonte: elaborado pela autora

Para seguir estes procedimentos, foram analisados os textos, a partir das fichas de leitura, tornando possível a realização de uma síntese do conteúdo dos 62 artigos publicados entre os anos de 1937 e 1956 (ver exemplo no Anexo A). Nesse processo, foi possível verificar de que forma a arquitetura brasileira estava apresentada nos artigos do periódico.

Observou-se que as análises eram bastante diversificadas e influenciadas pela formação dos autores. Diante disso, optou-se por explorar essa compreensão por meio de conjuntos arquitetônicos, uma vez que algumas das publicações da revista já destacavam esses conjuntos. Dentro desses conjuntos, são identificadas características comuns, tanto de natureza material quanto projetual. Realizou-se, então, uma avaliação dos artigos publicados na Revista do Patrimônio, revelando que a arquitetura na revista se agrupava em três categorias principais: arquitetura civil, arquitetura religiosa e arquitetura militar.

No sumário da Revista do Patrimônio nº 01, publicada em 1937, a categoria arquitetura religiosa aparece elencando um grupo de oito artigos sobre cinco igrejas, duas capelas e um seminário. A categoria arquitetura civil é abordada no mesmo volume, no artigo “Documentação necessária” de Lúcio Costa:

A nossa antiga arquitetura ainda não foi convenientemente estudada. Se já existe alguma coisa sobre as principais igrejas e conventos – pouca coisa, aliás, e girando o mais das vezes em torno da obra de Antônio Francisco de Lisboa, cuja personalidade tem atraído, a justo título, as primeiras atenções –, com relação a **arquitetura civil** e particularmente à casa, nada ou quase nada, se fez (COSTA, 1937, p.31).

No artigo “Documentação necessária”, é apontado pelo autor que a arquitetura civil foi pouco estudada, apesar da sua grande importância. Talvez por isso, identifica-se que ela é a categoria mais explorada na Revista ao longo dos anos. A arquitetura religiosa, apontada por vários autores como uma área vastamente estudada, continua demonstrando grande importância, sendo a segunda categoria mais estudada.

A arquitetura militar não aparece em nenhum momento como categoria e para facilitar a análise, essa categoria foi inserida. A arquitetura militar é a menos estudada das três categorias e é, inicialmente, publicada apenas durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (num total de nove artigos), voltando a aparecer apenas em 2018 (em apenas um artigo).

Após essa verificação, foi possível definir o que era cada uma dessas categorias da arquitetura brasileira dentro da Revista do Patrimônio, e então, passou-se a analisar o processo discursivo. Para isso, foi necessário verificar em que contexto os artigos da Revista se inseriam, tanto no cenário nacional como no cenário internacional, bem como quais semelhanças, diferenças e ausências foram encontradas nesses discursos e os significados delas.

Após a análise de cada artigo, foi realizada também uma comparação intertextual dos artigos, confrontando as ideias encontradas, com o objetivo de encontrar semelhanças e dissonâncias. Finalizada a análise do conceito de arquitetura brasileira na Revista, passou-se para a investigação do conceito no contexto externo.

6) Segunda etapa de análise: levantamento e análise dos teóricos e livros de referência na construção da noção de arquitetura brasileira com fichamento:

Foram considerados como teóricos da arquitetura pesquisadores que participaram dos primeiros debates e publicações sobre arquitetura brasileira, bem como autores mais contemporâneos que estudaram sobre essa fase inicial da arquitetura brasileira. Nessa etapa, foram levantados os primeiros estudos sobre arquitetura brasileira elaborados pelos autores Philip Goodwin, Henrique Mindlin, Carlos Lemos e Yves Bruand.

Nessa etapa também foi possível, a partir dos estudos de outros autores, como Hugo Segawa, Vera Milet e Mariza Veloso, confrontar visões distintas do conceito de arquitetura brasileira, através de figuras importantes nesse debate: os teóricos do SPHAN versus os opositores Ricardo Severo e José Mariano Filho.

7) Terceira etapa de análise: cotejamento da noção de arquitetura brasileira contida dentro e fora da Revista do Patrimônio

Dessa forma, foi possível entender um pouco do debate acerca do conceito de “arquitetura brasileira” e como ele foi se construindo em um contexto mais amplo. Foram analisadas, assim, as semelhanças e diferenças desses discursos e a forma como a noção presente na Revista do Patrimônio contribuiu para a construção da noção nas publicações sobre a temática.

8) Escrita da narrativa:

Nesta última etapa foi possível organizar em texto todo o percurso da pesquisa, bem como apresentar os resultados e conclusões obtidas.

2 POR DENTRO DA REVISTA DO PATRIMÔNIO

O presente capítulo estrutura-se em duas partes: a primeira parte corresponde ao estado da arte da Revista do Patrimônio, buscando pesquisas que utilizaram o periódico como fonte de estudo. A segunda parte faz uma breve análise editorial dos volumes publicados desde a sua fundação (1937) até o momento atual. O principal objetivo deste capítulo é entender a importância da Revista do Patrimônio como fonte de conhecimento e objeto de pesquisa, bem como evidenciar as lacunas encontradas. A partir da breve análise dos volumes publicados, foi possível, também, vislumbrar as várias mudanças pelas quais o periódico passou ao longo de 86 anos de existência.

2.1 REVISTA DO PATRIMÔNIO: UMA IMPORTANTE FONTE DE PESQUISA

Segundo De Lucca (2005), o uso de periódicos como fonte de pesquisa é bastante recente, devido à falta de objetividade e neutralidade atribuída a esse tipo de fonte por muitos anos. Esse cenário foi mudando quando os pesquisadores perceberam que essas publicações refletem diversos aspectos da sociedade que as consomem. Periódicos dedicados a temas tão específicos como a Revista do Patrimônio, mostram-se como centro de importantes discussões.

Essa mudança de cenário pode ser evidenciada no reconhecimento obtido pela Revista do Patrimônio ao longo dos anos, por meio de estudos realizados por diversos autores como Silvana Rubino (1991), Márcia Chuva (1998), Cíntia Silva (2010), Welbia Dias (2012), Robson Ribeiro (2013), Aluísio Carvalho (2013) e Dantas (2021).

A Revista é reconhecida como fonte documental para diversos estudos sobre a Instituição. Alguns pesquisadores que estudaram a história do Iphan utilizaram a Revista como uma das fontes de pesquisa; esse foi o caso de Rubino (1991) e Chuva (2014).

Na pesquisa de Rubino (1991), a autora analisa os antecedentes, a criação e os trabalhos do SPHAN no período de 1937 a 1968. Nesse estudo, a autora dedica um capítulo para estudar o patrimônio intelectual e conceitual do IPHAN, através da Revista do Patrimônio (números publicados entre os anos de 1938 e 1968) e outros escritos de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Rubino (1991) afirma que a Revista do Patrimônio abrigou discursos distintos que nos oferecem uma outra história do SPHAN — a intelectual, que vai além dos

vagos decretos e dos sólidos tombamentos. Por isso, a Revista teve a tendência de se tornar um espaço de coalizão, no qual temas que não entravam no tombamento, como etnografia e etnologia (representados pelo folclore e “saberes” populares), encontravam espaço de debate no periódico, representado pelos artigos de Heloísa Alberto Torres e Roquette Pinto⁴.

Rubino (1991) ainda afirma que o periódico em questão tinha também o papel de informar o que estava sendo preservado e apontar o que se deveria preservar. A autora afirma, ainda, que o SPHAN eternizou nosso passado através da presentificação da historiografia da arte e da arquitetura brasileira, a partir do estudo desse passado tradicional e da escrita sobre ele.

Rubino (1991) pontua que Lúcio Costa e Gilberto Freyre, junto ao SPHAN, fizeram, por meio das publicações, uma vinculação da arquitetura com a história, assim como relacionaram o movimento moderno com a “boa tradição”. Foi através do SPHAN que “se costurou, via Lucio Costa, a casa tradicional ao moderno edifício corbusiano” (RUBINO, 1991, p.198). Essa ideia apontada na narrativa de Silvana Rubino se repete bastante nos artigos publicados na Revista do Patrimônio nos anos de 1937 a 1968.

Para Rubino (1991, p.184), a “arquitetura religiosa é o ato de recontar o passado via tombamento, e o lugar do diretor do SPHAN é escrever história, a arquitetura civil é onde reina o debate sobre a história e o caráter nacional”. A autora reconhece ainda que o SPHAN “conferiu um rosto ao país, um mapa mais concentrado nos estudos litorâneos por onde a colonização principiou” (Ibidem), o que foi evidenciado pelas suas primeiras capitais, incluindo Minas Gerais (estado de Rodrigo M. F. de Andrade), através de “um intenso barroco e de um forte ciclo econômico”. (RUBINO, 1991, p.197).

A Revista do Patrimônio foi utilizada como fonte de pesquisa para Márcia Regina Romeiro Chuva, no livro “Arquitetos da memória⁵: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940)”. A autora aponta que os artigos publicados na Revista exerceram um importante papel na criação e na legitimação da “causa do Patrimônio” e na hegemonização das concepções de patrimônio histórico e

⁴ Artigos “Estilização” de Roquette Pinto (Revista do Patrimônio nº01 p.51-p.67) e “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil” de Heloísa Alberto Torres (Revista do Patrimônio nº01 p.9-30). Os dois autores foram diretores do Museu Nacional.

⁵ Os arquitetos da memória citados pela autora são aqueles ligados ao modernismo e que integravam o corpo técnico do SPHAN.

artístico nacional que insistentemente veiculava, por meio do privilégio dado ao recorte temático, que coincidia, em grande medida, com o recorte na seleção dos bens para o tombamento. Ainda segundo a autora, “os arquitetos da memória trabalharam na construção de um patrimônio que permanece ainda hoje como quadro na memória nacional” (CHUVA,1998, p.373).

Para Chuva (1998), o Patrimônio colonial brasileiro, especialmente o barroco, foi responsável por integrar o Brasil ao mundo civilizado na esfera da arte. Nota-se tanto em Rubino (1991) como em Chuva (1998) a importância da arquitetura colonial, mais especificamente do barroco.

Porém, uma outra temática que apareceu de maneira mais tímida na Revista do Patrimônio foi estudada na pesquisa de mestrado do autor Hugo Dantas (2021), intitulada “O popular descrito: a arquitetura popular na linha editorial do IPHAN”. Em sua pesquisa, Dantas (2021) analisou a arquitetura popular nas linhas editoriais do IPHAN – 40 volumes da Revista do Patrimônio, dois volumes da “série de publicações do SPHAN” e 47 volumes do Boletim do SPHAN.

Dantas afirma, em relação à arquitetura popular na Revista do Patrimônio, que, com exceção do primeiro volume em que possui temáticas da arte e arquitetura popular, os demais volumes do periódico valorizam “o patrimônio de herança lusitana e a arquitetura intitulada de civil” (2021, p.250). O autor identifica a arquitetura popular no artigo publicado no volume nº 08 pelo autor Curt Nimuendaju para as habitações indígenas, bem como artigos da categoria civil publicados por diversos autores como Mário de Andrade, Joaquim Cardozo, Luís Saia, Aluísio de Almeida e José Wash Rodrigues.

Além de autores que utilizaram a Revista do Patrimônio para estudar a história do Iphan e para a construção do patrimônio nacional, existiram outros autores que estudaram a Revista como objeto de estudo, analisando temáticas abordadas, autores, editores e projetos gráficos. Esse foi o caso dos estudos de Silva (2010), Ribeiro (2013) e Carvalho (2013).

Os dois primeiros com objetivos de analisar as temáticas abordadas, autores e editor, limitando-se aos primeiros anos do periódico. O trabalho de Carvalho (2013) estudou os projetos gráficos de todas as revistas até 2007, relacionando-os com a história da Instituição e o campo da indústria editorial.

No trabalho de Silva (2010), a autora analisa os 15 primeiros volumes, correspondentes à gestão de Rodrigo Melo Franco, enfatizando os aspectos editoriais

e analisando de forma mais aprofundada a relação de Rodrigo, como editor, e os autores da Revista. A autora aponta que o objetivo da Revista era construir e consolidar, cientificamente, os estudos sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro, e divulgá-los junto aos “interessados sobre aqueles assuntos” (Andrade, 1937b: 15-16, Apud SILVA, 2010, p.81). Tanto que o “Programa”, artigo escrito por Rodrigo Melo Franco no primeiro volume da Revista, afirma que há necessidade de uma ação sistemática e permanente a fim de “dilatara e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país” (Andrade, 1937a: 3, Apud, 2010, p.81). Buscava-se, com isso, construir campo do patrimônio com o qual essas publicações deveriam contribuir.

Silva (2010), ainda afirma que a análise dos 15 números editados por Rodrigo M. F. de Andrade mostra que, em um primeiro momento, o patrimônio foi abordado em sua pluralidade. Com o decorrer das atividades, houve uma progressiva especialização dos temas, e passou a ter uma concentração nos quatro temas mais recorrentes (História da Arte, Arquitetura, Documentação e História).

Na pesquisa de Ribeiro (2013), o autor opta por estudar os 18 primeiros volumes (1937-1978)⁶, pois afirma que a gestão de Renato Soeiro foi uma continuação das ideias de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Ribeiro (2013) reitera que as edições do serviço são analisadas como meio de legitimação da preservação implantada pelo órgão, contribuindo eficazmente para o processo de seleção e tombamento de monumentos nacionais conduzidos pela repartição. No período estudado o Ribeiro identificou que o tema mais recorrente foi o de arquitetura, seguido de artes plásticas, fontes, história, arqueologia e etnografia (Ribeiro, 2013, p.132).

Outra característica apontada pelo autor foi a importância da Revista como instrumento de intercâmbio entre o SPHAN e outras instituições culturais. A Revista seria, ainda, um dos instrumentos privilegiados de divulgação das atividades, das propostas e das orientações teórico e técnicas do Serviço, legitimando diante da sociedade seu papel de órgão público. Rodrigo entendia que a publicação seria fundamental para a formação da consciência patrimonial e, por isso, antes mesmo da decretação da lei que instituiu o SPHAN, já articulava sua publicação (RIBEIRO, 2013).

⁶ Rodrigo M. Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN e da edição da Revista de 1937 a 1958 (ano de sua morte). Renato Soeiro esteve à frente da Instituição e editou os volumes 16, 17 e 18 da Revista do Patrimônio, publicados em 1968, 1969 e 1978, respectivamente.

Ribeiro (2013), ainda reforça que o Iphan e suas revistas:

“adotaram singularmente as concepções de Arinos, transparecendo em seus textos uma história que evoca o passado nacional segundo as bases econômicas do **ciclo colonial** e exaltando os resquícios da civilização material produzida em cada um deles. Sobressaiu-se desse passado o **século XVIII – do ciclo do ouro – como estágio máximo da cultura nacional**” (Ribeiro, 2013, p.182, grifo nosso).

Através do estado da arte da Revista do Patrimônio, foi possível apreender a importância do periódico como fonte de pesquisa. Nota-se que o periódico foi importante para pesquisas sobre o patrimônio cultural e sobre a história do Iphan. A Revista do Patrimônio já foi reconhecida por seu conteúdo diverso, que abarca desde história da arte, arquitetura, etnografia e arqueologia, e como um meio de divulgação junto a outras instituições que se interessavam pelo assunto.

A arquitetura brasileira faz parte do conteúdo relacionado ao patrimônio histórico publicado na Revista do Patrimônio, sempre como uma categoria de destaque. Fato este que pode ser comprovado pela grande quantidade de bens arquitetônicos tombados pela Instituição, como também pela grande incidência de pesquisas divulgadas pela Revista do Patrimônio. Partindo dos autores consultados, evidencia-se que na gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, predominou o tema da arquitetura brasileira colonial, com enfoque no século XVIII e um forte aceno ao barroco mineiro.

2.2 UM PERIÓDICO, DUAS FASES

O nome da Revista foi alterado em dois períodos distintos: de 1937 a 1945, se intitulou “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, e de 1946 aos dias atuais, “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Essa mudança de nome acompanhou as mudanças pelas quais o Iphan passou ao longo dos anos. Percebeu-se também que em 86 anos de Revista, foram publicados 40 volumes, alguns deles em anos seguidos, outros com periodicidade mais esparsa, retratos das diversas fases do periódico, que até mesmo deixou de ser publicado no período de 1970 a 1977, voltando a ser publicado em 1978⁷, possuindo as duas últimas publicações em 2019.

⁷ Foi o ano da eleição de Ernesto Geisel e representa uma crise no Regime Militar com a revogação do Ato Institucional nº 5. O cenário político propiciou o surgimento do movimento "Diretas Já" anos depois, culminando, por fim, no processo de redemocratização dos anos 1980.

Chuva (2014) e Silva (2010) afirmam, a partir da análise dos relatórios de atividades do SPHAN entre os anos de 1937 e 1968, que a regularidade estampada na capa das Revistas do Patrimônio era fictícia, pois existia uma defasagem entre o ano da edição, ou da intenção de ser publicado, e o ano de sua efetiva circulação entre os leitores. As dificuldades que levavam a essa defasagem se davam desde o atraso de envio de artigos pelos colaboradores até dificuldades gráficas e materiais.

De 1937 a 1958, a Revista do Patrimônio foi editada pelo próprio diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Nos anos de 1968, 1969 e 1978, o diretor Renato Soeiro deu continuidade à edição do periódico seguindo a mesma linha editorial de Rodrigo M. F. de Andrade. Na gestão de Aloísio Magalhães (1979-1981) não houve edição da Revista, anos em que se iniciou a publicação de uma nova linha editorial, o Boletim do SPHAN. O período de Rodrigo M.F. de Andrade como editor foi também o intervalo em que mais se publicou artigos sobre arquitetura brasileira.

Também a partir dessa análise foi possível perceber que, apesar de a arquitetura ser uma temática muito presente na Revista, faltam estudos que evidenciem a contribuição da Revista do Patrimônio na construção das noções de arquitetura brasileira.

Outro importante fato destacado são as mudanças pelas quais também passou um órgão ao qual a Revista do Patrimônio está vinculada, neste mesmo período de 86 anos, possuindo ao todo cinco denominações diferentes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (1937-1945); Diretoria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – DPHAN (1946-1978); Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, vinculada à Fundação Nacional Pró-Memória (1984-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC (1990 e 1994); e finalmente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (1994-2023).

Em 1979, o SPHAN virou uma secretaria e foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (1979-1990), órgão que funcionava como seu braço executivo e passou a ser responsável pela edição da Revista do Patrimônio no ano de 1984, quando a publicação foi retomada. A partir desse ano, o periódico passou a contar com conselho editorial e a figura do editor foi separada da figura do diretor da Instituição; porém, o diretor da Instituição ainda fazia parte do conselho editorial⁸.

⁸ O primeiro Conselho editorial foi formado por funcionários do SPHAN ou ligados a ele: João de Souza Leite, Augusto Carlos da Silva Telles, Fernando Moreira Sales, Irapoan Cavalcanti de Lyra, José Mindlin e Marcos Vinícios Vilaça.

Segundo Dias (2011), entre os anos de 1987 e 1993, a publicação da Revista foi interrompida novamente, sendo lançado apenas um número especial em 1990 que apresentava informações sobre a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Essa lacuna foi justificada por Silva (2010) pela grande instabilidade institucional (entre os anos de 1980 e 1990) gerada por mudanças institucionais sobre o estatuto jurídico do órgão e por sucessivas trocas de dirigentes, juntamente com a crise financeira e as frequentes demissões. Esses acontecimentos podem ser considerados como obstáculos, ou pelo menos elementos que dificultaram a publicação da revista durante esse período.

A partir do número 19 (1984), a Revista passou a contar com um editor, o qual poderia ser funcionário ou não do órgão, tendo um total de 12 editores no período de 1937 a 2019. Do número 19 ao número 21, o periódico passou a ter conselho editorial, variando bastante a composição em sua estrutura operativa. Nos volumes 19, 20 e 21 (1984-1986), um membro esteve sempre presente neste conselho: o presidente do Iphan. Nos volumes 19 e 20, o presidente era Irapoan Cavalcanti⁹, e no volume 21, Angelo Oswald¹⁰. A partir do número 22 (1987), a figura do presidente não mais aparece nos créditos editoriais e a revista continuou sendo editada por um grupo de pessoas, porém, alguns volumes apresentavam conselho editorial em outros não.

Outro aspecto importante constatado é que do número 01 ao 17, apesar de não terem temas centrais definidos, todas as publicações da Revista faziam parte do universo da arquitetura brasileira, sendo, inclusive, o período que mais se publicou sobre a temática. No número 18, não houve publicação sobre arquitetura brasileira, assim como nos números 23, 24, 27, 28, 31, 32, 33 e 34.

Nessa análise editorial, foi possível identificar que, em relação às publicações relacionadas à arquitetura brasileira, pode-se identificar duas fases distintas. A primeira fase corresponde ao período de 1937 a 1969. Esse foi o período mais denso em publicações de arquitetura, sendo a temática predominante em relação aos outros temas publicados. Foram publicados artigos sobre arquitetura religiosa, civil e militar de exemplares distribuídos em diversas regiões do Brasil. Nessa fase, pode-se notar

⁹ Carioca, formado em Administração com mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas. Assumiu a direção executiva da Fundação Casa de Rui Barbosa, entre 1967 e 1978. Trabalhou com Aloísio Magalhães e assumiu o cargo de subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1981 a 1984.

¹⁰ Mineiro, advogado, escritor, curador de arte, jornalista profissional, advogado e gestor público. Foi crítico literário do Diário de Minas e editor do Suplemento Literário de Minas Gerais. Foi presidente do Iphan, entre 1986 e 1987.

uma apresentação de artigos que analisam a importância das edificações para a história do Brasil, sendo retratadas em grupos ou de forma isolada.

A segunda fase corresponde ao ano de 1978 aos dias atuais. Nesse período, alguns momentos são importantes destacar: o volume 18, publicado em 1978, representa um ponto de inflexão, já que não apresentou nenhuma publicação de arquitetura e pelo intervalo de seis anos entre sua publicação e a seguinte.

Após essa pausa, no ano de 1984 foram publicados dois volumes (os números 19 e 20) com conteúdos relacionados à arquitetura brasileira. Porém, é possível notar uma diferença nas publicações dessa fase, pois os artigos sobre arquitetura brasileira tratavam mais especificamente sobre estilos arquitetônicos (Ecletismo e Barroco), restauro do patrimônio arquitetônico e arquitetura vernacular. Nota-se, assim, uma ampliação na abordagem do tema da arquitetura brasileira, assim como uma diminuição considerável na quantidade de artigos relacionados à temática.

A partir do número 23 (1994), a Revista passou a ser temática e a ter um organizador. Segundo Glauco Campello (revista nº 23, página 11, 1994), o organizador era a figura responsável pela coordenação, seleção e organização dos artigos a partir de uma temática específica. Essa temática era discutida e escolhida pelo conselho editorial.

Esse capítulo foi resultado da primeira aproximação ao objeto de estudo, a Revista do Patrimônio. Uma primeira análise sobre as questões editoriais apresenta um periódico de 86 anos de existência que mesmo com as instabilidades pelas quais passou a Instituição responsável por sua edição, continuou mantendo a qualidade do conteúdo publicado. Também foi possível identificar que em relação às publicações sobre a temática da arquitetura brasileira, a Revista do Patrimônio teria duas fases: a primeira de 1937 a 1969, durante a qual conta-se a maior quantidade de publicações sobre a temática. E a segunda fase de 1978 aos dias atuais, de publicações mais esparsas sobre a temática.

Como fonte de pesquisa, a publicação foi importante para pesquisas sobre o patrimônio cultural e sobre a história do Iphan. Como objeto de pesquisa, a Revista já teve reconhecimento pelo seu conteúdo diverso, que abarca desde etnografia e arqueologia, até publicações sobre documentação, acervos, coleções e arquitetura.

Ainda como objeto de estudo, a Revista também já foi estudada pela sua importância no meio editorial como instrumento de divulgação das pesquisas do Iphan. Foi, então, a partir dessa primeira aproximação que se percebeu a falta de

estudos que evidenciam a contribuição da Revista do Patrimônio na construção da noção de arquitetura brasileira.

Foi a análise editorial da Revista do Patrimônio que possibilitou o recorte temporal desta pesquisa. Pois foi a partir dessa análise que se percebeu que a produção sobre arquitetura brasileira se concentrou, em sua maior parte, entre os anos de 1937 e 1984. Também foi possível, através dos dados levantados, cruzar informações a respeito dos artigos e dos respectivos autores que escreveram sobre arquitetura brasileira no periódico, aspecto que será explorado no terceiro capítulo.

3 DEBATES INICIAIS DA ARQUITETURA BRASILEIRA: SEUS TEÓRICOS

Este capítulo trata das noções de arquitetura brasileira presentes nas publicações de alcance nacional e internacional. Foi possível, também, fazer uma análise, realizada em dois momentos. Primeiro, propôs-se um confronto das ideias defendidas por Ricardo Severo, José Mariano Filho e pelos intelectuais do SPHAN. O segundo momento fez esse mesmo confronto com as publicações de Philip Goodwin, Carlos Lemos e Yves Bruand. A partir dessa análise, foi possível elaborar uma síntese e verificar o que era comum às três publicações.

3.1 O CONCEITO DE ARQUITETURA BRASILEIRA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Segundo Segawa (2010), em 1914 iniciou-se um movimento em São Paulo, que tinha como forte representante o português Ricardo Severo, arqueólogo, historiador, engenheiro civil e arquiteto¹¹. Segawa afirma que Ricardo Severo adicionou um “componente inédito” ao debate sobre arquitetura no Brasil: a “valorização da arte tradicional como manifestação de nacionalidade e como elemento de constituição de uma arte brasileira” (Segawa, 2010, p.35). Ainda segundo Segawa, Severo alegava que a origem da cultura brasileira era vinda de Portugal, portanto se fazia necessário o estudo da arte colonial para uma “perfeita cristalização da nacionalidade” (Segawa, 2010, p.35).

A publicação dos proferimentos de Ricardo Severo na Conferência de 1914 e na palestra realizada em 1917 na Escola Politécnica de São Paulo, juntas, constitui a primeira tentativa de sistematização do conhecimento sobre arquitetura tradicional brasileira. Porém, essa sistematização não foi publicada, devido ao início da Primeira Guerra Mundial, que impactou a economia e a sociedade brasileira (SEGAWA, 2010, p.34).

José Mariano Filho¹², médico, crítico das artes, da arquitetura e do urbanismo do Rio de Janeiro, além de ser o “responsável pela denominação neocolonial a este

¹¹ Ricardo Severo foi um engenheiro civil de nacionalidade portuguesa, fixou-se no Brasil se associando ao escritório de Ramos Azevedo, mesma época que “iniciou seu proselitismo por uma arte nacional” (Segawa, 2010, p.35).

¹² José Mariano Filho publicava seus textos nos jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, como ‘O Jornal’ e ‘A Noite’.

movimento tradicionalista”, foi também, a partir de 1919, “quem abriu espaço para que uma série de obras públicas fossem executadas com inspiração na arquitetura tradicional brasileira” (SEGAWA, 2010, p.36).

A respeito da arquitetura brasileira, Milet (1988) afirma que a

discussão ética, que se travava entre os arquitetos à época da constituição do SPHAN, entre falso (estilos históricos) e verdadeiro (arquitetura moderna), associada ao desejo de identificar as origens e tradições brasileiras (MILET, 1988, 180).

contribuiu para a seleção de exemplares dos séculos XVI, XVII e XVIII para serem tombados pelo SPHAN, suprimindo, assim, exemplares do ecletismo, da “art nouveau”, dentre outros. Observa-se que ao longo do século XX, houve mudança na concepção da arquitetura brasileira. Aos poucos, o protagonismo da arquitetura colonial, representada principalmente pelo Barroco, foi aumentando.

Veloso (2018) demonstra em seus estudos que, apesar do conflito existente entre os modernos da “Academia SPHAN”¹³ e os neocoloniais, liderados por José Mariano Filho, os dois grupos convergiam na valorização da arquitetura colonial do século XVIII. Porém, mesmo a valorização compartilhada desta arquitetura tinha diferenças consideráveis no que diz respeito ao “constante passado-futuro da nação brasileira e o resgate da tradição” (VELOSO, 2018, p.159)

Veloso (2018) explica que enquanto os modernos da Academia SPHAN valorizavam a arquitetura colonial buscando ser modernos, o grupo de José Mariano Filho assumia uma “atitude neocolonial”, que consistia em “uma reprodução estilizada e uma valorização do ecletismo” (VELOSO, 2018, p.159). O primeiro grupo valoriza a relação passado-futuro, o segundo, a relação passado-presente.

Nas primeiras décadas do século XX, a discussão sobre o conceito de arquitetura brasileira era uma fatia importante do conjunto de debates travados para caracterizar o que seria a cultura brasileira. Dessa forma, mas não sem controvérsias, o discurso dominante na década de 1930, que persistiu até os anos 1980, reiterava que a arquitetura brasileira tinha suas raízes na arquitetura colonial, principalmente do século XVIII. Além disso, considerava-se que a arquitetura moderna seria um caminho natural de evolução da arquitetura colonial. Essa vertente de pensamento

¹³ O termo “Academia SPHAN” foi concebido pela pesquisadora Mariza Veloso, por acreditar que o ambiente criado por Rodrigo Melo Franco de Andrade com pesquisas, discussões, trocas de informações e leituras críticas do que era escrito era típico de uma academia.

sobre a arquitetura brasileira aos poucos foi se cristalizando e sendo sistematizada em publicações sobre arquitetura.

3.2 AS VERTENTES CONCEITUAIS NA HISTORIOGRAFIA

As ideias sobre arquitetura brasileira começaram a ser sistematizadas em publicações a partir dos anos 1940, após a Exposição Internacional de 1939. A primeira publicação sobre a arquitetura brasileira foi resultado da Exposição, o livro “Brazil Builds” (1943), de Philip L. Goodwin, cujo objetivo era divulgar a arquitetura brasileira (TINEM, 2006). Esse livro foi publicado pelo Museum of Modern Art de New York. Com textos de Philip Goodwin e fotos de G. E. Kidder Smith, a publicação se divide em edifícios antigos e edifícios modernos.

Goodwin (1943) defende em seu texto que a arquitetura colonial foi transplantada de Lisboa, porém ressalta que na arquitetura religiosa houve uma certa diferenciação, pois, as igrejas do Brasil possuíam “linhas gerais mais severas, enriquecidas por verdadeiras joias de talha” (GOODWIN, 1943, p.20), enfatizando que as igrejas de Minas Gerais e da Bahia possuíam uma certa independência do modelo português. Para o autor, os fatores que contribuíram para essa diferenciação da arquitetura foram: o ouro descoberto em Minas Gerais, a escravidão negra (que era mão-de-obra nas construções), as condições naturais como clima e solo.

Ao longo da publicação, Goodwin descreve as características de alguns exemplares da arquitetura colonial situados no Pará, em Pernambuco, na Bahia, na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. O autor mostra em seus textos e nas fotos que ilustram o livro uma arquitetura brasileira composta por edificações coloniais, representadas por exemplares variados de igrejas, casas de fazenda, armazéns, casas térreas, sobrados com muxarabis, varandas, palácios, teatros e fortes.

“Brazil Builds” exerceu o importante papel de apresentar a arquitetura brasileira para o mundo e, apesar de ter sido escrito por um arquiteto norte americano, teve a colaboração de arquitetos não somente estrangeiros, mas também de brasileiros¹⁴, bem como do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Brasileiro, na figura Francisco de Assis Figueiredo, e do SPHAN, na figura de Rodrigo Mello Franco

¹⁴ P.C. Almeida, Álvaro Vital Brazil, Roberto BurleMarx, Flávio de Carvalho, Lúcio Costa, Carlos Frederico Ferreira, Rino Levi, Atílio Correia, Henrique Mindlin, Jorge Moreira, Oscar Niemeyer, Carlos Porto, Afonso Reidy, Paulo Rossi, Aldary Toledo, Gregori Warchavchik, Marcelo e Milton Roberto.

de Andrade (TINEM, 2006). No livro, Goodwin (1943, p.7) afirma que “o colonial foi fortemente fotografado e o moderno não ficou atrás”:

Em 1956, a publicação “Arquitetura Moderna no Brasil”, de Henrique Mindlin, foi concebida quase como um complemento do “Brazil Builds”, incluindo alguns exemplos que não tinham sido contemplados na publicação de 1943. Mindlin tinha o objetivo de apresentar “a imagem daquilo que o Brasil alcançou no campo da arquitetura moderna” (Mindlin, 1956, p.21). Para chegar na arquitetura moderna brasileira, o autor faz um breve resumo da história da arquitetura brasileira, defendendo que a arquitetura brasileira era um resultado das influências dos portugueses, holandeses e franceses que foram adaptadas ao meio e aos recursos disponíveis. Mindlin (1956) dividia as origens da arquitetura em duas influências: a arquitetura de tradição portuguesa marcada com um toque “autenticamente” nativo e a “arquitetura requintada e sofisticada de influência francesa”.

Alguns anos mais tarde, outra publicação com temática semelhante, denominada “Arquitetura Brasileira” (1979), de Carlos Lemos, procurou mostrar um “retrato o mais fiel possível da arquitetura brasileira” (LEMOS, 1979, n.p.), através de um panorama geral, considerando os vários processos de aculturação e a variedade étnica dos envolvidos.

O autor analisou as diversas manifestações de arquitetura, desde a colônia até o século XX, tendo por categoria central o partido arquitetônico. Para isso, utiliza exemplos da arquitetura religiosa, civil, militar e oficial, compreendendo o período colonial até o século XIX.

Além disso, Lemos (1979) classifica a arquitetura em 4 grupos:

- Arquitetura erudita, também chamada “apátrida”, pois era portuguesa na origem, mas amolecida por alguns fatores;
- Arquitetura popular, caracterizada por sua uniformidade e por acompanhar os modismos da arquitetura erudita;
- Arquitetura do litoral, definida como arquitetura portuguesa aclimatada;
- Arquitetura do interior, arquitetura brasileira renascida da recriação.

Lemos (1979) identificou em seu livro o que chamou de “grandes momentos de nossa arquitetura”, que resultaram em um “processo de criação nacional” que significaram a “existência de uma cultura realmente brasileira” (Lemos, 1979, p.12). Estes momentos citados pelo autor foram

essa arquitetura paulista do ciclo bandeirista; o barroco mineiro que teve como autor o mulato simbolizado pelo Aleijadinho e a arquitetura contemporânea, ainda à espera de definições, mas já possuidora de certas qualidades que a identificam bem dentro do quadro da linguagem universal da moderna tecnologia da construção (Lemos, 1979, p.12).

Muitos exemplares da arquitetura brasileira que foram fotografados para os livros “Brazil Builds” e “Arquitetura Brasileira” também apareceram nas páginas da Revista do Patrimônio. Alguns exemplos são: a Igreja de Nossa Senhora da Glória (RJ), a Igreja de Congonhas (MG), o Convento da Penha (PB), a Fazenda Columbandé (RJ), a Igreja de São Miguel (RS), os Fortes de Monte Serrat e Santa Maria (BA), a Casa do Sítio Pai Inácio (SP), a Igreja de São Miguel (SP), dentre outros.

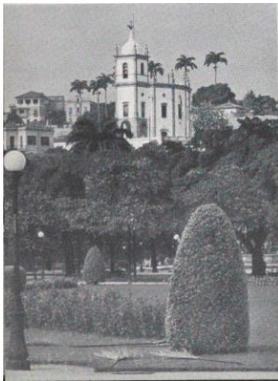


Figura 1 – Igreja Nossa Sra da Glória, RJ
Fonte: Brazil builds (p.30)



Figura 2 – Congonhas do campo, MG
Fonte: Brazil builds (p.44)



Figura 3 – Convento da Penha, ES
Fonte: Brazil builds (p.56)



Figura 4 – Fazenda Columbandé, RJ
Fonte: Brazil builds (p.35)



Figura 5 – Casa do Sítio Pai Inácio (SP)
Fonte: Arquitetura brasileira (p.66)



Figura 6 – Igreja de São Miguel (SP)
Fonte: Arquitetura brasileira (p.22)

Logo depois, em 1981, no livro “Arquitetura contemporânea no Brasil” (1981), de Yves Bruand investigou a arquitetura contemporânea partindo da arquitetura dos séculos XIX e XX. Bruand afirma que o nacionalismo brasileiro foi uma “reação contra os pastiches de estilos históricos europeus em moda no começo do século” (Bruand, 1981, p.25). O autor complementa, ainda, que

em vez de olhar para o futuro, voltara-se para o passado, objetivando a criação de um estilo neocolonial, destinado a revalorizar as tradições históricas locais, adaptando-as mais ou menos às necessidades do presente (Bruand, 1981,p.25).

Bruand também explana em seu estudo sobre a relação da arquitetura colonial e a arquitetura moderna:

Esse retorno consciente dos arquitetos modernos à época colonial, às fontes brasileiras, enquadra-se assim num contexto nacional muito preciso: visava dar uma característica própria à arquitetura, que a distinguisse do “estilo internacional” do período entre as duas guerras mundiais, da qual ela aplica entretanto os princípios fundamentais (Bruand, 1981,p.26)

Sobre esta relação entre a arquitetura nova e a arquitetura colonial, Bruand pontua que o neocolonial teve uma contribuição de aprofundamento do conhecimento acerca da arquitetura colonial, e em consequência, “ajudou na preservação de um patrimônio artístico, cujo valor vinha sendo esquecido” (Bruand, 1981, p.58). O autor completa, ainda, que alguns “pioneiros da nova arquitetura brasileira¹⁵ ”passaram por “uma fase neocolonial antes de se tornarem discípulos de Le Corbusier” (Bruand, 1981, p.58).

Os autores Goodwin, Mindlin e Lemos buscaram classificar a arquitetura em fases ou grupos com características comuns. Apesar de apresentarem diferenças em relação a essa classificação, ambos convergem na ideia de que a arquitetura brasileira, apesar da forte influência portuguesa, surgiu devido à necessidade de adaptação ao clima e aos materiais disponíveis. Porém, para Goodwin, as igrejas de Minas Gerais e da Bahia tinham “uma certa independência do modelo português” devido à utilização da mão-de-obra escrava, do clima e do solo. Enquanto Lemos só considera a arquitetura mineira como a “arquitetura brasileira renascida da recriação” (LEMOS, 1979, n.p.). Outra importante influência destacada foi a chegada da Missão

¹⁵ Lúcio Costa, Atílio Correa Lima, Paulo Antunes Ribeiro, Raphael Galvão e outros

francesa e a conseqüente fundação da Academia de Belas Artes que trouxe ao Brasil uma arquitetura requintada e sofisticada, através do neoclássico, que se tornou o estilo oficial do império.

Nota-se, então, que estes três autores têm em comum a ideia de que a arquitetura brasileira se originou a partir da arquitetura mineira. Os exemplares que os autores apresentam são semelhantes, e em alguns casos, iguais aos presentes nos artigos da Revista do Patrimônio. Isso porque os autores se utilizam de casas, sobrados e igrejas para exemplificar a arquitetura brasileira, evidenciando os mesmos elementos destacados na Revista, tais como os azulejos nas fachadas dos sobrados, as rótulas e muxarabis na arquitetura civil. Na arquitetura religiosa, destacaram o barroco e as igrejas que tiveram Aleijadinho como autor.

Bruand converge com Lemos e Goodwin quando aponta que o clima foi o fator físico que mais interferiu na arquitetura brasileira, pois esse foi o primeiro problema que se colocava para os arquitetos: “o de combater o calor e o excesso de luminosidade provenientes da insolação intensa” (Bruand, 1981, p12).

O elo entre as 4 publicações estudadas foi a Revista do Patrimônio, já que é possível identificar que o periódico serviu de fonte para todas elas. Esse fato só reforça o importante papel que a Revista do Patrimônio teve na constituição do que seria reconhecido como arquitetura brasileira.

A partir da análise das primeiras publicações sobre a arquitetura brasileira, percebe-se que a predominância das ideias contidas nas publicações defende a teoria de que as adaptações pelas quais a arquitetura portuguesa passou no Brasil deram origem à arquitetura brasileira. Constata-se que os elementos apresentados na Revista do Patrimônio foram utilizados pelos autores para exemplificar essa arquitetura brasileira. Então, torna-se necessário apresentar quais elementos fazem parte dessa arquitetura brasileira presente na Revista.

4 ARQUITETURA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

No presente capítulo, constam os resultados alcançados pela análise e pela interpretação dos artigos da Revista do Patrimônio a respeito dos entendimentos evidenciados sobre a arquitetura brasileira e os elementos compositivos de destaque entre 1937 e 1984.

4.1 A TRAMA DA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE ARQUITETURA BRASILEIRA

No primeiro volume da Revista, no artigo “Programa”, Rodrigo Melo Franco de Andrade expõe que o objetivo da Revista do Patrimônio é “divulgar o conhecimento dos valores de arte e história que o Brasil possui e contribuir para seu estudo”. No mesmo artigo, o autor pontua que houve uma falha no primeiro volume, pois o mesmo versava quase inteiramente sobre “monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes”.

Apesar da constatação da falha, a arquitetura continua sendo bastante explorada na Revista do Patrimônio, já que em 40 volumes, 29 apresentam publicações relacionadas à temática de arquitetura.

Ao longo da análise das publicações, percebe-se um esforço dos autores para identificar elementos que qualifiquem a importância histórica dos exemplares de arquitetura analisados. Alguns desses exemplares são tombados pelo IPHAN e outros não. A pesquisa em questão entende a arquitetura brasileira como uma parte importante do Patrimônio Histórico Nacional do IPHAN, porém nem todo exemplar que aparece na revista é considerado parte desse patrimônio.

A partir da análise dos artigos da Revista do Patrimônio, tornou-se necessária, para ajudar a tecer a trama da construção do conceito de arquitetura brasileira, a divisão desses artigos em grupos. Nesta pesquisa, esses grupos foram nomeados de categoria que, segundo verbete do Dicionário Houaiss, significa: “conjunto de pessoas ou coisas que possuem muitas características comuns e podem ser abrangidas ou referidas por um conceito ou concepção genérica”.

Para definir essas categorias, observou-se que dos artigos publicados na Revista do Patrimônio, alguns apresentavam os conjuntos arquitetônicos. Nesses

conjuntos, são apresentadas características em comum, sejam de ordem material ou projetual.

Serão apresentados neste capítulo os conjuntos encontrados nos artigos que versam sobre arquitetura ou conteúdos correlatos da Revista do Patrimônio, bem como serão feitas algumas inferências a respeito do que foi exposto pelos autores nesses artigos. Os conjuntos arquitetônicos na Revista do Patrimônio se dividem em três categorias: Arquitetura Civil, Arquitetura Religiosa e Arquitetura Militar.

4.1.1 Arquitetura civil

A arquitetura civil é compreendida na Revista do Patrimônio por um conjunto de edificações construídas pelo Poder Público ou pela população, por isso contempla desde a casa “desataviada e pobre” (Costa, 1937, p.32¹⁶) até Casas de Câmara e Cadeia.

A arquitetura civil apresentada na revista é predominantemente do período colonial e referente aos séculos XVII, XVIII e XIX. São destacados alguns elementos característicos dessa época, como muxarabis, mísulas, rótulas, urupemas, treliças e balcões. Esses elementos aparecem ao longo de quatro artigos que reforçam a importância deles como elementos característicos da arquitetura colonial: “Casas de residência no Brasil”, de Louis Vauthier, “Documentos baianos”, de Robert Smith; “Casas do século XVIII e XIX em Sorocaba”, de Alúcio de Almeida e “Muxarabís e balcões”, de Estêvão Pinto — este último dedicado ao estudo das origens desses elementos e os motivos de seu quase total desaparecimento no Brasil.

No primeiro volume da Revista do Patrimônio, no artigo “Documentação necessária”, Lúcio Costa já salienta a importância do estudo da arquitetura civil, pois segundo o autor, “o que já havia sido estudado sobre a arquitetura antiga no Brasil era a respeito, principalmente, da arquitetura religiosa envolvendo a obra de Aleijadinho, mas em relação a casa, nada ou quase nada havia sido estudado” (Costa, 1937, p. 31). A arquitetura civil se torna, ao longo das publicações, a categoria mais explorada na Revista do Patrimônio, com 24 artigos distribuídos em 13 volumes, publicados entre os anos de 1937 a 1956.

Costa (1937) indica, no artigo, como examinar detalhadamente a arquitetura civil, apontando algumas características que devem ser observadas ao estudar a

¹⁶ Artigo “Documentação necessária” de Lúcio Costa – Revista do Patrimônio nº01 de 1937

arquitetura residencial, tais como: (1) sistemas e processos de construção, (2) as variações regionais de soluções de plantas e os motivos de tais variações, (3) traçados, (4) telhados e outros materiais (tipo de forros, as portas e janelas).

Ao longo das 13 revistas que apresentam publicações sobre a arquitetura civil, é possível perceber que muitos desses artigos seguiram uma diretriz analítica similar à apontada por Costa (1937). Os artigos que seguem essa diretriz são:

Quadro 3 - Artigos de arquitetura civil

Arquitetura Residencial Urbana	
Artigo	Revista e ano
Piauí e sua arquitetura arquiteto	nº 02-1937
Casas de residência no Brasil	nº 07-1943
A casa de moradia do Brasil antigo	nº 09-1945
Casas dos séculos XVIII e XIX em Sorocaba	nº 09-1945
Arquitetura Residencial Rural	
Artigo	Revista e ano
Um tipo de casa rural no Distrito federal e estado do Rio	nº 07-1943
Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século	nº 08-1944
Arquitetura Oficial	
Artigo	Revista e ano
Casas de Câmara e Cadeia	nº 11-1947

Fonte: elaborado pela autora

Através da análise desses artigos, foi possível perceber que alguns autores que escreveram sobre arquitetura civil na Revista do Patrimônio identificaram alguns aspectos difundidos na arquitetura moderna (ver **Quadro 4 - Trechos da Revista do Patrimônio**), principalmente pelo arquiteto Le Corbusier. Percebe-se, assim, a valorização do material bastante usado nas construções da arquitetura moderna, através da comparação da taipa com o concreto armado. E percebe-se, também, um dos princípios difundidos por Le Corbusier, como o conceito da máquina de morar aplicado a uma casa rural paulista, a funcionalidade, a verdade construtiva e a valorização do concreto armado, sendo comparado à taipa, definida como “barro armado”. Esse entendimento corrobora com a ideia de Costa (1937) de que através do estudo da arquitetura civil colonial, pode-se concluir que a arquitetura moderna “se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando.” (COSTA, 1937, p.35).

Quadro 4 – Múltiplas narrativas para a mesma temática

Costa (1937)	Saia (1944)	Barreto (1947)
“... barro armado com madeira tem qualquer coisa de nosso concreto armado . ” (Revista do Patrimônio nº 01-1937, p.34)	“Terá usado, também, a construção de taipa , mas não era mais aquele verdadeiro barro armado que encontramos nas construções do segundo século.” (Revista do Patrimônio nº 04-1944, p.272) “A casa de Fernão Pais de Barros é mais “máquina de morar”, porém máquina essencial, exclusiva, definitiva . É a máquina completa, que prevê a religião para a família e para os escravos, prevê hóspedes, e a separação entre família e tudo que seja adventício”. (Revista do Patrimônio nº04-1944, p. 247)	“...diremos tratar de um processo de execução semelhante ao da taipa-de-pilão, ao do formigão, ao do concreto-ciclópico , - e porque não dizer também? - Ao do concreto-armado . Trata-se, enfim, de um processo que tem raízes no tempo” (Revista do Patrimônio nº 11-1947, p.98)
Rodrigues (1945)	Reis (1955)	
“De taipa : terra úmida, calçada com soquetes pesados, dentro de uma armação de tábuas (lembrando o cimento armado de hoje), presas a esteios verticais e estes aos horizontais, do andaime”. (Revista do Patrimônio nº01-1937, P.167)	“Acompanhando, como arquiteto, o movimento que se vem operando em nosso tempo, no campo das artes plásticas, não podemos deixar de sentir muito claramente a correlação existente entre os conceitos estéticos mais atuais e as chamadas Arcuaturn opus dos romanos . Foi Le Corbusier que, nos seus primeiros escritos, começou a chamar a atenção dos arquitetos para as grandes estruturas de Eiffel, Freyssinet e outros, contrapondo-as, como obras que não falseavam a verdade construtiva , reais produtos que eram da técnica dos tempos modernos, aos modelos de pseudo-arquitetura, saídos das academias, em franca decadência. Era o início da grande campanha da arquitetura moderna, em que pioneiros foram buscar nas obras monumentais que a revolução técnica e industrial já estava produzindo os exemplos “funcionais” capazes de inspirar a regeneração dos princípios básicos da arquitetura ”. (Revista do Patrimônio nº12-1955, p. 102)	

Fonte: elaboração própria, grifos da autora

No Brasil, o surgimento da arquitetura moderna seguiu em paralelo à busca por uma definição do que seria a arquitetura brasileira — mas não só uma arquitetura moderna brasileira, como também qual seria a origem da arquitetura no Brasil. Os arquitetos modernos¹⁷, que tinham como figura central Lúcio Costa, estavam buscando uma arquitetura brasileira nova, ao mesmo tempo que estudavam a arquitetura brasileira colonial. Por isso, é possível ver em artigos de 1937 a 1955 uma busca pelos elementos que caracterizam a arquitetura dos primeiros séculos no Brasil, e esses mesmos elementos auxiliam na legitimação dessa arquitetura brasileira nova, dando um sentido de continuidade.

¹⁷ Esses arquitetos tiveram uma grande influência de Le Corbusier, que visitou o Brasil em 1929, proferindo palestras sobre os princípios da arquitetura moderna, e em 1936, quando deu orientações a respeito do projeto do Ministério de Educação e Saúde.

Essa foi uma vertente temática explorada em nesses cinco artigos publicados ao longo dos 18 primeiros anos de existência do periódico. Os autores desses artigos: Lucio Costa, Luís Saia, Paulo T. Barreto, José de Souza Reis e Washt Rodrigues, apenas o último não era diretamente ligado ao SPHAN. Percebe-se então que esta era uma ideia compartilhada entre os arquitetos do órgão.

Estas ideias convergem com as conclusões de Bruand e de Millet sobre a conexão da arquitetura colonial com a arquitetura moderna de “dar uma característica própria à arquitetura” (Bruand, 1981, p. 26) e “os modernos da Academia SPHAN valorizavam a arquitetura colonial buscando ser modernos” (Milet, 1988, p.159)

Arquitetura Residencial Urbana

No artigo “A casa de moradia do Brasil antigo”, Rodrigues (1945, p.159) afirma que a casa do Brasil antigo seguia “um padrão uniforme com características permanentes” e uma “unidade do seu aspecto em todo território”, caracterizado “pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção”. Mesmo com afirmações tão veementes sobre imutabilidade e uniformidade, ao longo do artigo muda um pouco o entendimento quando afirma:

planta da casa antiga apresenta multiplicidade de tipos, como é natural, tanto a do sobrado espaçoso da cidade, ou a esparramada casa da fazenda ou de engenho, como da modesta e pequenina casa de porta e janela (Rodrigues, 1945, p. 170).

Em uma das cartas publicadas na Revista Vauthier (1853)¹⁸, também discorre sobre uniformidade, quando afirma que “essa forma rígida, esse tipo único, comprimido na largura, não se presta nada, bem o compreendeis, a uma variedade de disposições internas. Assim, quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (p.143). Se essa afirmação for analisada em termos de programa, a casa brasileira colonial apresentada nos artigos da Revista do Patrimônio realmente não possui tantas variações; mas em relação aos tipos, as casas térreas e os sobrados brasileiros possuem semelhanças e diferenças de acordo com a localização geográfica.

¹⁸ Trecho do relato contido nas cartas escritas por Vauthier sobre as casas de residência no Brasil durante a permanência do engenheiro no país (1840-1846), publicadas em 1853, traduzidas por Vera Melo Franco de Andrade e publicadas na Revista do Patrimônio nº 07 de 1943, p. 143.

Os artigos que explanam sobre arquitetura residencial na Revista do Patrimônio, demonstram as diferenças pontuais das casas brasileiras, através de exemplos de edificações que possuem função apenas de residência e edificações mistas (residência e trabalho), localizadas no meio urbano. Essas edificações apresentam especificidades quanto ao programa, ao partido, ao material de construção e à forma. Essas especificidades variam também em termos geográficos, devido ao clima, ao poder aquisitivo e à disponibilidade de materiais de construção.

Essas edificações, tanto a casa térrea como o sobrado, têm em comum sua divisão em duas partes: a de receber (social ou comercial) e a de habitar (restrita à família).

A casa térrea possui uma certa diferenciação tipológica em que é possível perceber a diferença através da proporção de largura e comprimento da planta, bem como pela forma como os cômodos se distribuem. No Recife, observa-se edificações mais estreitas e com pouca variação de cômodos, enquanto que no Piauí observa-se três variações da casa térrea, que em um mesmo programa vai aumentando em quantidade de cômodos e por consequência a planta também vai se “espraiando”.

A partir da análise dos artigos sobre arquitetura residencial, foi possível notar que assim como a casa térrea, o sobrado também possui variações tipológicas, ilustradas pela diversidade de cômodos com funções distintas e uma maior complexidade na plástica. Em Recife, apesar de existirem dois tipos de sobrados, o programa não é muito diferente entre eles.

Quadro 5 – Variações de tipos de casa térrea

Pernambuco (Recife)	Piauí
<u>Tipo 1a</u>	<u>Tipo 1b (Porta e Janela)</u>
Sala na frente	Uma sala
Alcova	Um quarto dependente
Sala posterior	(passagem para a varanda)
1 ou 2 quartos	Varanda
Pátio contíguo a casa (sala de jantar e cozinha)	Uma “puxada” complementando a varanda
Largura de 4,40 a 5,50 metros	(onde fica o fogão e o forno)
	<u>Tipo 2b (Meia morada)</u>
	Sala
	Quarto (independente)
	Varanda maior
	Corredor
	<u>Tipo 3b (Morada inteira)</u>
	Corredor (central)
	Quarto e sala se repete nos dois lados
	Varanda (ainda maior)
	Cozinha
	Quando há necessidade de mais cômodos a “puxada” de prolonga
	A cozinha recua
	Surge o correr (elemento de ligação com a varanda)
	Uma das salas pode ser quarto de hóspedes
	Planta é geralmente em L, algumas vezes em U

Fonte: elaboração própria, através dos artigos publicados na Revista do patrimônio de Vauthier (1853) e Barreto (1938).

Arquitetura Residencial Rural

Os artigos sobre arquitetura residencial rural também apontam particularidades dos exemplares. Assim, a arquitetura residencial rural é constituída desde “casas rurais mais modestas” (Cardoso, 1943, p.223), até casas de fazenda e o conjunto arquitetônico dos engenhos de cana-de-açúcar. Tanto as casas de fazenda quanto os engenhos podem apresentar uma capela. Os engenhos eram formados, principalmente, pela casa-grande, a usina e a senzala, a maioria deles possuindo, também, uma capela.

A partir da análise dos artigos “Um tipo de casa rural no Distrito federal e estado do Rio”, de Joaquim Cardoso (1943)¹⁹, “Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século”, de Luís Saia (1944)²⁰ e “Casas de Residência no Brasil”, de L.L. Vauthier²¹, foi possível identificar semelhanças e diferenças entre as residências rurais apresentadas nos artigos.

Segundo Cardoso (1943), o engenho era construído de forma primitiva com “grandes esteios de madeira e pesado vigamento na cobertura”, enquanto a casa grande e a capela recebiam um melhor tratamento, “chegando mesmo a um certo grau de apuro estético, em que pese à simplicidade dos meios construtivos” (CARDOSO, 1943, p.212). A localização da casa grande e a separação entre a residência e o trabalho era semelhante à encontrada no tipo 1b das residências rurais apontadas por Saia (1944).

Cardoso (1943) classifica as edificações em três grupos, analisando-as a partir dos elementos de fachada, partido da planta, elementos construtivos e quantidade de pavimentos. Nesse conjunto de edificações, observa-se uma certa variedade de características, pois abrange “casas rurais mais modestas” com ou sem alpendre até “casas com uma fachada principal mais cuidada com a parte central mais elevada em sobrado”, estas últimas apresentando um maior “requite no emprego das esquadrias, melhor acabamento na execução da alvenaria e nos revestimentos” (CARDOSO, 1943, p.223-224).

No artigo “Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século”, Saia (1944) estuda doze exemplares de “um tipo de residência rural” que seria uma

¹⁹ Revista do Patrimônio nº07 de 1943

²⁰ Revista do Patrimônio nº08 de 1944

²¹ Quatro cartas de Louis Vauthier publicadas na Revista do Patrimônio nº07 de 1943

“solução arquitetônica típica para os fazendeiros mais abastados do século XVII” (SAIA, 1944, p.211). Saia (1944) faz uma análise da arquitetura rural a partir do local onde se assentava a residência, o modo de agenciá-la no terreno, o esquema de planta e o programa.

O autor divide os exemplares em duas épocas: a primeira época inclui “uns mais puros como solução arquitetônica do problema da residência”, esses sem data definida e classificados por ele como “mais ortodoxos do ponto de vista de planejamento e de execução técnica” (SAIA, 1944, p.211). A outra época definida pelo autor foi fim do século XVII ou do século XVIII; esses exemplares são definidos como “menos seguros no tocante à solução construtiva e ao funcionamento” (SAIA, 1944, p.211).

Outra distinção que o autor aponta nas duas épocas é em relação à taipa: as executadas antes dos séculos XVII e XVIII tinham “peças de madeira, situadas no interior das paredes, em sentido longitudinal, a intervalos que variam de 60 cm a 1 metro” sendo qualificadas pelo autor como “uma verdadeira terra armada” (SAIA, 1944, p.229-230).

Segundo Saia (1944), alguns pontos em comum às duas épocas é o fato de que em ambas, “os exemplares estão assentados sobre plataformas” e a “planta é sempre desenvolvida num retângulo”, obedecendo a “esquema fechado e rígido” de construção, “definição arquitetônica, plástica e funcional” (SAIA, 1944, p.213).

Quadro 6- Tipos de residências rurais

Arquitetura Residencial Rural		
Distrito federal e estado do Rio ²²	São Paulo ²³	Recife
<p><u>Tipo 1a</u> Corpo de fachadas retangulares e de iguais dimensões, grande número de portas e janelas Planta muito simétrica e em forma de U ou de um quadrado; *Essa é a forma predominante em Campos, cuja forma parece ser transmitida pelo tipo, conhecido como solar do Colégio.</p> <p><u>Tipo 2a</u> Reúne casas rurais mais modestas Uma linha de fachada bem curiosa, obtida pelo prolongamento das duas águas principais do telhado; com alpendre ou sem ele – que, quando existe, é invariavelmente sobre esteios de madeira – apresentam uma certa uniformidade na disposição de portas e janelas. Processos construtivos mais primitivos e rudimentares do que os que foram empregados em todos os outros.</p> <p><u>Tipo 3a</u> Casas com uma fachada principal mais cuidada Na parte central mais elevada em sobrado Duas alas laterais simétricas, com mais requinte no emprego das esquadrias, melhor acabamento na execução da alvenaria e nos revestimentos. São construção mais recentes</p> <p><u>Tipo 4a</u> Um corpo principal coberto por um telhado de quatro águas, terminando numa das fachadas em larga varanda Às vezes as fachadas laterais prosseguem em duas novas alas. A larga varanda da frente tem, como suporte do telhado, colunas de alvenaria de tijolo muito bem construídas)</p>	<p><u>Tipo 1b</u> Localização em um ponto alto Fachada voltada para o norte ou noroeste Assentado sob plataformas Planta desenvolvida em retângulo com esquema fechado e rígido Faixa fronteira com alpendre central, em um dos lados a capela e do outro quarto de hóspedes Atrás dessa faixa, distribuem-se lateralmente os quartos de dormir Na parte central, uma sala Paredes de taipa Telhado de quatro águas Separação total da residência em relação ao resto da fazenda</p> <p><u>Tipo 2b</u> Localização próximo ao mar Engenho movido a roda de água Local para beneficiamento, alambique e depósito A residência localizava-se próxima ao engenho e local de beneficiamento de modo que dela se podia fiscalizar os trabalhos Não existe uma clara separação entre residência e trabalho</p>	<p><u>Engenho</u> Casa grande: localizada no ponto mais alto do terreno, com primeiro andar, janelas e portas de envidraçadas, O programa da casa grande é: o térreo com depósito ou utilizado para serviço e o primeiro andar com salão, quarto de hóspedes, sala de jantar, quartos de dormir, cozinha e capela A capela localizada no centro junto à casa grande, distinguindo-se do resto da edificação pelos ornatos do frontão, a cruz de madeira e a porta mais espaçosa A construção não possui uma ordem, pois possui janelas de vários formatos e tamanhos, rincões e cumeeiras diferentes, mostrando que foram construídos por proprietários diferentes Senzala com comprido telheiro, paredes de barro, várias portas baixas e estreitas, Usina com cobertura sustentada por pilares de tijolos e paredes baixas</p>

Fonte: elaborado pela autora, através dos artigos publicados na Revista do patrimônio de Cardoso (1943), Saia (1944) e Vauthier (1853).

²² O artigo abrange casas rurais do distrito federal (RJ) e estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, Maricá, Campos, Paraíba do Sul, Nova Iguaçu, Jacarepaguá, Niterói.

²³ Município de São Paulo, municípios vizinhos, São Roque e Sorocaba

Arquitetura Oficial

A Arquitetura Oficial apresentada na Revista do Patrimônio é composta de edificações construídas pelo Poder Público, de funções variadas, podendo exercer uma só função, alterada no decorrer dos anos, ou abrigar mais de uma função. Os palácios ou paços correspondem às edificações que passaram por várias modificações ao longo dos anos para abrigar as especificidades das funções de cada época. As Casas de Câmara e Cadeia abrigavam, em uma mesma edificação, duas funções distintas. Por fim, havia as construções que serviam de infraestrutura urbana, como aquedutos, fontes e chafarizes.

A categoria “Palácio” foi explorada em oito artigos distribuídos entre os anos de 1944 e 1946. São edificações que possuíam propósitos variados ao longo dos anos, tais como: residência oficial de condes ou governadores, sede de bispado, domicílio de religiosos e hospital. Os exemplares do Palácio da Vila do Carmo, em Minas Gerais, construído no século XVIII, e o Palácio Velho de Belém, demolido e reconstruído no século XVIII, existem até hoje. O Palácio das Torres, em Recife, construído no século XVI por ordem de Maurício de Nassau, assim como o Palácio dos Governadores de Cachoeira do Campo, construído no século XVIII, não existem mais.

A categoria “Casa de Câmara e Cadeia” aparece em dois volumes da revista, um publicado em 1947, uma tese apresentada por Paulo Thedim Barreto à Faculdade Nacional de Arquitetura para ingresso no cargo de professor; e o outro publicado em 1968, pelo mesmo autor. O primeiro artigo apresenta a origem das casas de câmara e cadeia, bem como as características das edificações, os materiais utilizados na construção e os variados programas e partidos. Por fim, são apresentados alguns exemplares existentes no Brasil. O segundo artigo apresenta as características e programa da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

Segundo Barreto (1947), as Casas de Câmara e Cadeia possuíam a finalidade de satisfazer as necessidades administrativas, judiciais, penitenciárias e religiosas. Por isso, a variedade do programa se dava em função da necessidade e dos recursos materiais que os municípios dispunham. Geralmente, tinham dois andares e a forma de sobrado, com alguns poucos exemplares de um só andar.

Outra categoria que aparece em dois artigos nos anos de 1940 e 1956 é a de “aquedutos”, construções que proveem o abastecimento de água. Os dois artigos

discorrem sobre o aqueduto da Carioca, mais conhecido como Arcos da Lapa. Mas o segundo artigo, além de analisar o aqueduto da Carioca, discorre também sobre outros aquedutos de importância no Brasil.

No segundo artigo, o autor dá maior ênfase ao aqueduto da Carioca por considerá-lo um “monumento do patrimônio histórico e artístico universal” (Reis, 1955, p.9). Dois elementos que complementavam a infraestrutura de abastecimento das cidades coloniais eram as fontes e os chafarizes, pois os aquedutos canalizavam a água, enquanto as fontes e chafarizes levavam essa água diretamente à população. No artigo “Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro” (1946), Noronha Santos reforça a importância dessas construções para o abastecimento da população do Rio de Janeiro, além de fazer um histórico da construção de alguns exemplares.

Foi identificado nesta análise que os tipos apresentados nos artigos sobre arquitetura civil buscaram identificar os elementos que caracterizavam, ou mesmo diferenciavam, a arquitetura colonial brasileira. Tais elementos evidenciam características de material e adaptações climáticas.

Na arquitetura civil, percebe-se uma análise equilibrada de elementos históricos e características, materiais e projetuais, corroborando com a formação dos autores que também é equilibrada entre historiadores e arquitetos/engenheiros. Percebe-se a importância dessa categoria para o IPHAN, já que metade dos autores possuem relação direta com o órgão (ver **Quadro 15**, no Anexo B). A formação dos autores que escreveram sobre arquitetura civil na revista distribuiu-se de maneira equilibrada entre historiadores, arquitetos e engenheiros, trazendo um conhecimento bastante completo a respeito da categoria.

4.1.2 Arquitetura religiosa

A Arquitetura religiosa apresentada na Revista do Patrimônio é constituída por um conjunto de edificações: “monumentos”, “jóias arquitetônicas” (Trindade, 1945, p.218). ou até “singelas construções, mas com valor histórico, artístico ou patriótico”. Algumas dessas edificações possuem características conferidas a ordens religiosas, como jesuítas, franciscanos, beneditinos e oratorianos.

Os artigos publicados na Revista sobre arquitetura religiosa apresentam uma grande variedade de características que aparecem em artigos sobre uma edificação ou em artigos sobre conjuntos de edificações que compartilham características em

comum, tais como localização geográfica, material empregado na construção ou construídos por uma mesma ordem religiosa.

Os artigos que analisam as edificações isoladas apresentam descrição das características das edificações, dados históricos (origem, construção, modificações ao longo dos anos e outros fatos relevantes da história do Brasil que envolvem a edificação) e em alguns são apresentados também o estado de conservação das edificações.

A arquitetura religiosa foi a segunda categoria mais explorada pela Revista do Patrimônio, com 26 artigos distribuídos em 10 volumes, publicados entre os anos de 1937 e 1987. No período de 1937 a 1956, foram publicados artigos que apresentavam as seguintes categorias: Capelas, Igrejas, Casa Capitular, Colégios, Seminários, Mosteiro e Conventos.

As edificações da categoria “Colégio” analisadas na revista são ligadas aos Jesuítas por um importante papel nas missões indígenas, como também na formação religiosa e educacional na época da colônia. Essa categoria é representada por quatro artigos publicados entre os anos de 1938 e 1943. Os artigos tratam de três Colégios Jesuítas construídos entre os séculos XVII e XVIII.

Os artigos “O Solar do Colégio” e “O Colégio de S. Alexandre e a igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará”, tratam de colégios que possuem forma de quadra com pátio interno. O artigo “Colégio dos Jesuítas em Paranaguá” trata de um colégio que virou ruína e que é formado por três corpos, um de frente e dois laterais. O artigo que discorre sobre o Colégio Jesuíta da Bahia atenta-se a descrever relatos de viajantes que, ao escrever sobre a importância do colégio e da Igreja, ressaltaram com maior ênfase a importância da sacristia da igreja, descrevendo com detalhes suas características plásticas. Esses relatos referem-se ao Colégio, juntamente com a sacristia, como “um dos monumentos baianos de maior valor artístico ou histórico” (Pontual, 1940, p.201).

Outra edificação de importância histórica e religiosa construída pelos Jesuítas foi o Seminário de Belém da Cachoeira da Bahia. O Seminário foi construído em forma de pátio com claustro, mas é descrito como uma ruína em que resta apenas a igreja, quase arruinada, e dois arcos romanos do antigo claustro.

Uma categoria que aparece em apenas em um artigo é o “Mosteiro” da casa, antiga fazenda de São Bento em Iguazu, descrito pelo autor como “fazenda com casa grande nova, em forma de mosteiro, com pátio ou claustro” (Nigra, 1943, n.p.). A forma

dessa casa grande se assemelha à do Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. Construída por monges beneditinos no século XVIII, é descrita como “uma simples e sólida construção de sobrado e quadra do claustro incompleta por faltar a última parte paralela à fachada principal” (Ibidem). A fachada principal possui o frontispício da igreja, em cada canto duas janelas-portas de sacada dos dois grandes salões e no meio as seis janelas das respectivas celas.

As edificações da categoria “Convento” analisadas na revista são todas ligadas aos Franciscanos. Possuem azulejos decorativos e abrigam atividades de romaria. Os conventos são retratados em três artigos publicados entre os anos de 1943 e 1956. Os conventos franciscanos estudados na revista foram construídos entre os séculos XVI e XVII. Um dos artigos apenas analisa e descreve as características dos azulejos que revestem as paredes do convento, sem deter atenção às características da edificação. Finalmente, o artigo “Convento de Santo Antônio de Ipojuca” apresenta um convento que “possui linhas sóbrias de fachada que traduzem o ideal de pobreza que guiava os franciscanos alcantarinos” (Willeke, 1956, p.311).

As edificações da categoria “Capela” analisadas aparecem em três artigos publicados nos anos de 1937 e 1938. Os artigos apresentam três capelas do século XVII, porém, bem distintas umas das outras. A Capela de Santo Antônio (São Paulo) possui uma fachada de madeira e uma torre sineira totalmente aberta de disposição singular, que não fica junto ao corpo da capela e nem dela separada.

A capela de N. S. de Sant’Ana (Minas Gerais) é “simples com frontispício de pedra argamassada e janelas com molduras de pedra sabão, um interior com talha admirável e um altar-mor cercado de ornatos caprichosos” (Macêdo, 1937, n.p.). A Capela de S. José do Jenipapo (Minas Gerais), cuja autoria é atribuída aos jesuítas, é “severa no exterior e no interior possui ornamentos luxuosos” (Almeida, 1938, p.225).

Sobre as edificações da categoria “Igreja” foram analisados sete artigos publicados nos anos de 1937 e 1940. Essas igrejas foram construídas entre os séculos XVI e XIX, por isso é possível perceber uma grande heterogeneidade entre elas, apresentando uma variedade de características.

A Igreja dos Montes Guararapes (Pernambuco) é qualificada como “monumento de patriotismo e de fé” (Fernandes, 1937, p.113). O autor ainda afirma que ela foi uma das mais belas e importantes que os arquitetos portugueses

construíram no século XVIII. Possui no seu interior um revestimento de azulejos com arabescos.

A Igreja dos Remédios (São Paulo) foi construída ou reconstruída no século XIX. Segundo Sant'Anna (1937, p. 127), é “um edifício assobradado, sem torre, de uns doze metros de frente e por cinquenta de fundos” e possui uma fachada de azulejos azuis.

A respeito da Igreja de São Francisco Xavier (Rio de Janeiro), Santos (1937, p.140) escreveu que “o aspecto do templo é de uma pequena capela – com a mesma contextura e traços acaçapados da maioria dos santuários erguidos nos primeiros tempos de colônia”. Além disso, afirma que a torre, o sino, as janelas e as portas possuem proporções reduzidas com paredes grossas, as pesadas portas com almofadas e o relógio de sol, sendo estes dois últimos traços típicos do “estilo jesuítico” (Santos, 1937, n.p.).

As igrejas de São Francisco, em Mariana; da Mercês e de São José, em Ouro Preto, todas do século XVIII, foram estudadas pelo Cônego Raimundo Trindade e cada uma delas analisada em artigos publicados entre os anos de 1943 e 1956. Devido a este fato, é possível perceber uma estrutura de análise parecida nos três artigos. Os textos trazem informações sobre a construção das igrejas, apontando os responsáveis pelos riscos e os envolvidos na construção das edificações, evidenciando os mestres e demais responsáveis por cada parte da edificação, tais como: pintura, carpintaria, cantaria, ourives, entre outros.

O artigo “O Piauí e sua arquitetura”, possui um tópico sobre arquitetura religiosa, no qual é identificada a influência do Maranhão na arquitetura religiosa do Piauí e o fato de que as igrejas de ambos os estados são “pobres e não permitem um paralelo com as demais igrejas do Brasil” (Barreto, 1938, p.221). O autor defende, ainda, que as igrejas encontradas do Piauí são “inexpressivas, sem valor artístico e acanhadas” (p.222). Ele aponta como exceção as matrizes de N.S. das Vitórias, de 1733, e a N.S. do Carmo Piracuruca, de 1743, por se tratar de “exemplares esporádicos, trazidos de fora” (p.222), o que é notável pelo sistema construtivo. Apesar de dar pistas de como essas igrejas se destacavam das demais, o autor não descreve quais características diferenciam essas igrejas.

Foram analisados também o adro e as doze estátuas do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, considerado “um monumento de arquitetura e uma grande obra

plástica” (Reis, 1939, p. 207). A relevância dada a essa composição é atestada pela importância do construtor, Antônio Francisco Lisboa, o aleijadinho. (Reis, 1939)

Uma outra edificação que aparece de forma isolada e em apenas um artigo é a casa capitular de Mariana, descrita como uma das “jóias arquitetônicas mais preciosas de que se esmalta a velha cidade mineira” (Trindade, 1945, p.218). O artigo detém-se a analisar as origens e desmistificar a lenda de que lá teria funcionado uma prisão de padres, mas não apresenta descrição de características da edificação.

As igrejas também foram apresentadas na revista através de grupos, foram seis artigos publicados entre 1938 e 1945 que seguiram essa linha de raciocínio (ver Quadro 5).

Quadro 5 - Grupos de tipos na arquitetura religiosa

Arquitetura Religiosa	
Artigo	Revista e ano
O alpendre nas capelas brasileiras	nº 03-1939
Arquitetura dos Jesuítas no Brasil	nº 05-1941
Capelas antigas de São Paulo	nº 05-1941
Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa no Nordeste	nº 06-1942
A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco	nº09-1945

Fonte: elaborado pela autora

O artigo que analisa as edificações parte de um elemento característico das construções: o alpendre. Saia (1939, p.236) inicia o artigo discutindo a “origem mestiçada da latada nordestina²⁴” e defende que essa solução tenha uma influência hispano-americana. O autor completa a opinião a respeito da origem da capela alpendrada demonstrando que o “edifício religioso alpendrado é uma tradição arquitetônica ocidental que data dos primeiros anos do cristianismo” (Saia, 1939, p.237).

Saia (1939, p.238) ainda compara as capelas alpendradas com a basílica romana que tem “um adro retangular quase inteiramente alpendrado”. Ele destaca que esse adro da basílica romana tinha a função de separar as diferentes castas. A partir deste fato, o autor traz a hipótese de que a capela alpendrada brasileira tenha influência da basílica romana, pois nela também existe a separação de castas, já que “os participantes de certas danças populares não teriam acesso a igreja, permanecendo no alpendre” (Saia, 1939, p.240).

No artigo “A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco” (Lima Júnior, 1945), o autor discorre sobre a origem da Congregação do Oratório, bem como sobre a construção do Convento de Santo Amaro de Água Fria em Olinda, hoje inexistente, e dá um grande destaque à Igreja da Madre de Deus, descrevendo-a como “um dos mais notáveis monumentos de arte religiosa”. Em seguida, afirma que o templo foi “restaurado e está sob a vigilância da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (Lima Júnior, 1945, p.346).

O artigo intitulado “Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”, é iniciado frisando que a arquitetura dos jesuítas, mesmo sendo a contribuição mais rica ou mais bela, é uma das mais significativas. Costa (1941, p.9) discorda da “denominação comum de “arte

²⁴ A latada nordestina é uma peça da casa sertaneja, formada por 4 esteios e uma cobertura horizontal de galhos e folhas, geralmente encostada na habitação (Saia, 1939).

jesuítica” para todas as manifestações de arte religiosa dos séculos XVII e XVIII”. Ele afirma, então, que

apesar das mudanças de forma, das mudanças de material e das mudanças de técnica, a personalidade inconfundível dos padres, o “espírito jesuítico”, vem sempre à tona: - é a marca, o “cachet” (nota de rodapé) que identifica todas elas e as diferencia, à primeira vista, das demais. E é precisamente essa constante, que persiste sem embargo das acomodações impostas pela experiência e pela moda – ora perdida no conjunto da composição, ora escondida numa ou noutra particularidade dela – essa presença irreduzível e acima de todas as modalidades de estilo porventura adotadas, é que constitui, no fundo, o verdadeiro “estilo” dos padres da Companhia (Costa, 1941, p.13).

Apresentando-se quase como uma continuação do artigo sobre a arquitetura dos Jesuítas no Brasil, o artigo “Capelas antigas de São Paulo” (1997), de Sérgio Buarque de Holanda, expõe um recorte desse universo da arquitetura dos jesuítas no Brasil, apresentando cinco capelas paulistas, todas elas construídas pelos jesuítas e analisadas no artigo anterior.

Assim, ele discorre sobre fatos históricos da Capela de São Miguel (São Miguel Paulista), a Capela de Nossa Senhora da Graça (Carapicuíba), a Igreja Nossa Senhora do Rosário (Embú), a Igreja Nossa Senhora da Conceição (Voturuna) e a Capela de Santo Antônio (São Roque). Esta última já havia sido analisada no primeiro volume, por Mário de Andrade. Corroborando com a opinião de Mário de Andrade (1937) de que a valoração dos bens existentes em São Paulo tem que ser realizada pelo ângulo histórico, nesse artigo o autor trata, principalmente, de fatos históricos de cada uma das cinco capelas, demonstrando sua importância histórica.

Dentro do recorte temporal da pesquisa em questão (1937 a 1956), um artigo da Revista do Patrimônio trata da questão do estilo na arquitetura: “Ligeiras notas sobre a arte religiosa no Brasil” de Augusto de Lima Junior em 1938.

O artigo “Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil” discorre um pouco sobre os estilos arquitetônicos na arquitetura religiosa brasileira e algumas características da arte religiosa no Brasil, mais especificamente sobre a composição dos altares e decoração do interior das igrejas.

O autor defende que a qualificação generalizada de “barroco-jesuítico” é errada, pois este estilo se encaixa em apenas alguns poucos exemplares. Portanto, o autor afirma que a qualificação correta para estes exemplares seria “pré-românica portuguesa ou barrocas, da escola de Maфра ou de Nasoni” (Lima Junior, 1938, p.101). Já os exemplares da segunda metade do século XVIII, passaram por uma evolução com o aparecimento do barroco brasileiro, encontrado em Ouro Preto, São João d’El

Rei e Sabará. No norte do Brasil fica evidente a influência das fachadas italianas trazidas através dos frades franciscanos, sendo a Igreja do Espírito Santo (Florença), reconstruída em 1841 por Brunelleschi, inspiração e modelo para muitas igrejas do norte e centro brasileiro (Lima Junior, 1938, p.).

Nos artigos sobre arquitetura religiosa, percebe-se uma análise mais voltada para importância histórica, pois a maioria dos autores concentram-se em apresentar dados de origem das construções, fatos históricos importantes e discussões sobre os construtores e projetistas. Assim, poucos deles apresentam características projetuais e materiais. Não por coincidência, metade dos autores possui formação em história. Ainda é possível notar nessa categoria uma considerável participação de autores que possuem relação com o IPHAN. Porém, percebe-se também a participação de autores de outros órgãos de preservação e membros eclesiásticos, demonstrando que a categoria envolve interesses de outras instâncias (ver **Quadro 15**, no Anexo B).

4.1.3 Arquitetura militar

A arquitetura militar na Revista do Patrimônio pode ser definida como o conjunto de edificações com funções de defesa localizadas em pontos estratégicos no território brasileiro. Essas edificações foram representadas por fortes, fortalezas, fortins e baterias. Os artigos da revista qualificam essas edificações por seu valor histórico ou histórico-artístico, pela sua eficiência militar e por suas posições estratégicas de defesa.

A arquitetura militar foi a categoria menos explorada na Revista do Patrimônio, aparecendo em 7 volumes, entre os anos de 1937 e 1956, 7, com um total de 7 artigos, alguns deles apresentando apenas uma fortificação e outros apresentando conjuntos de fortificações.

O primeiro artigo na temática de arquitetura militar, publicado na Revista do Patrimônio, já apareceu no primeiro volume (nº 01-1937) e intitulava-se “Uma relíquia notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago de Bertoga”, escrito por Afonso Do E. Taunay. O autor apresenta uma série de dados históricos para atestar a importância da fortificação, além de prestar um apelo pela sua conservação devido ao caráter de singularidade, por se tratar do “único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo” (TAUNAY, 1937, n.p.).

As obras de reconstrução ao longo dos anos, bem como as obras de restauro realizadas por ordem do rei D. João (século XVI) e do presidente Washington Luís (século XX), respectivamente, reforçam a importância histórica da edificação. Por se concentrar em descrever o estado de conservação do forte em questão, as descrições apresentadas são pontuais e complementadas por uma aquarela que aparece antes do artigo se iniciar e é mencionada apenas algumas páginas depois.

Quadro 6 - Trecho 01

Trechos do artigo “Uma Relíquia Notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago de Bertioga” - Afonso Do E. Taunay – Revista do Patrimônio nº01-1937).
<p>“Quer nos parecer que os relativamente avultados restos do forte de São Tiago da Bertioga sejam os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de S. Paulo”. P.05</p> <p>“Á barra de Bertioga havia então umas das três armações paulistas de baleias. Nela se fazia assaz ativa de pesca” (TAUNAY, 1937, p.06).</p> <p>“Por verdadeiro milagre, subsiste até hoje um pano de muralha do velho forte quinhentista, que é preciso a todo transe conservar” (TAUNAY, 1937, p.06).</p> <p>“Com seu alto e fervente espírito de nacionalismo, restaurou-o o presidente Washington Luís. E aliás, com grande tacto. Restava-lhe uma única guarita de atalia e Almenara, mandou o benemérito zelador do patrimônio nacional fazer-lhe simétrica, como se pode ver nas estampas que ilustram essas singelas notas (TAUNAY, 1937, p.06)..</p>

Fonte: elaborado pela autora

O artigo “Real Forte do Príncipe da Beira”, escrito por A.L. Pereira Ferraz e também publicado na Revista do Patrimônio (nº 02-1938), conta a história da construção do Real Forte do Príncipe da Beira e demonstra sua importância histórica para manter o domínio português no Rio Guaporé, que mais tarde se tornou a sede da Companhia do Comércio no Pará. O autor finaliza qualificando o forte como monumento histórico e demonstra que a preocupação com a necessidade de conservá-lo vem desde 1913. Nesse artigo, o autor faz uma descrição pormenorizada da edificação, além de apresentar 3 imagens, nenhuma das quais foi citada no texto.

O artigo “A Torre e o Castelo Garcia D’ Ávila”, de Godofredo Filho, publicado na Revista do Patrimônio nº 03-1939, inicia demonstrando o envolvimento da Torre e do castelo na história do Brasil, nas entradas dos sertões pelos bandeirantes. Qualifica ainda a edificação como a “mais audaz e poderosa do Brasil colonial” (FILHO, 1939, n.p.).

O artigo explana as conquistas e a importância da casa para a exploração do bandeirismo da Bahia. Depois, trata da história e da construção, bem como do apogeu e da ruína do castelo. O autor termina com um apelo pela proteção da edificação pelo Governo Federal e pelo Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional, “para que não desapareça tão admirável monumento, cuja história, em muitos pontos, se confunde

com a do Norte, e é a mesma da acidentada formação do Brasil” (FILHO, 1937, n.p.). O artigo apresenta, ainda, descrição pormenorizada dos aspectos arquitetônicos com 6 imagens ao longo do artigo, todas referenciadas no texto.

Quadro 7 - Trecho 02

Trechos do artigo “A Torre e o Castelo Garcia D’ Ávila” – Godofredo Filho – Revista do Patrimônio nº 03-1939

A face do Castelo que dá para leste (cerca de 50 metros), acha-se em melhor estado de conservação. No centro da fachada, **uma parte reentrante, ladeada por alas que avançam, uma à direita e outra à esquerda** (Fotografia nº3). A parte que entra é constituída por enorme e negro pano de muro, **onde se abrem**, escancaradas e vazias, muitas **portas e janelas**. São **três andares que aí aparecem, incluindo o térreo**. Vestígios da antiga escadaria partindo do pátio em busca do 2º andar. P.269

Fonte: elaborado pela autora

No artigo intitulado “Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas”, de Artur Cezar Ferreira Reis, na Revista do Patrimônio nº 06 de 1942, o autor fala da importância histórica e estratégica para a defesa do território amazônico de 5 fortins, hoje inexistentes: São José do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco e São Francisco Xavier de Tabatinga. O autor descreve as características físicas de cada uma das fortificações, identificando-as como Fortim (São José do Rio Negro), Fortaleza (São Gabriel e Tabatinga), Casa-forte (Marabitana) e Fortaleza/Forte de Campanha (São Joaquim). O autor não utiliza imagens para ilustrar as fortificações estudadas.

Quadro 8 - Trecho 03

Trechos do artigo “Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas” - Arthur Cezar Ferreira Reis - Revista do Patrimônio nº06 de 1942.

São José do Rio Negro - “No interior do **fortim**”, segundo a palavra do naturalista baiano, havia mais **um quartel**, para dous officaes e alguns soldados da guarnição, o que é **uma só casa grande coberta de palha, com as repartições precisas para servirem de quartéis, armazéns e calabouço**. Então, a guarnição contava apenas de oito praças, inclusive o comandante” (1942, p.134).

São Gabriel – “Em 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira descreveu-a assim ”oque é ella verdadeiramente é um reduto, **construído de pedra e barro, com dois meios baluartes na frente**, e nas cortinas, que o fechão pelos lados e pela retaguarda. **Guarnece-o exteriormente um tal ou qual fosso**, que o não circunvala, mas cinge o lado da frente para o rio, e o da parte da povoação.

A parede da porta é a cortina na frente: contei 10 peças de ferro, montadas nas suas carretas, a saber, 6 de calibre 4, 4 de calibre meio: há dentro dele **um quartel para guarnição, 1 parque darmas e mais pretextos de guerra, 1 pequena casa de pólvora, 1 calabouço**, etc., e **todas essas casas, exceptuando a da pólvora são cobertas de palha**” (1942, p.144).

Marabitanas - “As suas obras anteriores são, ao longo da cortina da frente e entre os baluartes, **os quartéis do commandante e dos officaes, a casa do parque, e a que foi disposta para servir de capella**. Correspondem-lhe pelo outro lado os **quartéis dos officaes inferiores e soldados, uma casa que serve de enfermaria, o calabouço, o armazém e o tepujar da ferraria**; as casas sim são próprias, porém **todas elas cobertas de palha; a que unicamente é coberta de telha e muito mal coberta é a da pólvora**” (p.152).

São Joaquim – Entre 1787-1788, Manuel Gama Lôbo d’Almada, engenheiro militar...visitando a fortaleza, escrevia sobre ela as impressões que vão adiante: “A fortificação que temos no Rio Branco, se reduz a **hum forte de campanha dos mais pequenos**. O lado em que está situada a porta, **he fortificado por huma pequena cortina, flancos e faces**” (1942, p..158).

Tabatinga – A comissão, como é de ver, trabalhou intensamente. Entre outras coisas, só no primeiro ano: a construção de uma **casa para o comando, quartel, casas para residências dos soldados casados, oficinas de carpintaria, forno de alvenaria. Essas obras, sem ainda o caráter de permanência**, pois os recursos financeiros não permitiam nem as ordens impunha” (p. 167).

Fonte: elaborado pela autora

No artigo “Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII”, publicado na Revista do Patrimônio nº 07 de 1943, Arthur Cezar Ferreira Reis apresenta um manuscrito do século XVIII contendo as condições dos estabelecimentos de defesa do Pará, tais como: fortins, fortalezas ou simples baterias. Nesse artigo, o foco do autor é descrever a artilharia e a localização dessas fortificações.

O artigo “A Fortaleza de Villegagnon”, de Mário França, na Revista do Patrimônio nº 09 de 1945, faz um histórico da fortaleza de Villegagnon, destacando que foi a primeira fortificação no Rio de Janeiro e possuía um importante papel na defesa da “capital do vice-reino”. As descrições da fortificação apresentadas são bem pontuais e são complementadas por 5 ilustrações no fim do texto com notas explicativas de cada uma.

Quadro 9 - Trecho 04

Trechos do artigo “A Fortaleza de Villegagnon” – Mário França – Revista do Patrimônio nº 09-1945
--

“Cuidei sem perda de tempo em a pôr em estado de defesa; tem sido uma obra muito trabalhosa e ainda que não se acha de todo concluída, está já toda ela em estado de montar artilharia, de poder receber dentro de si a guarnição que lhe é competente; tem um competente e seguríssimo armazém para pólvora, vão-se continuando a fazer as casas-matas para guarnição e se acaso for atacada, já hoje poderá fazer vigorosa resistência” (FRANÇA, 1945, n.p.).
--

Fonte: elaborado pela autora

O artigo “Vestígios do fortim colonial no Engenho”, de Noronha Santos, presente na Revista do Patrimônio nº 11 de 1947, discorre sobre os vestígios do fortim colonial e suas origens, descrevendo que restam duas guaritas cilíndricas em mau estado de conservação. Segue trecho do artigo demonstrando a importância histórica do fortim. O autor faz apenas descrições pontuais e não mostra nenhuma imagem para ilustrar.

Quadro 10 - Trecho 05

Trechos do artigo “Vestígios do fortim colonial no Engenho “ - Noronha Santos - Revista do Patrimônio nº 11 – 1947
--

“Num dos pontos mais elevados do morro do Jacaré, ergue-se o prédio do Instituto, antigo solar do Conselheiro José Antônio Magalhães Castro, ao fundo de taboeiro desimpedrado, mas cercado de muralhas, em talude. Nos ângulos de uma das faces, justamente na que deita para o atual subúrbio do Riachuelo, encontram-se duas guaritas cilíndricas, de pedra e tijolo, em mau estado de conservação ” (SANTOS, 1947, p.225).

“ Trata-se evidentemente de postos de observação militar, construídas para baluarte ou fortim que ali existiu , dominando a velha estrada colonial do Engenho Novo até a Venda Grande, que é hoje o largo do Engenho Novo” (SANTOS, 1974, p.225).
--

Fonte: elaborado pela autora

O artigo “O Forte do Mar, na Bahia”, de Carlos Ott, na Revista do Patrimônio nº 13 de 1956, faz um histórico da construção, demonstrando sua relevância histórica. Demonstra, também, que sua importância estratégica era tão grande que os invasores holandeses se apropriaram dele e fizeram modificações. O autor afirma que o primeiro traçado é do engenheiro Francisco Frias (essa menção já aparece no artigo “Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil” da Revista do Patrimônio nº 09-1945). O autor afirma ainda que mesmo com pequenas modificações ao longo dos anos e obras de restauração, em “nada mudou as feições da velha sentinela do porto” (OTT, 1956, n.p.). O artigo descreve ainda algumas características que mudaram ao longo das obras pelas quais passou o Forte do Mar, apresentando apenas no fim do artigo as 3 imagens que são referenciadas ao longo do texto.

Quadro 11 - Trecho 06

Trechos do artigo "O Forte do Mar, na Bahia" - Carlos Ott - Revista do Patrimônio nº 13 de 1956.

"Parece, pois, que assim como vemos nas plantas contemporâneas à invasão holandesa de 1624-1625, **fora ele delineado por Francisco de Frias, modificando-se pouco as suas feições dadas por Leonardo Turriano, como se pode observar na fig.1**" (OTT, 1956, p.96).

"Logo se percebe que a **antiga divisão do Forte seria essencialmente conservada**, só **se lhe introduzindo pequenas modificações**, como o **acréscimo de uma escada** que, partindo da entrada do Forte, iria dar no meio da bateria alta. Além disso, teria de **fazer-se uma cisterna** com capacidade para 300 pipas de água, **como também uma casa para servir de prisão**, já que não era lícito manter em masmorras úmidas qualquer preso político" (OTT, 1956, p.102).

Fonte: elaborado pela autora

O artigo intitulado "O estado das fortificações amazônicas na quinta década do século XVIII", de Arthur Cezar Ferreira Reis, Revista do Patrimônio nº 13 de 1956, discorre sobre a importância política das fortificações no processo de dominação lusitana no Brasil, destacando que na Amazônia os portugueses "semearam ao longo da bacia imensa fortins protetores dos sertanistas que a penetravam na aventura econômica, e das expedições militares que iam irradiando o domínio e empurrando a fronteira no rumo oeste" (REIS, 1956, n.p.).

Em seguida, o autor apresenta relatórios do século XVIII sobre o estado de conservação de 6 fortalezas (Gorupá, Tapajós, Parú, Pauxis, Rio Negro e Nossa Senhora da Mercês da Barra) e do Forte do Santo Cristo, localizados no território amazônico. O autor não utiliza imagens para ilustrar o artigo. Esses relatórios, além de apresentar descrições do estado de conservação de todas as fortificações, alguns trechos apresentam também as ações que precisariam ser realizadas nas fortificações.

Quadro 12- Trecho 07

Trechos do artigo “O estado das fortificações amazônicas na quinta década do século XVIII” - Arthur Cezar Ferreira Reis - Revista do Patrimônio nº13 - 1956

“A **Fortaleza dos Tapajóz**, commandada pelo Cappitão André Miguel Ayres, a **achei totalmente arruinada, na cortina da pte. do nascente tem duas braças de muralha no chão. O Baluarte da mesma parte e toda a muralha fendida os baluartes da pte. do poente arruinados**, de sorte que a mayor parte da Fortaleza **será preciso reedificar-se de novo; e da mesma sorte a capela e coarteiz** porq. tudo se acha demolido” (REIS, 1956, p.244).

Estão feitas dezacete carretas p^aa artelharia da **Fortaleza da Nossa Senhora da Mercês da Barra** “desta Cidade, e **concertada a plataforma da bateria alta** d^aFortaleza de sorte que já as agoas da chuva q. ella recebe não fazem dano a hermida nem aos quartéis dos soldados, e bateria cuberta, como também **se concertaram as ruinas q. tinha a Fortaleza pella parte posterior no revestimento de cantaria**” (REIS, 1956, p.251).

Fonte: elaborado pela autora

O artigo “O Forte de Santo Antônio da Barra” de Carlos Ott, na Revista do Patrimônio nº 14 de 1957, faz um histórico do Forte de Santo Antônio da Barra, afirmando que o forte “é uma das edificações militares mais antigas da Bahia” e “um dos poucos monumentos ainda existentes do tempo da invasão holandesa” (OTT, 1957, n.p.). O autor mostra que devido a sua eficiência o Forte “não foi abandonado, mas reiteradamente reconstruído e restaurado, de tal maneira que se conservou em perfeito estado até nossos dias”.

O autor descreve ainda algumas características físicas do Forte, bem como algumas mudanças físicas que ele sofreu ao longo de sua existência e no final apresenta 6 imagens, incluindo 4 ilustrações e duas fotografias que não são citadas ao longo do texto. O autor segue o texto discorrendo sobre outros fortes que faziam parte do sistema de fortificações da Bahia, tais como: Monte Serrate, Santa Maria, S. Diogo, Santo Antônio, além do Carmo de S. Pedro e o do Morro de S. Paulo.

Quadro 13 - Trecho 08

Trechos do artigo “O Forte de Santo Antônio da Barra - de Carlos Ott - Revista do Patrimônio nº 14 – 1957

“Os dois encontraram ali um **forte pequeno, de forma hexagonal, medindo de cada lado 10 metros de comprimento**. Os **muros eram bem feitos, e a argamassa tão boa que quase virara pedra** por sua vez, como ainda hoje se pode observar; **tem-se a impressão de que os construtores a fizeram com óleo de baleia ou com sangue de boi**, assim como ainda se constroem os fornos dos engenhos do Recôncavo baiano” (OTT, 1957, p.140-141).

Por falta de assistência contínua de engenheiro profissional, devemos supor que D. João de Lencastre acompanhasse com grande interesse a construção dos três grandes fortes da Barra, obra principal de seu governo de 8 anos. [...] No começo destas, quando ainda se fazia movimento de terra, **já se preocupava ele com sua integração na paisagem, dizendo que se construía não somente “para segurança desta cidade, como para ornamento e formosura dela”** (OTT, 1957, p.145).

Fonte: elaborado pela autora

Os artigos sobre fortificações publicados na revista possuem uma certa unidade, com os seguintes elementos em comum: buscam dados históricos da

edificação, sejam esses dados a respeito da origem, da construção, de mudanças nas características arquitetônicas ao longo dos anos, como também buscam fatos que atestem a importância histórica da edificação. Apresentam descrição das características das fortificações, sejam elas descrições pontuais ou mais detalhadas, algumas apresentando também o estado de conservação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar a noção de arquitetura brasileira na Revista, foi necessário primeiro fazer uma breve análise das questões editoriais. Nessa análise, ficou claro que mesmo com as instabilidades pelas quais a Instituição passou ao longo de 86 anos, a qualidade do conteúdo produzido no periódico se manteve.

Também nessa análise, se identificou que o conjunto de 40 revistas pode ser dividido em 2 fases: a primeira fase, do número 01 ao número 17 (publicados entre 1937 e 1969), foi o período mais denso em publicações de arquitetura, sendo a temática predominante em relação aos outros temas publicados. Nessa fase, pode-se notar uma apresentação de artigos que analisam a importância das edificações para a história do Brasil, sendo retratadas em grupos ou de forma isolada.

A segunda fase foi do número 18 ao número 40 (publicados entre os anos de 1978 e 2019). O volume 18, publicado em 1978, representa um ponto de inflexão, já que não apresentou nenhuma publicação de arquitetura e após sua publicação houve pausa de seis anos sem edições da Revista do Patrimônio. Após essa pausa, no ano de 1984, foram publicados dois volumes (os números 19 e 20) com conteúdos relacionados à arquitetura brasileira. Porém, é possível notar uma diferença nas publicações dessa fase, pois nota-se uma ampliação na abordagem do tema da arquitetura brasileira, assim como uma diminuição considerável na quantidade de artigos relacionados à temática.

Nessa análise dos aspectos editoriais percebeu-se, também, que apesar de nos primeiros anos da Revista (1937-1969) notar-se uma predominância de artigos que envolvem a temática arquitetura brasileira, com volumes que possuíam 80% dos artigos sobre a temática. Mesmo com essa grande importância dada à temática, é notável a lacuna de estudos que evidenciam a contribuição da Revista do Patrimônio na construção da noção de arquitetura brasileira.

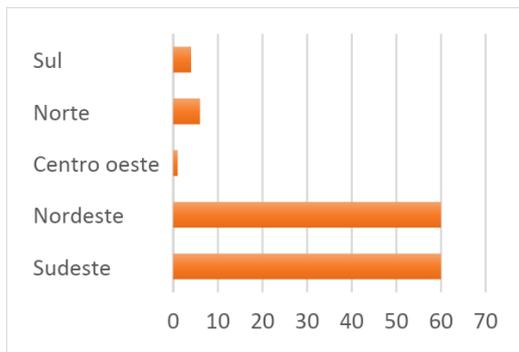
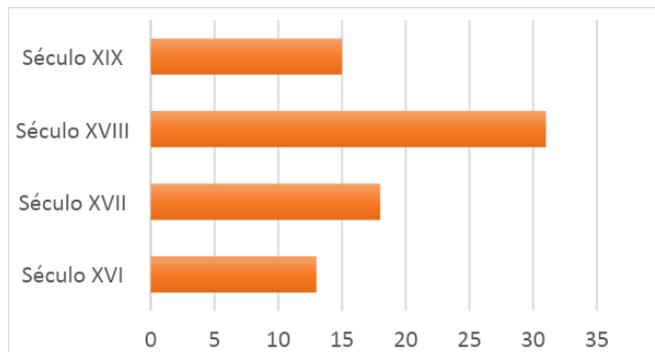
Percebeu-se que a arquitetura brasileira estudada nos artigos da Revista do Patrimônio foi caracterizada pela sua importância histórica e/ou estética. Existe uma certa homogeneidade de conteúdo até o número 13 de 1956, são conteúdos derivados de pesquisas em arquivos dos municípios, arquivos internacionais ou mesmo arquivos das ordens religiosas e que demonstram as características históricas e/ou estéticas do exemplar arquitetônico estudado.

A ideia predominante na Revista do Patrimônio entre 1937 e 1969 foi a da origem da arquitetura brasileira na arquitetura colonial. Os exemplares representantes da arquitetura brasileira eram igrejas barrocas, jesuíticas, ou a residência urbana e rural do período colonial, bem como através de alguns elementos como o azulejo português, os muxarabis, balcões, urupemas, dentre outros elementos característicos da arquitetura do período colonial brasileiro.

É possível notar uma correspondência desses primeiros artigos publicados na Revista do Patrimônio com as primeiras publicações sobre arquitetura brasileira. Goodwin (1941) e Lemos (1979) convergem na construção da ideia de que a arquitetura colonial é a origem da arquitetura brasileira. Utilizam, inclusive, fotos de exemplares que também foram alvo de publicação no periódico, tais como a Igreja de Nossa Senhora da Glória (RJ), a Igreja de Congonhas (MG), o Convento da Penha (PB), a Fazenda Colubandê (RJ), a Igreja de São Miguel (RS), os Fortes de Monte Serrat e Santa Maria (BA), a Casa do Sítio Pai Inácio (SP), a Igreja de São Miguel (SP), dentre outros.

Nos anos de 1929 e 1936, Le Corbusier visita o Brasil. Na primeira visita, o arquiteto profere palestras sobre os princípios da arquitetura moderna e na segunda, ajuda a projetar a sede do Ministério de Educação e Saúde, juntamente com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Pode-se observar em cinco artigos da Revista do Patrimônio alguns princípios da arquitetura moderna transferidos para a arquitetura colonial com uma ideia de evolução natural da arquitetura colonial brasileira a arquitetura moderna brasileira.

De 1984 até 1987, os artigos possuem uma postura mais reflexiva e analítica, apresentando artigos que refletem temáticas que já estavam consolidadas, tais como “A influência do Ecletismo na arquitetura baiana” (nº 19), “O barroco no Brasil: análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvida” (nº 19), quatro artigos analisando a restauração do Paço Municipal do Rio de Janeiro realizada pelo IPHAN (nº 20), artigos que discutiam a ação do IPHAN na Revista nº 22, até chegar na Revista de nº 26, comemorativa de 60 anos de IPHAN, que procura analisar a própria revista, bem como a atuação do IPHAN ao longo dos anos, revisitando artigos de revistas anteriores entre os anos de 1937 a 1947.

Gráfico 1 - Distribuição geográfica**Gráfico 2 - Distribuição temporal**

Fonte: elaborado pela autora

Esse grupo de artigos estudados nas 21 revistas (1937-1958) distribuem-se nas 5 regiões do Brasil (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste), mas com uma predominância nas regiões Sudeste e Nordeste (as duas juntas representando 92% dos artigos que aparecem na revista nesse período). Em seguida, a região com maior ocorrência é a Norte (5%), seguida da região Sul (3%) e por último a região Centro-oeste com apenas uma ocorrência. Em relação à distribuição histórica desses artigos, vemos a ocorrência de estudos que se situam entre os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, com predominância do século XVIII.

A arquitetura brasileira na Revista do Patrimônio é um campo que mescla a arte e a técnica de construir, influenciado tanto raízes portuguesas quanto pelas condições do climáticas e disponibilidade de matérias no Brasil. Os artigos apresentados na Revista até o número 21 dividem-se em três grandes categorias: arquitetura civil, arquitetura militar e arquitetura religiosa. Entre essas três categorias, a menos explorada é a arquitetura militar, com apenas oito artigos dedicados a essa temática. Enquanto isso, as outras duas categorias exibem um número similar de ocorrências, com 34 artigos sobre arquitetura civil e 32 artigos sobre arquitetura religiosa.

A Revista do Patrimônio surgiu em um contexto em que a discussão sobre o conceito de arquitetura brasileira era uma fatia importante do conjunto de debates travados para caracterizar o que seria a cultura brasileira. Esse fato foi determinante para que o conteúdo da revista buscasse, na primeira fase do periódico, fincar as raízes da arquitetura no período colonial com ênfase no século XVIII. Essa vertente de pensamento sobre a arquitetura brasileira pode ser vislumbrada, ao longo da

pesquisa, não só na Revista do Patrimônio como nas primeiras publicações sobre arquitetura.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aluísio. Casas do século 18 e 19 em Sorocaba. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.347-368, 1945
- ALMEIDA, Rômulo. A Capela de S. José de Jenipapo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2, p.225-228, 1938.
- ANDRADE, Mário. A Capela de Santo Antônio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.119-126, 1937.
- ANDRADE, Rodrigo. Programa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.3-4, 1937.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. Tradução: Marcos Bagno. 1ª edição – São Paulo: editora ática, 2001. 334 p.
- BARRETO, Paulo. Uma casa de fazenda em Jururuba. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.69-76, 1937.
- BARRETO, Paulo. O Piauí e sua Arquitetura. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2, p.187-224, 1938.
- BARRETO, Paulo. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 11, p.9-196, 1947
- BARRETO, Paulo. Análise de alguns documentos relativos a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 16, p.219-235,1968
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Tradução: Ana M. Goldberger. 5ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2010. 397 p.
- CALMON, Pedro. História e restauração de um palácio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p.134-138,1984
- CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p.139-151,1984
- CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural no Distrito Federal e Estado do Rio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.209-256, 1943.
- CARNEIRO, David. Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 4, p.361-382, 1940.

CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: Trajetórias do Design e do Iphan. 172 f. **Dissertação** (Mestrado). IPHAN: Rio de Janeiro, 2013

CARVALHO, Ayrton. Algumas notas sobre o uso da Pedra na Arquitetura Religiosa no Nordeste. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 6, p.277-294, 1942.

CATEGORIA. *In*: HOUAISS. **Dicionário Houaiss**, 2023. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CELLARD, André. Análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2014. p.295-316.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.31-40, 1937.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5, p.9-104, 1941.

COSTA, Lúcio. Le Corbusier: a arquitetura e as Belas-Artes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, p.53-69,1984

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, 480 p.

CRULS, Gastão. Decoração das malocas indígenas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5, p.155-168, 1941.

DIAS, Welbia Carla. Boletim SPHAN/FNPM: um espaço de comunicação do patrimônio cultural. 196 f. **Dissertação** (Mestrado). IPHAN: Rio de Janeiro, 2012

DANTAS, H.S.M. O popular descrito: a arquitetura popular na linha editorial do IPHAN. 274 f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2021.

FILHO, Godofredo. Seminário de Belém da Cachoeira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.101-112, 1937.

FILHO, Godofredo. A Torre e o Castelo Garcia D' Ávila. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3, p.251-282, 1939.

FILHO, Godofredo. A influência do Eclétismo na arquitetura baiana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, p.15-27,1984

FILHO, José. Palácio das Torres. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 10, p.135-168, 1946

FERNANDES, Aníbal. Igreja dos Montes dos Guararapes. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.101-112, 1937.

FERRAZ, A. **Real Forte do Príncipe da Beira**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 2, p.141-148, 1938.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: a trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005, 296 p.

FRANÇA, Mário. A Fortaleza de Villegagnon. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.369-392, 1945

FREIRE, Mário. O convento da Penha. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.199-216, 1945

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil – Introdução. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.99-127, 1943.

HOLANDA, Sérgio. Capelas antigas de São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5, p.105-120, 1941.

GALVÃO, Alfredo. Obras no antigo edifício da Academia Imperial de Belas Artes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 15, p.139-202,1961

GALVÃO, Alfredo. Felix Emílio Taunay e a Academia de Belas Artes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 16, p.13-218,1968

GOODWIN, Philip L. **Brazil builds**: architecture new and old, 1652-1942. New York: The Museum of Modern Art, 1943. 198 p.

LACOMBE, Lourenço. A Mais Velha Casa de Correias (Município de Petrópolis). **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2, p.93-100, 1938.

LACOMBE, Lourenço. A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 8, p.175-188, 1944.

LAMEGO, Alberto. O Solar do Colégio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2, p.21-42, 1938.

LAMEGO, Alberto. Os sete povos das missões. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 4, p.55-82, 1940.

LEITE, Serafim. O Colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão Pará. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 6, p.221-240, 1942.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979. 158 p.

LEMOS, Carlos. Azulejos decorados na modernidade arquitetônica brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p.167-174,1984

LEVY, Hannah. A propósito de três teorias sobre o barroco. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5, p.259-284, 1941.

LIMA JÚNIOR, Augusto. Ligeiras Notas sobre Arte Religiosa no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2, p.93-100, 1938.

LIMA JÚNIOR, Augusto. A congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.331-346, 1945

LYRA, Cyro. O novo Paço: uma obra para debates. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p.152-154,1984

LUCCA, T. R. D. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: (ORG.), C. P. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MACEDO. Epaminondas. A Capela de N. S. de Sant'Ana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.151-154, 1937.

MELLO, José. Cristóvão Álvares – engenheiro em Pernambuco. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 15, p.9-70,1961

MENEZES, Ivo. O palácio dos Governadores de Cachoeira do Campo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 15, p.203-230,1961

MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Olinda, Prefeitura de Olinda, 1988. 241 p.

MINDILIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Tradução Paulo Pedreira; prefácio de S. de Giedion; apresentação de Lauro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 1999.

NIGRA, Clemente. A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.257-282, 1943.

NIGRA, Clemente. Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.9-84, 1945

NIMUENDAJU, Curt. A Habitação dos Timbira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 8, p.76-101, 1944

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2015, 100 p.

OTT, C. Os azulejos no Convento de São Francisco na Bahia. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.7-34, 1943.

OTT, Carlos. O Forte do Mar, na Bahia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 13, p.85-108,1956

OTT, Carlos. O forte de Santo Antônio da Barra. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 14, p.135-160,1959

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, p.112-123,1984

PINTO, Estêvão. **Muxarabís e Balcões.** **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.309-340, 1943.

PONTUAL, Maria. A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja primitiva. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 4, p.193-208, 1940.

REIS, Artur. Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 6, p.119-168, 1942.

REIS, Artur. O Palácio Velho de Belém. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 10, p.305-312, 1946

REIS, José. O Adro do Santuário de Congonhas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3, p.207-234, 1939.

REIS, José. Arcos da Carioca. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 12, p.225-232,1955

REIS, Artur. O estado das fortificações na Amazônia na quinta década do século XVIII. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 13, p.241-254,1956

REIS, José. Evidência dos Monumentos Históricos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 16, p.305-315,1968

REIS, José. Estudos preliminares para a restauração do Paço. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p.155-157,1984

RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a história da arte engajada na política de preservação no Brasil.** 279 f. **Dissertação** (Mestrado em História da Arte). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013.

RODRIGUES, José. A casa de moradia no Brasil antigo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.159-198, 1945

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309 p.

RUBINO, Silvana. As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 210 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 1991.

SAIA, Luiz. O Alpendre nas Capelas brasileiras. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3, p.235-250, 1939.

SAIA, Luís. Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 8, p.211-275, 1944

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação das áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti editora, 2014. 456 p.

SANT'ANNA, Nuto. A Igreja dos Remédios. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.127-138, 1937.

SANTOS, Noronha. A Igreja de São Francisco Xavier. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, p.139-150, 1937.

SANTOS, Noronha. Aqueduto da Carioca. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 4, p.7-54, 1940.

SANTOS, Noronha. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 10, p.7-134, 1946

SANTOS, Noronha. Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 11, p.9-196, 1947

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, 224 p.

SILVA, C. M. D. C. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas. 184 f. **Dissertação** (mestrado em História, política e bens culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

SIMÕES, João. Azulejaria no Brasil – comunicação destinada ao Colóquio de Estudos Luso-brasileiros na Bahia, 1959. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 14, p.9-18,1959

SMITH, Robert. Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 4, p.209-250, 1940.

SMITH, Robert. Documentos baianos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.85-134, 1945

SMITH, Robert. Arquitetura Civil do período colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 17, p.27-126,1969

TAUNAY, Afonso. O Forte de São Tiago de Bertioga. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p.5-8, 1937.

TELLES, Augusto. Vassouras (Estudo de construção Residencial urbana). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 16, p.9-136,1968

TELLES, Augusto. O barroco no Brasil: análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvida. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, p.124-137,1984

TINEM, Nelci. **O alvo do olhar do estrangeiro**: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna. 2ª edição. João Pessoa: Editora universitária, 2006. 240 p.

TRINDADE, Raimundo. A Igreja de São Francisco de Assis em Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.57-78, 1943.

TRINDADE, Raimundo. A Casa de São Francisco em Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 8, p.276-324, 1944

TRINDADE, Raimundo. A Casa Capitular de Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9, p.217-250, 1945

TRINDADE, Raimundo. A Igreja de São José, em Ouro Preto. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 13, p.109-214,1956

TRINDADE, Raimundo. Igreja das Mercês de Ouro Prêto – documentos de seu arquivo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 14, p.161-282,1959

VAUTHIER, Louis. Casas de residência no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.128-208, 1943.

VELOSO, Mariza. **O tecido do tempo**: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: A relação entre o modernismo e o barroco. Brasília: editora universitária de Brasília, 2018.

APÊNDICE A – EXEMPLO DE FICHA DE LEITURA

Exemplo de ficha de leitura dos artigos da Revista do Patrimônio:

Ficha da Revista do Patrimônio nº01/1937

Com 22 artigos no total, sendo 11 deles sobre patrimônio arquitetônico.

Oito bens que aparecem no primeiro volume (1937) da Revista, foram tombados entre os anos 1938 e 1941.

PROGRAMA – RODRIGO M. F. DE ANDRADE

A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam ainda tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O **objetivo visado** aqui consiste antes de tudo em divulgar **o conhecimento dos valores de arte e história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para seu estudo**.P.03

...existem estudos de grande interesse sobre vários aspectos do patrimônio histórico nacional. O que acontece é que eles se acham dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência. P.03

A Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visa contribuir para esse efeito. Sem pretensões a estampar trabalhos definitivos ou completos, uma vez que, a certos respeito, os estudos daquela natureza se acham ainda no Brasil numa fase quase primária, esta publicação procurará a responder ao fim que se destina. P.04

Isso, aliás, a princípio só em parte muito reduzida poderá ser alcançado. O presente número desde logo se ressentir de grandes falhas, versando quase todo sobre **monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes**. A verdade, entretanto, é que, tal como foi definido no decreto-lei de 30 de novembro, aquele patrimônio consiste do “conjunto de **bens móveis e imóveis** existentes no país e cuja a **preservação** seja de **interesse público**, quer por se acharem **vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil**, quer por seu excepcional **valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou**

artístico". Equiparam-se ainda a esses valores "os **monumentos naturais, bem como sítios e paisagens** que importe **conservar e proteger** pela **feição notados que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana**".

P.04

Trata-se, por conseguinte, de um vasto domínio, cujo estudo reclamará longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo. Esta revista registrará semestralmente uma pequena parte do que se houver tentado ou conseguido com esse objetivo. Ela conta com a contribuição dos doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade e bem assim com o apoio a simpatia de todos os brasileiros interessados pelo patrimônio histórico e artístico nacional. P.04

Palavras-chave: monumentos arquitetônicos, fatos memoráveis, história do Brasil, valor arqueológico, valor etnográfico, valor bibliográfico, valor artístico.

Comentário:

No artigo intitulado "Programa", de Rodrigo M. F. de Andrade, vê-se a preocupação de definir o objetivo da Revista do Patrimônio, que, segundo Andrade (1937), "consiste em divulgar o conhecimento dos valores de arte e história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para seu estudo". No mesmo artigo, Rodrigo M. F. de Andrade se ressentia a respeito da falha do primeiro volume da Revista de versar principalmente sobre monumentos arquitetônicos, quando na verdade o patrimônio histórico e artístico nacional consiste em "bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, ou ainda "os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notados que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (Decreto 25 de 30 de novembro de 1937).

UMA RELÍQUIA NOTABILÍSSIMA A CONSERVAR: O FORTE DE SÃO TIAGO DE BERTIOGA - AFONSO DO E. TAUNAY

Século XVI

Quer nos parecer que os relativamente avultados **restos do forte de São Tiago da Bertioga** sejam **os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de S. Paulo**. P.05

Data São Tiago de Bertioga já dos anos martim-afonsinos pois reza a tradição que no local onde se ergue levantou o navegador do ocidente e do oriente uma espécie de trincheira. Já na primeira metade do século XVI era o local frequentemente assaltado por tamoios, incitados pelos franceses do Rio de Janeiro. Assim, em janeiro de 1547, os índios desembarcados de 70 grandes igaras afrontavam a resistência heroica e improfícua dos cinco irmãos filhos de Diogo de Braga, e mais alguns colonos. Triunfantes, devoraram diversos dos prisioneiros sobreviventes do encarniçado embate. P.05

Em 1549 era fortificado novamente o local cuja cidadela foi confiada ao famoso Hans Staden. No ano seguinte via-se o célebre alemão atacado pelos tamoios, que se apoderaram de seu fortim e o levaram prisioneiro; circunstância que lhe proviria eterna fama nos fastos do Brasil primevo e da bibliografia americana. P.05

Tão importante a posição que Dom João III, por provisão de 18 de junho de 1551, ordenava que se **refortificasse a Barra de Bertioga autorizando o Governo Geral do Brasil a despender a esta obra a soma, enorme para a época, de três mil cruzados**. P.05

É de crer que **um dos grandes combates de março de 1556 se haja dado na Barra de Bertioga** quando, em diversão, **operando os tamoios, por ordem dos franceses do Rio de Janeiro por Mem e Estácio de Sá, assaltaram as vilas de São Vicente e Santos**.[...] Com o correr dos anos e sobretudo **depois da expulsão definitiva dos franceses da Guanabara e do Cabo Frio, os fortins da Bertioga se arruinaram progressivamente, tanto mais quanto cada vez menos se tornou frequentada sua barra, que os navegantes deixaram pela de Santos**. P.06

Em 1710 e 1711 receosas as autoridades coloniais de novo assalto francês, com as agressões ao Rio de Janeiro, de Dulclec e Duguay Trouin, realizaram-se alguns reparos nas fortificações da Bertioga. P.06

Em 1770 dispunha o único fortim subsistente, o de S. Tiago, crismado para S. João, de seis canhões de calibre 8, dois de 6, um de 4 e ainda de dois pedreiros de bronze. P.06

O morgado de Mateus, capitão general de S. Paulo, **de 1765 a 1775** ordenara que no antigo forte de São Filipe se erguesse **novo baluarte** que deveria ter o nome de seu padroeiro: São Luiz. Foram as obras da nova praça encetadas, começando a levantar-se a **muralha respectiva que nunca se concluiu**. Dele existem escombros, e provavelmente foi das **ruínas da Capela que o snr. Jorge Besser**, morador da Barra da Bertiooga, **encontrou singelo e elegante cruzeiro de pedra, que, por intermédio de Dr. Paulo Duarte, se incorporou a coleção do Museu Paulista. P.06**

À barra de Bertiooga havia então umas das **três armações paulistas de baleias**. Nela se fazia assaz ativa de pesca. P.06

Por verdadeiro milagre, **subsiste até hoje um pano de muralha do velho forte quinhentista**, que **é preciso a todo transe conservar. P.06**

Com seu alto e fervente espírito de tradicionalismo, **restaurou-o o Presidente Washington Luís**. E aliás com grande tacto. **Restava-lhe uma única guarita de atalaia e Almenara**; mandou o benemérito zelador do patrimônio nacional **fazer-lhe a simétrica, como se pode ver na estampa que ilustra estas singelas notas. P.06**

Um grande perigo ameaça o fortim martim-afonsino e de Hans Staden: o oceano assustadoramente avança pela praia de Bertiooga a dentro, e em breve irão as vagas a quebrar-se sobre o frágil paredão, hoje quase quadri-secular, se não encontrarem resistência oposta por um enrocamento que o proteja eficazmente. P.07

Urge tal providência, em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo. P.07

Principais ideias: restos do forte de São Tiago da Bertiooga, os únicos vestígios, era quinhentista em terras de S. Paulo, anos martim-afonsinos, o local frequentemente assaltado por tamoios, restaurou-o o Presidente Washington Luís, Hans Staden, Urge tal providência, em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo.

Comentário:

O artigo intitulado “Uma relíquia notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago de Bertioga”, de Afonso E. Taunay, apresenta uma série de dados históricos para atestar a importância da fortificação, além de prestar um apelo pela sua conservação devido ao caráter de singularidade por se tratar do “único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo” (TAUNAY, 1937). As obras de reconstrução ao longo dos anos, bem como as obras de restauro, realizadas por ordem do rei D. João (século XVI) e o presidente Washington Luís (século XX), respectivamente, reforçam a importância histórica da edificação.

Notam-se algumas semelhanças de enunciados na descrição de tombamento, pois o mesmo destaca as várias reconstruções ao longo dos anos, bem como a obra de restauro realizada por ordem do presidente Washington Luís. Foi tombada pelo IPHAN no ano de 1940, com inscrição no livro histórico e no livro de belas artes.

Tipo: fortificação militar

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA – LÚCIO COSTA

Século XVII, XVIII, XIX

A nossa antiga arquitetura ainda não foi convenientemente estudada. Se já existe alguma coisa sobre **as principais igrejas e conventos** – pouca coisa, aliás, e girando o mais das vezes em torno da **obra de Antônio Francisco de Lisboa**, cuja personalidade tem atraído, a justo título, as primeiras atenções –, com **relação a arquitetura civil e particularmente à casa, nada ou quase nada, se fez.** Compreende-se, pois, que surjam de vez em quando, a respeito dela, apreciações menos rigorosas. Ainda há pouco, em artigo sobre *A arquitetura no Brasil*, afirmava-se: **...”as casas individualmente nada valem como obra de arquitetura”**...citando-se a seguir, em apoio de tal asserção, este período do Sr. Aníbal Matos: **“ Fundadas todas as casas por portugueses incultos, trouxeram de suas aldeias o tipo desproporcionado e sombrio das velhas construções”**. P.31

Ora, a **arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a “erudita”** – servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mário de

Andrade, para distinguir da Arte do povo a “sabida”. **É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades das raças se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de ‘make up’, uma saúde plástica perfeita – se é que podemos dizer assim. P.31**

Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, longe de significarem mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX. P.31

A nossa casa se apresenta assim, quase sempre, desataviada e pobre, comparada a opulência dos “palazzi” e “ville” italianos, dos castelos de França e das “mansions” inglesas da mesma época, ou a aparência muito rica e vaidosa de muitos solares hispano-americanos, ou, ainda, ao aspecto apalacetado e faceiro de certas residências nobres portuguesas. Contudo, afirma-se que ela nenhum valor tem, como obra de arquitetura, é desembaraço de expressão que não corresponde, de forma alguma com a realidade. P.32

Haveria, portanto, interesse de conhecê-la melhor, não propriamente para evitar a repetição de semelhantes leviandades ou equívocos – que seria lhes atribuir demasiada importância – , mas para dar aos que de tempos a esta parte se vem empenhando em estudar de mais perto tudo o que nos diz respeito, encarando com simpatia coisas que sempre se desprezaram ou mesmo procuraram encobrir, **a oportunidade de servir-se dela como material de novas pesquisas, e também para que nós outros, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de trezentos anos, de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto. P.33**

Trabalho a ser feito, senão pelo homem do ofício, ao menos com a assistência dele, a fim de garantir exatidão técnica e objetividade, sem o que perderia a própria razão de ser. E não se limitando, apenas, a **casa de aparência mais amável da primeira metade do século XIX**, como se tem feito – certamente porque então uns tantos

aspectos da nossa vida familiar já se desenhavam melhor –, mas abrangendo também a do século XVIII e mesmo os possíveis vestígios do século XVII, quando, sendo a vida ainda áspera, eram mais marcados os contrastes e, como arquitetura propriamente, ela apresentava interesse maior. E não para fixar somente as casas grandes de fazenda ou os sobradões de cidade com sete, nove ou onze janelas e porta bem no meio, mas nas casas menores, de três, quatro, até cinco sacadas, porta de banda e aspecto menos formalizado, mais pequeno-burguês, como essas ainda se encontram nas velhas cidades mineiras (fig.1), mostrando todas o mesmo saguão de entrada onde a escada primeiro se oferece com uns poucos degraus e logo se esconde, meio fechada, entre as paredes (fig.2); e também as pequenas casas térreas, de pouca frente, muito fundo e duas águas apenas, alinhadas ao longo das ruas; sem esquecer, por fim, a casa “mínima” como dizemos agora, a do colono e – detalhe importante este – de todas elas a única que continua “viva” em todo país, apesar de seu aspecto tão frágil. É sair da cidade e logo surgem à beira da estrada, como se vê pouco além de Petrópolis, mesmo ao lado de vivendas de verão de aspecto cinematográfico. Feitas de “pau” do mato próximo e da terra do chão, como casas de bicho, servem de abrigo para toda a família – crianças de colo, garotos, meninas maiores, os velhos –, tudo de mistura e com aquele ar doente, esperando...(o capitalista vizinho – esportivo, “aero-dinâmico” e bom católico – só tem uma preocupação: que dirão os turistas?) e ninguém liga de tão habituado que está, pois “aquilo” faz mesmo parte da terra como formigueiro, formigueira-brava e pé de milho – é o chão que continua...**Mas, justamente por isto, por ser coisa da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o “pseudo-mansões, normando ou colonial”, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura.** P.33

Aliás, o engenhoso processo de que são feitas – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado e, com as devidas cautelas, afastando-se o piso do terreno e caíndo-se convenientemente as paredes, para evitar a humidade e o “barbeiro”, deveria ser adotado para casas de verão e construções econômicas de um modo geral. Foi o que procuramos fazer para a vila operária de Monlevade, perto de Sabará, a convite da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (Revista da Diretoria de Engenharia, maio de 1937) – não tendo sido o projeto levado a sério, já se vê. P.34

O estudo deveria demorar-se examinando ainda: os *vários sistemas e processos de construção*, as **diferentes soluções de plantas** e **como variaram de uma região para outra**, procurando-se em cada caso determinar os motivos – de programa, de ordem técnica e outros – por que se faz desta ou de outra maneira; os **telhados** que, de **traçado tão simples no corpo principal**, se esparramavam depois para ir cobrindo – como asas de galinha – os **alpendres, puxados e mais dependências, evitando os lanternins** e **nunca empregando o tipo de Mansard** tão em voga na metrópole, mas conservando sempre o **galbo inconfundível do telhado português e apresentando até, por vezes, telheiros enormes dos engenhos e fazendas** – como se vê nas gravuras da época – uma linha mais frouxa e estirada que muito contribue para a impressão de sonolência que eles dão; os **tetos forrados com “camisa e saia”** em gamela à feição do madeiramento da cobertura; as **esquadrias** e respectiva ferragem, particularizando os modelos usuais – **portas de almofada, janelas de guilhotina com folhas de segurança e gelosias de proteção** – só aparecendo no século XIX as venezianas; o mobiliário, desde o mais tosco dos primeiros tempos até os fins do império, quando surgiram para o desespero – dos requintados e depois de toda uma série de esplêndidas peças de jacarandá, que ainda andam por aí nos antiquários – as cadeiras “thonet” de palhinha, tão bonitas e cômodas, “austríacas” como se diz. P.35

Resultariam, de um exame assim menos apressado, observações curiosas, por isto que em certos desacordos com preconceitos correntes e **em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando.** P.35

Diz-se, por exemplo, que os **beirais de nossas velhas casas tinham por função proteger do sol, quando a verdade é no entanto bem outra.** Um simples corte (fig.3), faz compreender como, na maioria dos casos, teria sido ineficiente tal proteção; e os bons mestres jamais pensaram nisto, mas na chuva, isto é, **afastar das paredes a cortina de água derramada do telhado.** Depois, com o **aparecimento das calhas** (fig.4), **surgiram aos poucos, logicamente, as platibandas, continuando as cornijas – já sem função – presas ainda à parede por força do hábito e meio sem jeito** (fig.5), **até que, agora, com as coberturas em terraço-jardim, a transformação se completou** (fig.6). E a prova melhor que só excepcionalmente se

atribua ao beiral outra finalidade, é que na Califórnia, no México, em Marrocos, etc., onde o sol também é muito mas a chuva é escassa, ele, quando existe, se reduz o mais da vezes na própria telha (fig.7). P.35

Pretende-se, também, que **os antigos faziam as paredes de espessura desmedida (fig.8), não apenas por precaução, por causa “das dúvidas” – empíricas como eram as noções de resistência e estabilidade – mas, ainda, com intuito de tornar os interiores mais frescos.** Ora, nas construções de arcabouço de madeira e da mesma época, as paredes têm, invariavelmente, as espessuras dos pés-direitos (fig.9), e nada mais, exatamente como tem agora as espessuras dos montantes de concreto (fig.10). P.36

Outro ponto digno de atenção é o que se refere à relação dos vãos com a parede. Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo o século XVII, os cheios teriam predominado (fig.11), e logo se compreende porque; à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e policiada, o número de janelas ia aumentando; já no século XVIII cheios e vazios se equilibram (fig.12), e no começo do século XIX predominam francamente os vãos (fig.13); de 1850 em diante as hobreiras quase se tocam (fig.14), até que a fachada, depois de 1900, se apresenta praticamente toda aberta, tendo os vãos muitas vezes, hobreira comum (fig.15). O que se observa, portanto, é a tendência para abrir sempre e cada vez mais. E compreende-se que, com este nosso clima, tenha sido mesmo assim, pois, embora se fale tanto na luminosidade do nosso céu, na claridade excessiva dos nossos dias, etc., o fato é que as varandas, quando bem orientadas, são o melhor lugar que as nossas casas têm para ficar; e que é a varanda, afinal, se não uma sala completamente aberta? Entretanto quando nós, arquitetos moderno, pretendemos deixar todo aberto o lado bem orientado das salas: *aqui Del Rey!* P.37

Verifica-se, assim, portanto, que os mestres de obra estavam, ainda em 1910, no bom caminho. Fiéis à **boa tradição portuguesa** de não mentir, eles vinham aplicando, às suas construções meio feiosas todas as novas possibilidades das técnicas modernas, como, além das **fachadas quase completamente abertas, as colunas finíssimas de ferro, os pisos das varandas armado em duplo T e as abobadinhas, as escadas também de ferro, soltas e bem lançadas** – ora diretas, ora curvas em S,

outras vezes em caracol e, ainda, várias outras características, além da procura, não intencional, de um equilíbrio plástico diferente (figs. 16 e 17). P.38

Conviria, pois, trazer o estudo até os nossos dias, procurando-se determinar o motivo de abandono de tão boas normas e a origem dessa “desarrumação” que há vinte e tantos anos se observa. P.38

Excluída a causa maior, que faz parte do quadro geral de transformações, de cunho social e econômico, iniciadas no século XIX – mesmo porque os nossos mestres vinham atendendo sem qualquer constrangimento, conforme vimos, às imposições da nova técnica – , restam aqueles que poderíamos classificar, talvez, como sendo de ordem “doméstica”: primeiro, o imprevisto desenvolvimento do mau ensino de arquitetura – dando-se aos arquitetos uma confusa bagagem “técnico-decorativa”, sem qualquer ligação com a vida, e não se lhes explicando o porque de cada elemento, nem as razões profundas que condicionaram, em cada época, o aparecimento de características comuns ou seja, de um estilo; depois o desenvolvimento, também não previsto, do “cinematográfico”, que abriu ao grande público, até então despreocupado “dessas coisas” e habituados as casas simplórias, mas honestas, dos mestres de obras, novas perspectivas – “bungalows”, casas espanholas americanizadas, castelos, etc. P.39

Do encontro desses dois indivíduos – o proprietário, saído do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita, e o arquiteto, saído da escola a sonhar com a ocasião de mostrar suas habilidades –, o resultado não se fez esperar: em dois tempos transferiram da tela para as ruas da cidade – desfigurados, pois haviam de fazer “barato” – o “bungalow”, a casa espanhola americanizada e o castelinho. P.39

Foi quando surgiu, com a melhor das intenções, o chamado movimento tradicionalista de que também fizemos parte. Não percebíamos que a verdadeira tradição estava ali mesmo, a dois passos, com os mestres de obras nossos contemporâneos; fomos procurar, num artificioso processo de adaptação – completamente fora daquela realidade maior que cada vez mais se fazia presente e a que os mestres se vinham adaptando com simplicidade e bom senso – os elementos já sem vida da época colonial: fingir por fingir, que ao menos se fingisse coisa nossa. E a farça teria continuado – não fora o que sucedeu. P.39

Cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido, estendendo a mão ao mestre de obra sempre tão achincalhado ao velho “portuga “ de 1910, porque – digam o que quiserem – foi ele quem guardou, sozinho, a boa tradição. P.39

Principais ideias: Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, longe de significarem mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX, , a oportunidade de servir-se dela como material de novas pesquisas, e também para que nós outros, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de trezentos anos, de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto, a casa de aparência mais amável da primeira metade do século XIX, a do século XVIII e mesmo os possíveis vestígios do século XVII, quando, sendo a vida ainda áspera, eram mais marcados os contrastes e, como arquitetura propriamente, ela apresentava interesse maior. E não para fixar somente as casas grandes de fazenda ou os sobradões de cidade com sete, nove ou onze janelas e porta bem no meio, mas nas casas menores, de três, quatro, até cinco sacadas, porta de banda e aspecto menos formalizado, mais pequeno-burguês, como essas ainda se encontram nas velhas cidades mineiras, mostrando todas o mesmo saguão de entrada onde a escada primeiro se oferece com uns poucos degraus e logo se esconde, meio fechada, entre as paredes; e também as pequenas casas térreas, de pouca frente, muito fundo e duas águas apenas, alinhadas ao longo das ruas; sem esquecer, por fim, a casa “mínima” como dizemos agora, a do colono, .mas, justamente por isto, por ser coisa da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o “pseudo-mansões, normando ou colonial”, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura, em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando.

Comentário:

No artigo “Documentação necessária”, de Lúcio Costa, o autor destaca que a arquitetura brasileira antiga não teria sido estudada de maneira adequada, pois além de estudos, ainda em pequena quantidade, sobre arquitetura religiosa, quase nada havia-se estudado sobre a arquitetura residencial. Costa (1937) afirma que apesar da

simplicidade quando comparada a arquitetura residencial italiana, francesa e inglesa, o estudo da arquitetura residencial brasileira é de suma importância, devido ao “ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX”. Ressaltou também “a oportunidade de servir-se dela como material de novas pesquisas, e também para que nós outros, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de trezentos anos, de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto”. No artigo o autor defende que o processo de que são feitas as residências antigas “barro armado com madeira” tem semelhanças com o concreto armado. Segue falando da importância de um exame detalhado dos “*vários sistemas e processos de construção*” como: as variações regionais de soluções de plantas e os motivos de tais variações, traçados, telhados, os forros camisa e saia, as porta de almofadas e janelas de guilhotina. Afirma que através deste estudo pode-se concluir que a arquitetura moderna “se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando”. Finaliza o artigo fazendo uma crítica às transformações encontradas na arquitetura residencial do século XIX provenientes do “mau ensino de arquitetura – dando-se aos arquitetos uma confusa bagagem “técnico-decorativa”, sem qualquer ligação com a vida, e não se lhes explicando o porquê de cada elemento, nem as razões profundas que condicionaram, em cada época, o aparecimento de características comuns ou seja, de um estilo”. No fechamento do artigo Cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido, estendendo a mão ao mestre de obra sempre tão achincalhado , ao velho “portuga” de 1910, porque – digam o que quiserem – foi ele quem guardou, sozinho, a boa tradição”.

CASA DE FAZENDA EM JURUJUBA – PAULO T. BARRETO

Século XVIII

Este prédio pertence atualmente ao seminário de São José, instituído em 1739 pelo bispo D. Frei Antônio Guadalupe (1722-1739). Não se sabe ao certo quando foi construído, mas provavelmente deve ter sido em **meiado do século XVIII**. Em 1757, fazenda pertencia ao mestre de campo João Malheiro Reimão Pereira, que a vendeu a seu irmão D. Frei Antônio do Desterro, bispo da diocese do Rio de Janeiro (1745-1773), natural de Viana de Lima (1). P.69

A construção é simples de programa, mas rica de interesse. Fica à beira da Guanabara e está voltada para o poente. Lugar ermo, luz em excesso, muito sol. **Antiga propriedade um fidalgo de alta linhagem.** Certamente Reimão pereira foi um homem franco e acolhedor, espírito de artista, viajado. Tais qualidades estão expressas nas qualidades plásticas da casa da fazenda Jurujuba. Planta baixa traduzindo com o máximo de simplicidade a finalidade da construção, sistema construtivo claro, pilares de pedra e cal espaçados, panos de paredes funcionando como simples fechamentos, como se verifica no estudo das plantas. P.69

Antigamente as alas do pavimento térreo não estavam tão subdivididas quanto agora. Eram mais simples: um salão de cada lado. Compunha-se então a planta térrea do pórtico, formado por cinco arcadas de frente e duas laterais. Como se vê na fotografia do conjunto, havia até bem pouco tempo, muros de testada que seguiam o alinhamento da parede que faz fundo ao pórtico e que se notam largos portões. P.69

Esses muros serviam de fechamento para a fazenda e valorizavam o pórtico. P.70

Era vigoroso o contraste entre o recolhimento, a vida interior do imóvel e o caráter acessível desse pórtico. Entretanto a unidade da composição era perfeita. Não existia o irritante gradil que há pouco tempo lá colocaram. P.70

Outrora o visitante entrava no prédio por uma única porta, e logo alcançava o vestíbulo, onde se elevava a escada para o pavimento superior, larga, ampla, os dois primeiros degraus de cantaria, os outros de boa madeira. P.70

Do vestíbulo passava aos salões, um à direita, outro à esquerda, e que se estendiam desde o pórtico até quase o fim do prédio. Deviam ser as antigas casas de estar e recepção. Na parte posterior do prédio, duas casas menores; de permeio, a passagem para o terreiro. P.70

Ao centro da planta encontramos, não o pátio de influência luso-espanhola, mas o *cavaedium* romano, de forma quadrangular, para onde tem comunicação direta todas as casas. O *compluvium* e o *impluvium* das casas de Pompéia encontram aplicação nas terras de Santa Cruz. P.70

Contornando o *impluvium*, oito colunas de sabor dórico-romano, de boas proporções e intercolúnios agradáveis. A luz coada do *cavaedium* é sinfonia de meias-tintas. O contraste das colunas com o rústico madeiramento aparente da varanda do pavimento superior, o piso, a balaustrada, a simplicidade das paredes caiadas, com seus panos e aberturas bem lançadas, tornam esse elemento de satisfações materiais e morais. **Certamente os primitivos tetos desse andar tinham o barrotamento à mostra. Com o correr do tempo ali apareceu o forro, do tipo chamado saia-e-camisa, semelhante aos que se encontram no pavimento superior. P.70**

Na reforma que passou o prédio, em março desse ano, infelizmente substituíram em alguns compartimentos os forros saia-e-camisa, pelos de macho-e-fêmea. P.70

É provável que o atual piso cimentado do andar térreo esteja no lugar dos antigos ladrilhos de barro cozido. P.70

O pavimento superior caracteriza-se pelo avarandado, de cobertura em telha vã, sobre o *cavaedium*, centro de toda a circulação e para onde abre a maioria dos quartos. De cada lado, quatro dormitórios de dimensões pouco ou mais ou menos iguais. Ao fundo, dois outros dormitórios, mais vastos. Na frente, amplo salão quadrado com boas portadas, balcões sob as arcadas do pórtico. P.71

As casas de viver estão voltadas para o sul, norte e este. Ao ocidente abrem-se o pórtico e o salão do pavimento superior. P.71

A fachada posterior e as laterais são pobres. Contudo o jogo de claro-escuro dos grandes panos das paredes caiadas, com as notas intercaladas de suas aberturas, lhes dá vida e distinção. Melhor fora do se tivesse conservado o renque de portas das casas do pavimento térreo, que acentuava esse contraste. P.71

A fachada que dá para o mar, em grande parte já descrita, tem cunhais robustecidos por fortes pilares, elementos construtivos-decorativos, beiral bastante saliente e entablamento de molduração agradável e bem lançado. A faixa horizontal dos balcões e a banda de cantaria que define o piso do andar superior dão a esta fachada proporção justa e precisa. P.71

É lastimável a substituição, feita no corrente ano, das antigas telhas canais pela tipo Marselha, o que prejudicou o telhado. Não mais nos poderemos deliciar com aquela cobertura à moda portuguesa, tão bem aclimada ao nosso céu. P.71

O prédio ainda possui algumas esquadrias interessantes, que, não sendo primitivas, são antigas.

Há nesta casa sinais evidentes de influência italiana, modificada pelo sentimentalismo lusitano transplantado para o Brasil. P.71

Principais ideias: meiado do século, construção é simples de programa, mas rica de interesse, antiga propriedade um fidalgo de alta linhagem, Há nesta casa sinais evidentes de influência italiana, modificada pelo sentimentalismo lusitano transplantado para o Brasil.

Comentário:

Nesse artigo, vê-se que o autor o qualifica como de importância histórica por ter provável data de construção em meados do século XVIII. É qualificada também como simples de programa e rica de interesse. Ao longo do texto o autor demonstra que a casa perdeu um pouco de qualidade, por ter perdido, ao longo de algumas reformas, características que o autor qualifica como essenciais, tais como: A substituição da telha canal pela tipo Marselha e a substituição do forro saia e camisa pelo forro de encaixe macho e fêmea.

ALGUNS MONUMENTOS DE ARQUITETURA RELIGIOSA NO BRASIL

A maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso. Raras são as obras de arquitetura civil que no Brasil se aproximam ou se possam equiparar às igrejas e aos conventos mais notáveis da Baía, de Minas, do Rio ou de Pernambuco. Por certo essas obras merecem estudo mais acurado e estão a reclamá-lo tanto mais quanto maior quanto maior tem sido a preferência dada até agora aos trabalhos de investigação sobre os monumentos religiosos, em detrimento de outros. Mas cumpre reconhecer que tal preferência é justificada pela importância predominante entre nós dos primeiros.

Os trabalhos insertos a seguir versam todos sobre igrejas e capelas da Baía, de Pernambuco, de São Paulo e de Minas.

A documentação fotográfica estampada em primeiro lugar se refere à **igreja do antigo colégio dos jesuítas em São Pedro da Aldêa**, no estado do Rio, da qual Luis Jardim extraiu motivo para o desenho da capa deste número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IGREJA DO ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS EM S. PEDRO DA ALDEIA (DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA)

Algumas fotos das ruínas do antigo convento e da Igreja em São Pedro da Aldeia.

SEMINÁRIO DE BELÉM DA CACHOEIRA – godofredo filho

Século XVII

Não só na orla marítima, nas velhas cidades clássicas da colônia, floresceu o gênio arquitetônico da companhia. (Nota A) P.101

Em sua obra de penetração, insigne por muitos títulos, os Jesuítas vararam os sertões, procurando-se radicar-se fundamentalmente no coração da terra.

E ali deixaram monumentos imperecíveis. (Nota B).

Quem, partindo da margem do Paraguassú, galga os campos a nordeste de Cachoeira, há de ser levado, pela fama, a um logarejo perdido na solidão perfeita: - Belém. P.101

O nome encantado, de um primitivismo bíblico, casa-se à humildade do pequeno arraial, **outrora célebre e hoje em plena decadência.** P.101

Posto no começo de um planalto a centenas de metros de altitude, perto dele, que se cerca de florestas, ondulam os primeiros contrafortes da serra da Timbora, em cujos vales de selvagem beleza correm as muitas águas de ligeiros regatos. P.101

O local, pela sugestão do silêncio e agreste solitude, não poderia ser melhor para que o escolhesse a pedagogia jesuítica. P.101

E o padre Alexandre Gusmão, experimentando em missões apostólicas, elegeu-o. Nos campos de Belém levantar-se-ia o grande Seminário do Brasil. P.101

Convidam-no as terras fertilíssimas, o doce clima, o céu incomparável. P.101

Fundado em 1686, o Seminário de Belém, conhecido até na Europa, abrigou alunos de vários pontos da colônia, educando-os para a vida religiosa. “Pouco distante da vila de Cachoeira, tinham os ditos padres da Companhia de Jesus um seminário, onde assistiam umas vezes setenta e outras oitenta estudantes, os quais pagavam 50\$000 para seu sustento e ensino”(Carta do Desembargador Tomaz Robí de Barros Barreto ao Diretor Geral dos Estudos, D. Tomaz de Miranda, em 20 de Março de 1760 – Vide anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXI). P.101

São numerosos os documentos que, em diferentes épocas, falam desse célebre estabelecimento de ensino religioso. Rocha Pita viu dali saírem “**perfeitos varões para o século e para as diversas ordens, os filhos das diversas casas mais nobres do Brasil**”. (Vide História da América Portuguesa). P.102

Bartolomeu Lourenço, o Voador, estudou em Belém, e data do começo do século XVIII o seu primeiro invento, cujo registro pediu à Câmara da Baía, em 12 de dezembro de 1705. O moço paulista, aluno dos padres, conseguira, por meio de originalíssimo processo, trazer água do riacho (1) que ficava no vale, para a casa situada na eminência, a 460 palmos de altura, quase à borda da chapada. P.102

O Visconde de S. Leopoldo, Taunay, Alberto Rabelo e outros estudiosos estenderam-se longamente sobre este e outros assuntos ligados a Belém, procurando esclarecê-los. (Vide Visconde de S. Leopoldo – *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*; Taunay – *Obras diversas de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, A vida dolorosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão, A prioridade aeroestática de Bartolomeu de Gusmão; Alberto Rabelo – O Seminário de Belém de Cachoeira e o Padre Bartolomeu Lourenço, erradamente chamado de Gusmão* – Baía, Imprensa Oficial, 1916). P.102

A decadência do Seminário começou, ou melhor sua morte completa, veio da expulsão dos Jesuítas, decretada por Pombal. P.103

Em 7 de abril de 1760, o Cabido da Sé da Baía dirigia-se a EL-Rei D.José, dizendo-lhe "...que já se achava evacuada a Igreja e o Seminário de Belém, no termo da Vila de Cachoeira". P.103

E prossegue a história das vicissitudes da Casa, **até seu desaparecimento, pois de Belém restam apenas a igreja (quase arruinada) e dois arcos romanos do velho claustro.** P.103

Em 1817 o rei de Portugal escreveu ao Conde dos Arcos comunicando-lhe que cedia o Seminário a Joaquim do Livramento, para que ali se estabelecesse uma casa Pia de Educação para menores órfãos e desamparados. (Vide Aristides Milton – Efemérides Cachoeiranas). P.103

Em 1823 o deputado Pereira da Cunha apresentou à Assembleia do Império um projeto que determinava fosse localizada em Belém uma das duas Universidades que seriam criadas no Brasil. P.103

Em 20 de abril de 1826 D. Pedro I expediu um Aviso, mandando fundar em Belém um Colégio Público. P.103

Daí por diante pouco ou quase nada sabemos da vida desse Seminário, **edifício que teria a severidade e grandeza rude das edificações portuguesas da época, máxime levantadas pelos padres da companhia.** P.103

No tempo de Aires Casal, **já o prédio não existia**, conforme depreendemos da citação: "Obra de uma légua a nordeste (de Cachoeira), ou com pouca diferença, está a Aldeia de Belém, assim chamada da **invocação duma capela que nela há, resto dum seminário que os jesuítas ali possuíram...**" (Vide Aires de Casal – Corografia Brasília – Tomo II, pág.113 – 2ª edição, Laemmert, Rio, 1845). P.103

Não sem tristeza, vaga saudade inexplicável, vimos os arcos espectrais do velho Seminário, tudo que ficou da casa gloriosa, muralhas negras empastadas de limo... P.103

Do claustro antigo, severo e majestoso, é o que resta, escapo a consumpção. P.104

Ao lado bem a par das paredes esborcinadas, a capela do Seminário se ergue.

P.104

Não souberam, ou não puderam demoli-la. As suas pedras resistiram melhor aos invernos e verões hostis, e uma pequena torre ainda derrama sobre aquele planalto, pela voz dos sinos, a suavidade da benção crepuscular da ave maria. P.104

Mutilada, profanada, esquecida, estaria a capela à beira de próxima e irremediável ruína total se mãos piedosas, num esforço admirável, não procurasse, agora reformá-la. P.104

Mas nesse trabalho que empreendem os simplórios filhos de Belém, talvez por ignorância sejam sacrificados (e para sempre) alguns tesouros que escaparam à insídia corrosiva dos anos. P.104

Urge um entendimento entre as autoridades a quem é confiada a conservação de nossos monumentos e a Mitra, no sentido de se aproveitarem ou restaurarem as peças de arte pura que sobreviveram. P.104

Uma verdadeira universidade religiosa do Brasil colonial floresceu ali, naquele seminário de almas, o grande viveiro clássico das línguas latinas, **a mais famosa escola de formação das nossas elites diretoras.** P.104

E, quando outros méritos não possuísse a Capela de Belém, pelo menos o que ela representou como força espiritual bastaria para resguardá-la de um olvido criminoso. P.105

O certo é que na solidão do planalto cachoeirano se levantou um dia **essa igreja suntuosa, florida internamente de figuras e linhas douradas, de obras de talha no jacarandá, e de até dos azulejos, das lacas, dos marfins, das tartarugas e dos desenhos do oriente.** P.105

O aspecto severo, rude, desgracioso, do exterior do templo, e mesmo da expressão do conjunto, compensasse pela finura das minúcias, pelo cuidado carinhoso posto na ornamentação dos detalhes. P.105

Se a torre, por exemplo, surge meio baixa, meio acaçapada, sem elegância, tudo isso é pouco se lhe repararmos, na extremidade, a cúpula coberta da mais rutilante louça de Macau. Nas horas de sol intenso e nas noites de grande luar, ela aparece, milionária de cintilações. São fragmentos de louça tapetando um fundo sobre que se cruzam, em linhas curiosas, pratos inteiros, que nada perderam o brilho e colorido primitivos. P.105

No interior da igreja, onde se avanta a boa pedra, notam-se os púlpitos rendilhados na madeira, o gradil joanino de jacarandá, as portas e janelas que se abrem para a capela-mor, estas, principalmente, com resguardos harmoniosos, sanefas e balaústres dourados ao gosto jesuítico. (nota E) P.105

Mas o melhor de tudo acha-se na sacristia, outrora riquíssima. P.105

De suas faladas tartarugas embutidas, nada encontramos. Nem dos ornatos em marfim. Nem dos retábulos. Nem dos panos murais de azulejo do Rato. Apenas, quase irreconhecíveis, algumas arcas de jacarandá e velhas imagens. P.105

O teto é que ficou, de surpreendente e mágica beleza. P.105

Partido em alguns lugares, ligeiramente manchado em outros, despregando-se nos cantos e prestes a ruir, assim mesmo, vencendo os séculos, ele se mostra com as cores tão frescas, tão novas, tão vivas, como se fossem pintadas hoje, e não nesses anos perdidos. P.106

Em nenhum exemplar da arte portuguesa no Brasil vemos, como ali, a influência exata, nítida e inconfundível, da beleza oriental. Parece que os seus pintores estavam possuídos do segredo de todas as chinesices e queriam transmitir-nos, não a floração movimentada e ciclópica que nos é peculiar, mas o apaziguante de uma iluminura quase irreal, tocada do sentimento da miragem universal das coisas. P.106

Nos oitos quadros similares de teto de madeira decorada não avultam os motivos tropicais luxuriosos, nem figuras humanas de beatos ou filósofos: simplesmente flores delicadas e exóticas. Círculos de ouro, ao centro. Círculos do céu, depois. Outros círculos de ouro. E, então, prisioneiros destes últimos, as dalias, os crisântemos, o hibiscos, as camélias, multidão que mal conhecemos, grandes umas, minúsculas

outras, e todas de perturbador colorido, flamas correndo, em tons perfeitos, do vivo ao esmaiado, as mais variadas ondulações cromáticas. P.106

A riqueza hodierna de Belém está presente neste teto. Apesar de atrozmente abandonado, poderá ser salvo. Que o aproveitem com inteligência. P.106

Ele fala de uma arte única entre nós, dizendo de um tempo em que o pequeno Portugal se acalentava com o ritmo do Oriente, sonhando a mística dos céus distantes, outras figuras, outros amores que o perderam na ilusão da glória... P.107

A igreja de Belém, na solidão em que está, quase a margem da vida, esquecida e longe dos homens apressados e indiferentes, merece dos amigos da beleza um auxílio que a restaure, integrando-a nos cânones do seu velho estilo. P.107

Ela vale como **um símbolo perfeito, relíquia** que se não foi no grande naufrágio do resto. P.107

Vale. E não só pelos tesouros materiais que encerra. Ali se recolheram em colóquio com Deus, os mestres magníficos de nossa cultura humanista; e ali oraram, precursores iluminados, dois homens que o Brasil não podem esquecer: Bartolomeu Lourenço, o Voador, e Alexandre Gusmão, o Asceta. P.107

Principais ideias: monumentos imperecíveis. São numerosos os documentos que, em diferentes épocas, falam desse célebre estabelecimento de ensino religioso, até seu desaparecimento, pois de Belém restam apenas a igreja (quase arruinada) e dois arcos romanos do velho claustro. Não souberam, ou não puderam demoli-la. As suas pedras resistiram melhor aos invernos e verões hostis, Urge um entendimento entre as autoridades a quem é confiada a conservação de nossos monumentos e a Mitra, no sentido de se aproveitarem ou restaurarem as peças de arte pura que sobreviveram, E, quando outros méritos não possuísse a Capela de Belém, pelo menos o que ela representou como força espiritual bastaria para resguardá-la de um olvido criminoso, essa igreja suntuosa, florida internamente de figuras e linhas douradas, de obras de talha no jacarandá, e de até dos azulejos, das lacas, dos marfins, das tartarugas e dos desenhos do oriente, Se a torre, por exemplo, surge meio baixa, meio acaçapada, sem elegância, tudo isso é pouco se lhe repararmos, na

extremidade, a cúpula coberta da mais rutilante louça de Macau, Em nenhum exemplar da arte portuguesa no Brasil vemos, como ali, a influência exata, nítida e inconfundível, da beleza oriental, A riqueza hodierna de Belém está presente neste teto. Apesar de atrozmente abandonado, poderá ser salvo. Que o aproveitem com inteligência, A igreja de Belém, na solidão em que está, quase a margem da vida, esquecida e longe dos homens apressados e indiferentes, merece dos amigos da beleza um auxílio que a restaure, integrando-a nos cânones do seu velho estilo.

Comentário:

Ao longo do texto, o autor faz um retrospecto histórico sobre o Seminário de Belém da Cachoeira, ressaltando sua importância histórica e seu reconhecimento na Europa. Além desse fato, foi destacada também sua importância na formação religiosa e educacional na época da colônia. Sua importância é ressaltada, ainda, quando é salientado que o Seminário já foi estudado por outros pesquisadores importantes como Visconde de S. Leopoldo, Taunay e Alberto Rabelo. Apesar da situação de arruinamento identificada, o autor salienta a importância de aproveitar ou restaurar o que resistiu ao tempo.

Junto ao Seminário, foi construída uma igreja que é descrita pelo autor como suntuosa e florida internamente. Diferente do Seminário, a igreja resiste ao tempo e são ressaltadas suas qualidades estéticas. No fim do artigo, o autor faz um apelo pela restauração da igreja.

Tipo: edificação religiosa – Seminário e Igreja

IGREJA DOS MONTES DOS GUARARAPES – ANÍBAL FERNANDES

No mesmo local em que se travaram as batalhas de 18 de abril de 1648 e 19 de setembro de 1649 levanta-se, como um monumento de patriotismo e de fé, a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. P.113

Á sua custa pois mandou construir, no local mesmo em que o inimigo mordera o pé da derrota, uma capela votiva, e a **entregou à guarda dos beneditinos**, com um vasto patrimônio, obrigando os monges a celebrar uma missa quotidiana, por alma dos que haviam sacrificado pela integridade da Pátria. P.113

As suas contribuições testamentárias são bastante explicativas, e tantos foram os bens deixados que os beneditinos mais tarde reconstruíram a capela, erguendo **a igreja atual, que é uma das mais belas e importantes que os arquitetos portugueses deixaram no século XVIII.** P.114

Da igreja primitiva resta apenas a lousa que Francisco Barreto mandou gravar o cumprimento de sua promessa. P.114

Tudo o mais é posterior a sua morte. P.114

Do morro em que se levanta, a igreja se avista de longe, com suas torres altaneiras e esguias. P.114

Quem conhece as igrejas do Recife vê logo que sua construção está bem no espírito do século XVIII, que foi o nosso grande século místico, o das melhores construções religiosas. P.114

No interior não há painéis de azulejos, representando a vida dos santos, como encontramos nos conventos franciscanos e carmelitas. Mas um revestimento de azulejos com arabescos, que lhe dão um caráter muito original. P.114

A igreja dos Guararapes é um dos monumentos mais importantes do nosso patrimônio artístico e histórico. P.114

Custa crer como, numa época em que era tão difícil o transporte do material, se pudesse erguer, num ponto tão elevado e distante, **um templo de tamanha importância.** P.115

É pena que as gerações que se seguiram o tivessem deixado tanto tempo ao abandono. P.115

A igreja dos Guararapes precisa de reparos imediatos, restituindo-lhe também os painéis das batalhas contra os holandeses, hoje recolhidos ao Instituto Arqueológico. P.115

Quantos se interessam pela história do Brasil e pelas tradições nacionais precisam acudir em tempo, para que o templo erguido por Francisco Barreto de Menezes não venha a desaparecer daquelas colinas memoráveis. P.115

Principais ideias: No mesmo local em que se travaram as batalhas de 18 de abril de 1648 e 19 de setembro de 1649 levanta-se, como um monumento de patriotismo e de fé, a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, a igreja atual, que é uma das mais belas e importantes que os arquitetos portugueses deixaram no século XVIII, Quem conhece as igrejas do Recife vê logo que sua construção está bem no espírito do século XVIII, que foi o nosso grande século místico, o das melhores construções religiosas, A igreja dos Guararapes é um dos monumentos mais importantes do nosso patrimônio artístico e histórico, A igreja dos Guararapes precisa de reparos imediatos, Quantos se interessam pela história do Brasil e pelas tradições nacionais precisam acudir em tempo, para que o templo erguido por Francisco Barreto de Menezes não venha a desaparecer daquelas colinas memoráveis.

Comentário:

A igreja dos Montes Guararapes é qualificada pelo autor como “monumento de patriotismo e de fé”. O autor ressalta também que a igreja está inserida “no espírito do século XVIII”, sendo esse o século das melhores construções religiosas. Afirma também que a igreja é “um dos monumentos mais importantes do nosso patrimônio artístico e histórico”, assim encerra o artigo com um apelo para que sejam realizados reparos para que o templo não venha a desaparecer.

Tipo: edificação religiosa –Igreja

MANUEL FRANCISCO LISBOA FOI AUTOR DA PLANTA DA IGREJA DO CARMO DE OURO PRETO (DOCUMENTO)

A CAPELA DE SANTO ANTÔNIO – MÁRIO DE ANDRADE

Vagar assim pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai-se topar com alguma S. Francisco? Já não digo tão inédita quanto a de São João D’El Rei, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa...E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada, que de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem. P.119

O critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no Estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico. No período que deixou no Brasil as nossas mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, São Paulo estava abatido, ou ainda desensarado dos revezes que sofrera...da Baía. P.119

O critério tem que ser outro...de oeste. P.119

Esta capela foi construída pelo capitão Fernão Paes de Barros no século XVII, a uns trinta metros à esquerda da casa-grande da fazenda de Santo Antônio, que ele fundara. P.120

[...] Finalmente, a 14 metros das ruínas da casa do barão, está **a capela, cujo plano se distingue bastante, na arquitetura religiosa do Brasil, pela disposição da torre, que não está nem no próprio corpo da igreja, nem dele separado, como é geral.** P.121

A Capela de Santo Antônio tem a sua torre construída de pedra e recoberta de barro. A sineira é totalmente aberta, ainda com um pequeno sino. [...] Já porém as paredes da capela, com exceção dos elementos de ligação da torre que obedecem ao processo de construção desta, são de taipa. Apenas a parede interna, que separa a sacristia do longo compartimento que dá entrada ao púlpito e ao coreto, é de pau-a-pique. P.122

Talvez um dos mais curiosos elementos da capela de Santo Antônio seja a sua fachada. É por completo feita de madeira e, com toda a probabilidade, se conserva como foi primitivamente...na Espanha. P.122

Ainda na fachada surge um motivo que talvez desperte um problema de arquitetura regional. Pela fig II observa-se perfeitamente que nos gradeados emoldurando as envasaduras das janelas, os balaústres são dispostos losangularmente. Este dispositivo arquitetônico, criador de movimento e maior riqueza de claro-escuro, se repete frequentemente nas **construções coloniais dos arredores da capital de São Paulo.**P.122

A ausência de bibliografia a respeito da arquitetura nacional e portuguesa, vácuo que certamente em parte o S.P.H.A.N, agora sanará, não oferece documentação para o estudo, e me contento de lembranças – o que é muito frágil. P.123

Na própria parte...muito frágil. P.123

Entremos na Capela. O coro sob o qual a gente passa não tem nada que interesse particularmente. P.123

É sem decoração...primitiva. P.123

Principais ideias: O critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no Estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico. No período que deixou no Brasil as nossas mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, a capela, cujo plano se distingue bastante, na arquitetura religiosa do Brasil, pela disposição da torre, que não está nem no próprio corpo da igreja, nem dele separado, como é geral, Talvez um dos mais curiosos elementos da capela de Santo Antônio seja a sua fachada. É por completo feita de madeira, A ausência de bibliografia a respeito da arquitetura nacional e portuguesa, vácuo que certamente em parte o S.P.H.A.N, agora sanará.

Comentário:

O autor começa o artigo defendendo que o critério para o tombamento dos bens existentes em São Paulo tem que ser pelo ângulo histórico, pois nos séculos XVIII e XIX, o período que no Brasil foram criadas as “belas grandezas coloniais”, São Paulo “estava abatido” e por isso não criou monumentos de arte. Defende ainda que embora possa-se encontrar beleza ou soluções arquitetônicas de interesse, não se pode comparar as qualidades encontradas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco ou Bahia (ver trecho na página 119). Após essa ressalva, o autor começa a falar sobre a Capela de Santo Antônio, iniciando com o responsável pela sua construção Fernão Paes de Barros no século XVII. O autor enfatiza que a capela se distingue do comum da arquitetura religiosa no Brasil devido à localização da planta sineira. Segue, assim, o artigo, a descrever os detalhes construtivos relativos ao material empregado e a estética adotada. Um destaque dado pelo autor é a fachada que é toda de madeira e que possui detalhes que podem ser encontrados na Argentina e na Espanha: “...os orifícios como as chanfraduras que servem de samblagem para tesouras, que formariam na frente da capela um alpendre”. O autor destaca também elementos que poderiam configurar uma arquitetura regional que seriam “...nos gradeados que emoldurando as envasaduras das janelas, os balaústres são dispostos losangularmente”. Em um outro trecho do artigo o autor destaca a importância do SPHAN em resolver o problema de ausência de bibliografia sobre a arquitetura

nacional e portuguesa no Brasil. E finaliza o artigo falando de algumas qualidades estéticas da decoração do interior da capela.

Tipo: edificação religiosa –Igreja

A IGREJA DOS REMEDIOS – NUTO SANT’ANNA

A Igreja dos Remédios...um restaurante. P.127

Essa Igreja dos Remédios...assunto. P.127

O templo foi construído ou reconstruído em 1825. [...] A sua fachada é de azulejos azues. P.127

Até segunda ordem, no entanto, terei para mim que nem Sebastião Fernandes do Rego foi o doador da capelinha de São Vicente, nem nessa capelinha teria tido origem a lendária Igreja dos Remédios. P.137

Comentário:

O autor começa o artigo explicando as características da Igreja dos Remédios, desde a localização como aspectos de sua fachada. Ele segue o artigo desenvolvendo aspectos que envolvem a origem e construção da igreja e finaliza qualificando a igreja como a “lendária igreja dos remédios”.

Tipo: edificação religiosa –Igreja

A IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER EM NITERÓI – NORONHA SANTOS

Comentário:

O artigo inicia descrevendo as características da Igreja de São Francisco Xavier, tais características são “traços acaçapados”, “torre, sinos, janela e portas, tem reduzidas proporções. Uma outra característica é “interiormente, tudo denuncia ancianidade”. O autor identifica que “as paredes, de grandes dimensões, as pesadas portas, as almofadas destas, do estilo jesuítico dos séculos da descoberta e da colonização”. O autor demonstra a importância histórica da igreja “estes e outros detalhes oferecem ao visitante a impressão de coisas bem antigas, de velharias históricas, todas dignas de

ser carinhosamente resguardadas”. Observa-se que a maioria dos elementos e características destacados como importantes remetem aos jesuítas que tiveram importante papel na colonização e na história do Brasil. No restante do artigo o autor faz um apanhado para apurar dados a respeito da história da Igreja.

Tipo: edificação religiosa –Igreja

A CAPELA DE N. S. DE SANT’ANA - EPAMINONDAS DE MACEDO

Comentário:

O artigo inicia descrevendo as características de implantação da Capela de N. S. de Sant’Ana e segue relatando fatos históricos da capela. Segue na página 186 descrevendo as características e a evolução da construção da capela, bem como descreve em um tom crítico a pintura recente que “estragou tudo”

Tipo: edificação religiosa –Igreja

SÍNTESE

Nesse primeiro volume, pode-se observar a predominância de artigos sobre a arquitetura religiosa, sendo 7 bens no total. O primeiro deles, a Igreja de São Pedro da Aldeia, foi apresentada apenas através de fotos. Os outros três artigos são de temas variados, um intitulado de “Programa” versa sobre o conteúdo programático da Revista, um outro sobre arquitetura militar e por último, um sobre arquitetura civil residencial.

Nome	Estado	Tombamento
Igreja de São Pedro da Aldeia	RJ	1938
Igreja do Seminário de Belém	BA	1938
Igreja dos Montes dos Guararapes	PE	1938
Capela de Santo Antônio	SP	1941
Igreja dos Remédios	SP	NÃO
Igreja de São Francisco Xavier	RJ	1938
Capela de N. S. de Sant’Ana	MG	1938

Notamos uma predominância na região sudeste dos bens da categoria arquitetura religiosa, tendo apenas 2 da região nordeste, não sendo contempladas as outras 03 regiões do país.

Igreja de São Pedro da Aldeia

Igreja do Seminário de Belém – Seminário: importância histórica, reconhecimento internacional, importância na formação religiosa e educacional na época da colônia, ruína, restaurar o que ainda resistiu no tempo. “Urge um entendimento entre as autoridades a quem é confiada a conservação de nossos monumentos e a Mitra, no sentido de se aproveitarem ou restaurarem as peças de arte pura que sobreviveram”

Igreja dos Montes dos Guararapes – Monumento de patriotismo e fé, inserida no espírito do século XVIII, um dos monumentos mais importantes do nosso Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apelo para que seja restaurado para evitar o desaparecimento do bem.

Capela de Santo Antônio – O critério de tombamento dos bens de São Paulo tem que ser pelo ângulo histórico, a capela se distingue do comum da arquitetura religiosa no Brasil, fachada toda em madeira, elementos que indicam o uso de alpendre, qualidades estéticas na decoração interior.

Igreja de São Francisco Xavier – Ancianidade, estilo jesuítico dos séculos da descoberta e colonização.

Igreja dos Remédios – Importância histórica, século XIX, “edifício assobradado, sem torre”; “possui no alto, do lado do frontispício e superposto ao seu segundo andar, uma pequena dependência retangular, de madeira, que substitui a torre, servindo de campanário, pois é aí que estão seus sinos”; “fachada de azulejo azuis”; “possui, na frente, três portas, sendo uma central, grande e duas laterais, menores”; “ao alto, cinco janelas, uma claraboia em forma de rosácea, o relógio e três sinos, tudo encimado por uma cruz de ferro”; “ao lado direito, quatro portas, quatro janelas embaixo e oito no andar superior”; “nos fundos, cinco portas e cinco janelas”.

Capela de N. S. de Sant’Ana – Importância histórica, século XVIII.

O restante dos 03 artigos apresenta bens que se situam na categoria de arquitetura civil, sendo dois deles apresentando arquitetura residencial e um deles arquitetura militar. E mais uma vez bens da região sudeste.

Nome	Estado	Tombamento
Forte de São Tiago de Bertoga - SP	SP	1940
Casa de Fazenda em Jurujuba – RJ	RJ	1962

O artigo “**Documentação necessária**”, de Lúcio Costa, enfatiza a importância do estudo da arquitetura residencial (casas da primeira metade do **século XIX, século XVIII** e possíveis vestígios do **século XVII**). No artigo o autor defende que o processo de que são feitas as residências antigas “barro armado com madeira” tem semelhanças com o concreto armado. Afirma que através deste estudo pode-se concluir que a arquitetura moderna “se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando”. Finaliza o artigo fazendo uma crítica às transformações encontradas na arquitetura residencial do século XIX provenientes do “mau ensino de arquitetura – dando-se aos arquitetos uma confusa bagagem “técnico-decorativa”, sem qualquer ligação com a vida, e não se lhes explicando o porquê de cada elemento, nem as razões profundas que condicionaram, em cada época, o aparecimento de características comuns, ou seja, de um estilo”.

Forte de São Tiago de Bertoga – Importância histórica, caráter de singularidade por se tratar do “único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo” (TAUNAY, 1937).

Casa de fazenda Jurujuba – Importância histórica, século XVIII, simples de programa e rica de interesse. Perda de características que o autor qualifica como essenciais, tais como: A substituição da telha canal pelo tipo Marselha e a substituição do forro saia e camisa pelo forro de encaixe macho e fêmea.

CONCLUSÃO

No primeiro volume, vemos a recorrência dos artigos que tratam de bens de importância histórica. Todos os bens tratados na revista estão situados entre a era quinhentista (século XVI) e o período colonial (XVII-XIX), porém a maioria deles se situam no século XVIII. Vemos em alguns artigos a importância da arquitetura com

influência dos jesuítas, chegando-se a utilizar o termo “estilo jesuítico” — apesar de já tratar da importância da arquitetura civil, o que predomina nesse volume é a arquitetura religiosa.

APÊNDICE B – QUADRO DE ARTIGOS ANALISADOS

Quadro 14- Artigos analisados

	Artigo	Autor	Revista/ano
01	O programa	Rodrigo M. F. de Andrade	Nº01-1937
02	Uma Relíquia notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago de Bertioga	Afonso do E. Taunay	Nº01-1937
03	Documentação necessária	Lúcio Costa	Nº01-1937
04	Uma casa de fazenda em Jururuba	Paulo T. Barreto	Nº01-1937
05	Seminário de Belém da Cachoeira	Godofredo Filho	Nº01-1937
06	Igreja dos Montes dos Guararapes	Anibal Fernandes	Nº01-1937
07	A Capela de Santo Antônio	Mário de Andrade	Nº01-1937
08	A Igreja dos Remédios	Nuto Sant'Anna	Nº01-1937
09	A Capela de N. S. de Sant'Ana	Epaminondas de Macedo	Nº01-1937
10	O Solar do Colégio	Alberto Lamego	Nº02-1938
11	A Mais Velha Casa de Correias (Município de Petrópolis)	Lourenço L. Lacombe	Nº02-1938
12	Ligeiras Notas sobre Arte Religiosa no Brasil	Augusto de Lima Júnior	Nº02-1938
13	Real Forte do Príncipe da Beira	A.L. Pereira Ferraz	Nº02-1938
14	O Piauí e sua Arquitetura	Paulo T. Barreto	Nº02-1938
15	A Capela de S. José de Genipapo	Rômulo Barreto de Almeida	Nº02-1938
16	O Adro do Santuário de Congonhas	José de Sousa Reis	Nº03-1939
17	Um Velho Solar de Mariana	Salomão de Vasconcelos	Nº03-1939
18	O Alpendre nas Capelas brasileiras	Luiz Saia	Nº03-1939
19	A Torre e o Castelo Garcia D' Ávila	Godofredo Filho	Nº03-1939
20	Aqueduto da Carioca	Noronha Santos	Nº04-1940
21	Os sete povos das missões	Alberto Lamego	Nº04-1940
22	A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja primitiva	Maria de Lourdes Pontual	Nº04-1940
23	Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português	Robert C. Smith	Nº04-1940
24	Colégio dos Jesuítas em Paranaguá	David D. da Silva Carneiro	Nº04-1940
25	A arquitetura jesuítica no Brasil	Lúcio Costa	Nº05-1941
26	Capelas antigas de São Paulo	Sérgio Buarque de Holanda	Nº05-1941
27	Decoração das malocas indígenas	Gastão Cruis	Nº05-1941
28	Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas	Artur Cezar Ferreira Reis	Nº06-1942
29	O Colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão Pará	Serafim Leite, S.J.	Nº06-1942
30	Algumas notas sobre o uso da Pedra na Arquitetura Religiosa no Nordeste	Ayrton Carvalho	Nº06-1942
31	Os azulejos no Convento de São Francisco na Bahia	C. F. Ott	Nº07-1943
32	A Igreja de São Francisco de Assis em Mariana	Cônego Raimundo Trindade	Nº07-1943
33	Casas de residência no Brasil – Introdução	Gilberto Freyre	Nº07-1943

	Artigo	Autor	Revista/ano
34	Casas de residência no Brasil	L. L. Vauthier	Nº07-1943
35	Um tipo de casa rural no Distrito Federal e Estado do Rio	Joaquim Cardoso	Nº07-1943
36	A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçú	Dom Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.G.	Nº07-1943
37	Das condições defensivas da Capitania do Pará ao Findar o século XVIII	Artur César Ferreira Reis	Nº07-1943
38	Muxarabís e Balcões	Estévão Pinto	Nº07-1943
39	A Habitação dos Timbira	Curt Nimuendaju	Nº08-1944
40	A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis	Lourenço Luís Lacombe	Nº08-1944
41	Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século	Luís Saia	Nº08-1944
42	A Casa de São Francisco em Mariana	Cônego Raymundo Trindade	Nº08-1944
43	A casa de moradia no Brasil antigo	J. Wasth Rodrigues	Nº09-1945
44	O convento da Penha	Mário A. Freire	Nº09-1945
45	A Casa Capitular de Mariana	Cônego Raimundo Trindade	Nº09-1945
46	A congregação de Oratório e suas igrejas em Pernambuco	Augusto de Lima Júnior	Nº09-1945
47	Casas do século 18 e 19 em Sorocaba	Aluizio de Almeida	Nº09-1945
48	A Fortaleza de Villegagnon	Mário Ferreira França	Nº09-1945
49	Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro	Noronha Santos	Nº10-1946
50	Palácio das Torres	J. de Souza Leão, Filho	Nº10-1946
52	O Palácio Velho de Belém	Artur César Ferreira Reis	Nº10-1946
53	Casas de Câmara e Cadeia	Paulo Thedim Barreto	Nº11-1947
54	Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo	Noronha Santos	Nº11-1947
55	Arcos da Carioca	José de Souza Reis	Nº12-1955
56	O Forte do Mar, na Bahia	Carlos Ott	Nº13-1956
57	A Igreja de São José, em Ouro Preto	Cônego Raimundo Trindade	Nº13-1956
58	Dois engenhos pernambucanos	Joaquim de Souza Leão	Nº13-1956
59	O estado das fortificações na Amazônia na quinta década do século XVIII	Artur César Ferreira Reis	Nº13-1956
60	Convento de Santo Antônio de Ipojuca	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	Nº13-1956

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE C – QUADRO DE INFORMAÇÃO DOS AUTORES

Quadro 15- Informações dos autores

	Autor	Dados	Artigo/volume/ano
01	Afonso d'Escragnolle Taunay (SC)	Engenheiro, professor da Escola Politécnica de São Paulo, membro do IHGB, diretor dos Museus do Estado de São Paulo	Uma relíquia notabilíssima a conservar: o Forte de São Tiago de Bertioiga (nº01-1937)
02	Lúcio Costa (RJ)	Arquiteto e urbanista, formado pela ENBA, foi membro do SPHAN	Documentação necessária (nº01-1937) A arquitetura jesuítica no Brasil (nº05-1941)
03	Paulo Thedim Barreto (RJ)	Arquiteto formado na ENBA, foi membro do SPHAN, foi professor de arquitetura da UFRJ	Uma casa de fazenda em Jururuba (nº01-1937) O Piauí e sua Arquitetura (nº02-1938) Casas de Câmara e Cadeia (nº11-1947) Análise de alguns documentos relativos a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (nº16-1968)
04	Godofredo Filho (BA)	Historiador da arte, foi diretor do 2º DR da DPHAN, foi professor da Escola de Belas Artes e de estética da Faculdade de Filosofia da UFBA, membro do IHGB	Seminário de Belém da Cachoeira (nº01-1937) A Torre e o Castelo Garcia D'Ávila (nº03-1939) A influência do Ecletismo na arquitetura baiana (nº19-1984)
05	Aníbal Gonçalves Fernandes (PE)	Historiador de arte, político, membro do IHGB	Igreja dos Montes dos Guararapes (nº01-1937)
06	Mário de Andrade (SP)	Escritor, dirigiu o Departamento de Cultura de São Paulo, foi autor do anteprojeto do SPHAN	A Capela de Santo Antônio (nº01-1937)
07	Benevenuto Silvério de Arruda Sant'anna (SP)	Historiador e jornalista, foi membro do IHGB, auxiliou Mário de Andrade no Departamento de Cultura	A Igreja dos Remédios (nº01-1937)
08	Francisco Agenor NORONHA SANTOS (RJ)	Historiador, trabalhou no Arquivo Público Municipal da cidade do RJ, foi membro do IHGB	A Igreja de São Francisco Xavier (nº01-1937) Aqueduto da Carioca (nº04-1940) Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro (nº10-1946) Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo (nº11-1947)
09	Epaminondas de Macedo	Engenheiro da repartição de telégrafos,	A Capela de N. S. de Sant'Ana (nº01-1937)

	Autor	Dados	Artigo/volume/ano
		fez parte da IMN, foi assistente técnico do SPHAN	
10	Alberto Ribeiro Lamego (RJ)	Jornalista, engenheiro militar, membro do IHGB	O Solar do Colégio (nº02-1938) Os sete povos das missões (nº04-1940)
11	Lourenço Luiz Lacombe (RJ)	Historiador, foi membro do IHGB e do conselho consultivo do SPHAN	A Mais Velha Casa de Correias (Município de Petrópolis) (nº02-1938) A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis (nº08-1944)
12	Augusto de Lima Júnior (MG)	Historiador de arte, fundou o Diário da Manhã em Minas Gerais	Ligeiras Notas sobre Arte Religiosa no Brasil (nº02-1938) A congregação de Oratório e suas igrejas em Pernambuco (nº09-1945)
13	Antônio Leôncio L. Pereira Ferraz (RJ)	Militar e político	Real Forte do Príncipe da Beira (nº02-1938)
14	Romulo Barreto de Almeida (BA)	Historiador da arte, economista e político (foi chefe da assessoria econômica de Vargas)	A Capela de S. José de Genipapo (nº02-1938)
15	José de Souza Reis (RJ)	Arquiteto, formado pela ENBA, foi arquiteto do SPHAN, elaborou, juntamente com o historiador Gilberto Ferrez, os estudos e pesquisas iniciais para o restauro do Paço Imperial (RJ)	O Adro do Santuário de Congonhas (nº03-1939) Arcos da Carioca (nº12-1955) Evidência dos Monumentos Históricos (nº16-1968) Estudos preliminares para a restauração do Paço (nº20-1984)
16	Salomão de Vasconcelos (MG)	Historiador, foi representante regional do SPHAN em Minas Gerais e foi presidente do IHGB	Um Velho Solar de Mariana (nº03-1939)
17	Luiz Saia (SP)	Engenheiro formado pela USP, foi diretor regional do SPHAN em São Paulo, foi professor de arquitetura da UFMG	O Alpendre nas Capelas brasileiras (nº03-1939) Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século (nº08-1944)
18	Maria de Lourdes Pontual (RJ)	Historiadora da arte, funcionária administrativa do SPHAN no Rio de Janeiro	A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja primitiva (nº04-1940)
19	Robert C. Smith (EUA)	Historiador de arte especializado no barroco luso-brasileiro	Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português (nº04-1940) Arquitetura Civil do período colonial (nº17-1969) Documentos baianos (nº09-1945)

	Autor	Dados	Artigo/volume/ano
20	David D. da Silva Carneiro (PR)	Historiador	Colégio dos Jesuítas em Paranaguá (nº04-1940)
21	Sérgio Buarque de Holanda (SP)	Historiador, diretor do Museu Paulista, professor de história da USP	Capelas antigas de São Paulo (nº05-1941)
22	Gastão Cruls (RJ)	Foi fundador do IHGB do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Estudos Históricos da cidade do Rio de Janeiro	Decoração das malocas indígenas (nº05-1941)
23	Artur Cezar Ferreira Reis (AM)	Historiador, político e foi representante do DPHAN no Amazonas	Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas (nº06-1942)
			Das condições defensivas da Capitania do Pará ao Findar o século XVIII (nº07-1943)
			O Palácio Velho de Belém (nº10-1946)
			O estado das fortificações na Amazônia na quinta década do século XVIII (nº13-1956)
24	Serafim Leite (Itália)	Padre jesuíta, biógrafo e historiador, foi membro do IHGB	O Colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará (nº06-1942)
25	Ayrton Carvalho (PE)	Engenheiro, foi o primeiro representante do SPHAN no Nordeste, foi membro do IHGB	Algumas notas sobre o uso da Pedra na Arquitetura Religiosa no Nordeste (nº06-1942)
26	Carlos Ott (Alemanha/RJ)	Historiador da arte, foi funcionário administrativo do SPHAN na Bahia, estudou arte colonial baiana	Os azulejos no Convento de São Francisco na Bahia (nº07-1943)
			O Forte do Mar, na Bahia (nº13-1956)
			O forte de Santo Antônio da Barra (nº14-1959)
27	Cônego Raimundo Trindade (MG)	Historiador, museólogo, foi cônego em Mariana (MG), tesoureiro-mor e chanceler da arquidiocese, dirigindo o arquivo eclesiástico	A Igreja de São Francisco de Assis em Mariana (nº07-1943)
			A Casa de São Francisco em Mariana (nº08-1944)
			A Casa Capitular de Mariana (nº09-1945)
			A Igreja de São José, em Ouro Preto (nº13-1956)
			Igreja das Mercês de Ouro Preto – documentos de seu arquivo (nº14-1959)
28	Gilberto Freyre (PE)	Escritor, sociólogo, bacharel em artes liberais e foi integrante do Conselho federal de cultura.	Casas de residência no Brasil – Introdução (nº01-1937)

	Autor	Dados	Artigo/volume/ano
29	Louis Léger Vauthier (França/PE)	Engenheiro francês que dirigiu as obras do Teatro Santa Isabel em Recife.	Casas de residência no Brasil (nº01-1937)
30	Joaquim Cardoso (PE)	Engenheiro, poeta, trabalhou na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco e no SPHAN	Um tipo de casa rural no Distrito Federal e Estado do Rio (nº07-1943)
31	Dom Clemente Maria da Silva Nigra (Alemanha/BA)	Historiador, membro da ordem beneditina de Salvador, foi arquivista-mor da Ordem Beneditina Brasileira, trabalhou no SPHAN e foi Diretor do Museu de Arte Sacra de Salvador	A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu (nº07-1943)
			Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil (nº09-1945)
32	Estêvão Pinto (AL)	Antropólogo	Muxarabís e Balcões (nº07-1943)
33	Curt Nimuendaju (Alemanha/SP)	Antropólogo, foi funcionário administrativo do SPHAN, estudou arte colonial baiana	A Habitação dos Timbira (nº08-1944)
34	J. Wasth Rodrigues (SP)	Historiador da arte, pintor, desenhista, dedicou sua obra ao registro do Patrimônio histórico brasileiro (período colonial)	A casa de moradia no Brasil antigo (nº09-1945)
35	Mário A. Freire		O convento da Penha (nº09-1945)
36	Aluísio de Almeida (SP)	Padre, escreveu em jornais e revistas, foi membro do IHGB	Casas do século 18 e 19 em Sorocaba (nº09-1945)
37	Mário Ferreira França (RJ)	Historiador, médico da armada, foi membro do IHGB	A Fortaleza de Villegagnon (nº09-1945)
38	Joaquim de Souza Leão Filho (PE)	Historiador, embaixador do Brasil, dedicou-se ao estudo da História da arte brasileira, foi membro do IHGB	Palácio das Torres (nº10-1946)
			Dois engenhos pernambucanos (nº13-1956)
39	Frei Venâncio Willeke (BA)	Filósofo, teólogo, foi da Ordem dos franciscanos, foi vigário de diversas paróquias em PE, BA, PA e CE, foi membro do IHGB	Convento de Santo Antônio de Ipojuca (nº13-1956)

Fonte: elaborado pela autora